



Ana Carolina de Almeida Cardoso

**Os Limites do Direito Internacional
Ambiental: Desenvolvimento, “Natureza”
e Futuros (im)possíveis**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Relações Internacionais do Instituto de
Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Isabel Rocha de Siqueira

Coorientador: Prof. Roberto Yamato

Rio de Janeiro
Maio de 2020



Ana Carolina de Almeida Cardoso

**Os Limites do Direito Internacional
Ambiental: Desenvolvimento, “Natureza”
e Futuros (im)possíveis**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-graduação em Relações Internacionais da
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora
abaixo.

Profa. Isabel Rocha de Siqueira

Orientadora e Presidente

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Roberto Yamato

Coorientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Paula Sandrin

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Daniel Braga Lourenço

Faculdade Nacional de Direito – UFRJ

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora, da orientadora e do coorientador.

Ana Carolina de Almeida Cardoso

Bacharel em direito pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas (“FGV Direito Rio”) com formação complementar em relações internacionais em 2017. Pesquisadora da FGV Direito Rio. Tem experiência com pesquisas sobre mudanças climáticas, direito internacional, direito ambiental, colonialidade, abordagens críticas ao desenvolvimento e relações internacionais.

Ficha Catalográfica

Cardoso, Ana Carolina de Almeida

Os limites do direito internacional ambiental : desenvolvimento, “natureza” e futuros (im)possíveis / Ana Carolina de Almeida Cardoso ; orientadora: Isabel Rocha de Siqueira ; coorientador: Roberto Yamato. – 2020.

191 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2020.

Inclui bibliografia

CDD: 327

A todxs que lutam pelo simples ato dissidente de existir.

Agradecimentos

Dizem que o processo de escrita é bastante solitário. De fato, nos deparamos com uma busca por nossas verdades mais profundas e nos vemos confrontando-as com nossas dúvidas, nossos medos e obstáculos. Apesar disso, nenhum trabalho se constrói sozinho. As inspirações, os apoios e os empurrões foram muitos, tantos que eu não seria capaz de me dar conta por completo. Esta seção é uma tentativa de reconhecer ao menos alguns afagos, puxões de orelha e trocas que tornaram essa dissertação possível. Sua força, incentivo e amor estão em todas as entrelinhas.

Em primeiro lugar, empatados para não ter briga, meus pais. Não só pelo fato de eu não existir sem seu material genético, mas por todas as escolhas de vida que fizeram por mim e por si próprios que me tornaram quem sou e, conseqüentemente, que tornaram esse trabalho exatamente como é. Andréa e Roberto fariam absolutamente qualquer coisa pela paz de saber que estou feliz e satisfeita com as minhas escolhas, mesmo que isso possa ter me feito crer que o apoio incondicional é uma premissa das relações humanas. Nunca questionaram minhas decisões e sempre apoiaram meus questionamentos e sonhos (im)possíveis. Já fui futura dançarina da Broadway, cineasta, bióloga marinha, artista plástica e hoje sou muito mais, tudo ao mesmo tempo, graças a vocês. Obrigada.

Igualmente apoiadores são os meus demais familiares: meus avós, Paulo, Mariléa, que ficaram acordados, rezando, durante todas as minhas provas, entrevistas, processos seletivos e bancas – tenho certeza que fez toda a diferença. Roberto (*in memoriam*) e Célia (*in memoriam*), que cuidam de cima para que tudo corra bem. Dani, Walma, Marieli e Luzia, tias-mães, que me deram banho e me ensinaram a lamber o chocolate dos dedos. Obrigada por tudo.

A Vinicius, parceiro que a vida apresentou para mim, que não só dividiu todas as minhas angústias, descobertas, ideias mirabolantes e crises de ansiedade, como também compartilhou as próprias, tornando esse processo verdadeiramente conjunto. Obrigada por escutar todas as dores deste longo trabalho de parto; por estar presente para comemorar os

caminhos encontrados, para acalmar as crises de ansiedade ou para encorajar as noites em claro. Obrigada pela paciência de revisar os inúmeros artigos que se transformariam neste trabalho – do qual também não escapou seu olhar.

Não poderia deixar de agradecer ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio por me acolher, me ensinar para muito além dos (muitos) livros lidos e me transformar por completo. Desde o momento que terminei de ler a bibliografia para o processo seletivo de mestrado, em 2017, percebi que não poderia mais olhar para o mundo da mesma maneira. Nesse sentido, preciso agradecer a todo o carinho e dedicação das professoras e professores, funcionárias e funcionários, que personificam a inspiração de academia que precisamos construir.

À minha orientadora, Isabel, quem eu tenho como uma de minhas maiores inspirações e com quem aprendi sobre a pesquisa, a escrita, a prática acadêmica e tanto mais: sobre afeto, sobre transformação e dedicação para a construção de presentes-futuros solidários. Obrigada por desafiar a minha zona de conforto e por me estimular a aspirar por mais – e, principalmente, por me passar a confiança de que eu seria capaz de cumprir essas expectativas.

Ao meu co-orientador, Roberto, que abraçou minha pesquisa como se dele fosse. Obrigada por todas as conversas instigantes, por todo o carinho, os conselhos, as indicações bibliográficas e os direcionamentos entusiasmados com o meu trabalho. Obrigada por todo o afeto e generosidade, que transbordam em tudo o que faz.

Maureen, que tanto me ensinou sobre ensinar, muito obrigada por todo o acolhimento e as trocas no estágio docência; que prazer dividir a sala de aula com você. Marta, Paulo E., Paulo C., Bruno, Andrea, Carolina, Anna, Matt, Luis e Krishna com os quais eu tive o prazer de aprender na minha passagem pelo mestrado, as discussões e reflexões de dentro e fora de sala de aula estão marcadas nessa pesquisa e em mim.

Aos amigos incríveis que dividiram sala, angústias e alegrias nesses dois anos, muito obrigada por todo o apoio em forma de resumos, desabafos, PDFs compartilhados, dúvidas, memes e karaokês. Em especial, Ana L., Ananda, Anna, Beatriz, Henrique, Lucas M., Lucas G., Luma, Maria Alice,

Mariana, Tatiana e Thallita, já sinto falta de dividir os dias e as reclamações sobre a carga de leitura com vocês.

A Breno e Guto, por acreditarem em mim e me assegurarem quando a síndrome de impostora me impediu de acreditar nas minhas próprias palavras; pelas reflexões, crenças, vontades e preocupações compartilhadas. A todos os meus amigos, obrigada pelos incentivos e pela compreensão sobre a minha ausência em tantas ocasiões. Ana Clara, Bárbara, Clara, Julia, Felipe, Letícia, Luiza M., Luiza Q., Rafaela, Victor e tantos outros, espero conseguir compensar vocês em breve.

Aos colegas de trabalho da FGV Direito Rio, que acompanharam o percurso e me ouviram durante os momentos de sobrecarga, em especial Eduardo, Bianca, Fernanda, Renan, Gabriela G., Gabriela P. e Danielle.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo apoio financeiro foi essencial para minha manutenção durante parte do período de dedicação ao mestrado¹. Torço para que muitas e muitos jovens pesquisadores possam ter seus estudos viabilizados com o fortalecimento das instituições de fomento à pesquisa.

A todas as acadêmicas e acadêmicos que buscam produzir e compartilhar conhecimento de maneira transformadora, principalmente aqueles cujas ideias dão vida e suporte às presentes nesta pesquisa. A todas e todos que inspiraram as ideias aqui contidas de alguma forma, pela produção acadêmica, pelo ativismo político e pelo exemplo.

A todas as existências não humanas que garantem a minha sobrevivência e com as quais eu tenho o privilégio de coexistir. Obrigada por me inspirarem e me ensinarem cotidianamente.

A todos que resistem e compartilham a experiência de construir presentes e futuros solidários, inclusivos, coletivos e gentis.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Cardoso, Ana Carolina de Almeida; de Siqueira, Isabel Rocha (Orientadora); Yamato, Roberto (Coorientador). **Os Limites do Direito Internacional Ambiental: Desenvolvimento, “Natureza” e Futuros (im)possíveis**. Rio de Janeiro, 2020. 191 fls. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Considerando a insuficiência do direito internacional ambiental frente às crises da era do antropoceno, a presente pesquisa busca analisar as questões fundacionais das normas jurídicas internacionais. Para tanto, primeiramente, será observado o discurso presente nas três principais declarações gerais do direito internacional ambiental (Declaração de Estocolmo, Declaração do Rio e “O Futuro que Queremos”) de maneira crítica e reflexiva. Em seguida, será explorada a construção de significados que sustentam a visão de mundo legitimada por essas normas, como o ideal por desenvolvimento, a colonialidade e certa concepção sobre “natureza”, “humanidade” e a relação entre eles. Por fim, serão levantados questionamentos sobre as possibilidades de futuros alternativos que derivam dessas categorias, como o reconhecimento dos “direitos da natureza”, e os limites que as categorias existentes impõem a imaginários dissidentes. Com isso, observa-se que a forma com que o direito internacional ambiental é construído pressupõe a não problematização da exclusão constitutiva de “outros” do sistema internacional moderno. Portanto, é necessário questionar essas próprias categorias fundacionais, não só do direito internacional (geral e ambiental), como do sistema internacional e estatal como um todo, como um convite para uma especulação construtiva sobre quais futuros somos capazes de imaginar e construir.

Palavras-chave:

Direito Internacional Ambiental; Desenvolvimento; Pós-colonialismo; Natureza; Antropocentrismo.

Abstract

Cardoso, Ana Carolina de Almeida; de Siqueira, Isabel Rocha (Orientadora); Yamato, Roberto (Coorientador). **The Limits of International Environmental Law: Development, “Nature” and (im)Possible Futures.** Rio de Janeiro, 2020. 191p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Considering the shortcoming of international environmental law in dealing with the crises of the era of the Anthropocene, this research seeks to analyze some foundational categories of international legal norms. With this in mind, firstly, the discourse of the three main general declarations of international environmental law (Stockholm Declaration, Rio92 and Rio +20) will be observed in a critical and reflective way, with the help of an enunciative discourse analysis. Then, some accounts will be traced about the construction of meanings that support the ontology legitimized by these norms, such as the ideal for development, coloniality and a certain conception about “nature”, “humanity” and the relationship between them. Finally, considering the roles of imaginaries and constructions of futures, questions will be raised about the possibilities of alternative futures that derive from these concepts, such as the recognition of the “rights of nature” and the limits that the existing categories impose on dissident imaginaries. Hence, it can be observed that the way in which international environmental law is constructed presupposes that the constitutive exclusion of “others” from the modern international system is not problematized. Therefore, it is crucial to question these very foundational categories, not only of international law (general and environmental), but of the international and state systems as a whole, as an invitation to face the “end of the world” through constructive speculation about which futures we are able to imagine and build.

Keywords

International Environmental Law; Development; Post-colonialism; Nature; Anthropocentrism.

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução | 12 |
| 1. O Discurso no Direito Internacional Ambiental | 20 |
| 1.1. Pragmática enunciativa: Pressupostos e fundamentos..... | 24 |
| 1.2. Breve descrição e análise enunciativa das declarações internacionais ambientais | 31 |
| 1.2.1. Declaração de Estocolmo (1972)..... | 32 |
| 1.2.2. Declaração do Rio (1992)..... | 39 |
| 1.2.3. “O Futuro Que Queremos” (2012) | 44 |
| 1.3. Contexto de Enunciação e Construção de Narrativas..... | 48 |
| INTERLÚDIO I..... | 56 |
| 2. Desenvolvimento e o Persistente Colonialismo do Direito Internacional 60 | |
| 2.1. Desenvolvimento: história e significados..... | 61 |
| 2.2. Direito Internacional, (des)Colonização e Império Continuado..... | 70 |
| 2.3. Alteridade, Resistência e Universalidade | 81 |
| INTERLÚDIO II..... | 91 |
| 3. Localizando a Natureza | 92 |
| 3.1. O “ambiental” do Direito Internacional | 95 |
| 3.2. A “metáfora da natureza” | 103 |
| 3.3. (Sub-)Humanidade | 113 |
| INTERLÚDIO III..... | 126 |
| 4. Direitos da Natureza, Alternativas Sistêmicas e Futuros (im)Possíveis 127 | |
| 4.1. Futuros em Construção | 130 |
| 4.2. Futuros em Sonhos | 142 |
| INTERLÚDIO IV | 157 |
| Considerações Finais..... | 160 |
| Referências Bibliográficas | 166 |
| ANEXO A – DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO | 175 |
| ANEXO B – DECLARAÇÃO DO RIO | 183 |
| ANEXO C – “O FUTURO QUE QUEREMOS” | 188 |

Gostaria que os brancos parassem de pensar que nossa floresta é morta e que ela foi posta lá à toa. Quero fazer-los escutar a voz dos xapiri (espíritos), que ali brincam sem parar, dançando sobre seus espelhos resplandecentes. Quem sabe assim eles queiram defendê-la conosco?

– Davi Kopenawa

Introdução

O que o direito internacional tem a ver com o fim do mundo? À primeira vista, pode parecer que as normas que são fruto de negociações entre os chefes de governo e líderes diplomáticos, cuja composição é influenciada por uma infinidade de atores externos e internos, estatais e não-estatais, em nada se relacionam com a distopia aparentemente distante que inspira as mais mirabolantes obras de ficção científica. Contudo, o diálogo contraintuitivo entre esses temas pode ser, na verdade, direto, pois é precisamente a grande pergunta “o mundo terá um fim?” que está em jogo nas negociações ambientais.

Nesses fóruns do direito internacional ambiental, são decididos quais futuros devem ser endossados pela comunidade internacional. Mais especificamente, quais futuros – e, conseqüentemente, presentes – serão excluídos, silenciados e preteridos pelas normas ambientais. Enfrentamos cotidianamente a possibilidade do fim do mundo, seja pela crise climática iminentemente catastrófica; pela sexta extinção em massa de seres e entes naturais não humanos; pelo extermínio de habitats humanos e não humanos pelo extrativismo, desmatamento, descarte desenfreado de resíduos não-compostáveis; pela criação, confinamento e genocídio de animais não-humanos que implica o sofrimento de milhões de seres e é responsável por grande parte do uso de terra, da poluição de corpos hídricos e das emissões de gases de efeito estufa; entre outras práticas insustentáveis que, ironicamente, sustentam o sistema de produção e consumo capitalista. Mas, para definir se o “mundo” terá um fim ou não na era do antropoceno (CHAKRABARTY, 2009), é preciso antes disputar qual é o mundo que está em jogo.

Diversos “mundos”, humanos e não humanos – os mundos de todos e todas que vivem às margens – *são* em colapso, pois se veem desempenhando papéis impostos que requerem sua constante apropriação e subjugação. Nesse sentido, as previsões apocalípticas alarmantes e iminentes partem do medo de um mundo que não conhece o fim como norma. Um mundo que é tão míope em relação à infinidade de outras existências mundanas, que reconhece uma possibilidade de existência sem sua presença como “fim”.

Levantando questionamentos sobre a ineficácia das normas ambientais em cumprir sua promessa pitoresca – “proteger a natureza²”; “salvar o mundo” e variações igualmente heroicas e genéricas –, mesmo quando apoiado por otimismo e ingenuidade, fui confrontada com uma série de perguntas que tive de abraçar: qual é o papel do “desenvolvimento” – e que desenvolvimento é esse – tão presente nessas normas? Como isso se relaciona com a forma como atores que produzem o direito internacional foram constituídos, por meio de processos coloniais cujas marcas perduram nas “regras do jogo” desse campo? Como isso formou a lente pela qual esses atores se constituem em relação ao dito meio ambiente? E, por sua vez, como a constituição antropocêntrica do “meio ambiente” influencia a relação entre os próprios seres humanos? Existem visões e modos de vida alternativos aos institucionalizados por essas normas? Como a institucionalização de certa visão particular sobre outros seres e entes não humanos impacta a vida e a (r)existência dessas visões de mundo e corpos dissidentes? O mundo vai mesmo acabar (dessa vez)? Qual, ou quais, mundos terão seu fim – e, por sua vez, se alguns mundos correm risco de extinção, quais outros podem ser construídos em seu lugar?

Dialogando com essas reflexões, a presente pesquisa pretende colaborar com o conjunto de contribuições teóricas existentes sobre o direito internacional ambiental e algumas dinâmicas fundacionais da ordem internacional moderna que o atravessam e o constituem, tendo em vista que “[d]iferentemente de outras áreas do direito internacional, estudos teóricos sobre a história e a filosofia do direito internacional ambiental são raros” (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 582, tradução livre)³ e que “a pouca atenção constante que esse corpo do direito atraiu até então se concentrou em sua maioria na sua relação com os direitos reais” (“*property law*”) (HUMPHREYS & OTOMO, 2016, p. 799, tradução livre)⁴.

Para tanto, a pesquisa parte da análise do discurso de algumas das principais declarações do direito internacional ambiental, com o objetivo de observar os

² Neste trabalho, o uso das aspas que não para referenciar trechos de obras citados integral e diretamente, é um recurso linguístico da autora para expressar ironia ou desconforto com o uso acrítico do termo ou expressão em destaque.

³ Trecho original em inglês: “[u]nlike other areas of international law, theoretical studies of the history and philosophy of IEL are rare.”

⁴ Trecho original em inglês: “The little sustained theoretical attention this body of law has attracted to date has concentrated in the main on its relationship with property law”.

padrões do discurso do direito internacional ambiental presentes na construção do texto desses documentos. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a “pragmática enunciativa”, ou análise enunciativa do discurso, cujas categorias possibilitam a análise linguística do texto em consideração aos arranjos interdiscursivos e socioinstitucionais que atravessam as relações presentes no contexto de produção do discurso (ANGERMULLER, 2014).

O Capítulo 1 se propõe a expor os principais fundamentos dessa abordagem metodológica do campo da análise pós-estruturalista do discurso, assim como seus principais elementos analíticos, utilizando-os para realizar a análise das três principais declarações do direito internacional ambiental, constitutivas dos diálogos na comunidade de nações sobre meio ambiente: a “Declaração de Estocolmo”, ou Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972; a “Declaração do Rio”, ou Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992; e “O Futuro que Queremos”, documento final da “Rio +20”, ou Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, de 2012.

Com isso, trará apontamentos sobre o posicionamento dos locutores que constroem o texto, sobre os interlocutores que são mobilizados e como são articulados pelos elementos gramaticais, sobre as visões de mundo contidas no texto e, conseqüentemente, as exclusões e os silenciamentos, por vezes, gritantes nessas normas jurídicas. Por fim, o capítulo irá abordar alguns dos elementos dos contextos políticos, sociais e econômicos que atravessaram a elaboração desses documentos, com o auxílio de contribuições teóricas sobre o direito internacional ambiental, como as obras de Usha Natarajan & Khishan Khoday (2014), de Daniel Braga Lourenço (2019) e de Stephen Humphreys e Yoriko Otomo (2016).

Em seguida, o Capítulo 2 buscará observar a construção histórica de significados e operações de um dos conceitos centrais para essas declarações, o desenvolvimento, como presente nos próprios títulos das conferências que as originaram. Para aprofundar a análise sobre a centralidade desse conceito, o capítulo trará abordagens críticas desde o sul sobre a relação co-constitutiva entre o desenvolvimento e o próprio direito internacional, dentre elas, as obras de Sundhya Pahuja (2014), Antony Anghie (2007) e Inayatullah e Blaney (2012).

Assim, se propõe a apontar para os papéis desempenhados pelo ideal de desenvolvimento econômico para a universalização do direito internacional e sua relação com os processos de colonização e descolonização e a construção moderna da diferença.

Dialogando com esses esforços, o Capítulo 3 pretende se aprofundar na construção de outro conceito essencial para a produção do discurso presente no direito internacional ambiental: o de “meio ambiente”. Assim, abordará alguns mecanismos de produção da visão antropocêntrica do ambientalismo “convencional”, como a separação ontológica entre natureza e cultura, e sua influência na própria construção de conceitos basilares do sistema internacional, como a “soberania” e o “desenvolvimento”. Além disso, realizará ponderações sobre os desdobramentos dessa construção antropocentrada sobre as existências não-humanas para as práticas sistêmicas de violência com esses seres e entes, assim como para a produção hostil de subjetividades “sub-humanas”.

Por fim, o quarto e último capítulo se propõe a trazer outras possibilidades frente a essas construções de diferenças que conferem legitimidade a lógicas históricas de conquista e expropriação humana e não-humana. Para isso, em primeiro momento indagará sobre quais alternativas estão sendo reconhecidas como possíveis pelas instituições e quais limites se apresentam a elas, por meio de investigações do reconhecimento judicial dos “direitos da natureza”. Em seguida, reunirá provocações sobre a necessidade de ruptura com essas alternativas vistas como “possíveis” para construir caminhos que efetivamente rompam com as categorias basilares dos discursos e práticas institucionais, tendo em vista o aparente esgotamento desses alicerces para pensar futuros que, de fato, existam. Nesse sentido, serão propostas reflexões sobre a iminência do “fim do mundo” e alguns caminhos (im)possíveis postos pelos seres “sub-humanos” que são silenciados dos discursos “oficiais” sobre a relação com a natureza. Busco pensar com os futuros impossíveis que somos capazes de imaginar e construir com o auxílio de caminhos que já estão sendo traçados – aqueles mundos que recusam o próprio silenciamento –, trazendo inspirações ecofeministas, pós-humanistas, ameríndias, pós-coloniais, entre outras.

Esses futuros disputam os fundamentos filosóficos e ontológicos que preconizam a apropriação de vidas e existências humanas e não humanas para se edificarem. Futuros que não se sustentem na extinção de até 10% das espécies tropicais a cada década⁵. Futuros cujo *business as usual* não tenha como resultados inevitáveis a destruição das barreiras de corais, que estarão completamente extintas até 2050⁶, enquanto os presentes negociam acordos ambientais cujas metas de redução de emissões são constantemente postergadas à espera de uma tecnologia milagrosa que evitará a realização de mudanças estruturais. Futuros cujo “efeito colateral” não seja a existência de verdadeiras “ilhas de plástico” nos oceanos, a maior delas com extensão territorial que a posicionaria como o 13º maior país em área do mundo⁷. Que não tenham como premissa o controle da natureza de modo tão arraigado que torna comum a manipulação genética de outros seres, de modo a melhor contemplarem os interesses humanos, reduzindo existências a “funções”.

Complementarmente, trata-se de instigar futuros cujas soluções não sejam transferências de tecnologias nas quais os maiores beneficiários são os proprietários de patentes; mercados de carbono que não alteram a quantidade de emissões globais; títulos financeiros “verdes”, cuja relação com o “meio ambiente” segue indefinida, apesar dos fluxos monetários entre multinacionais em seu nome serem bastante concretos; pagamento por “serviços ambientais”, que o “prestador de serviços” e o destinatário do pagamento sequer são o mesmo; compensação de emissões de gases de efeito estufa pelo cultivo de monoculturas de eucalipto que extinguem a biodiversidade nativa; incentivos fiscais e licenciatórios para que empresas simplesmente cumpram a lei – conservadora e antropocêntrica; alimentação “orgânica” a mamíferos que ainda terão que viver uma vida curta, confinada e cujo único propósito é a própria morte; equivalência de entes naturais a mercadorias, tornando-os, assim como à própria sobrevivência, “itens de luxo”.

Como recurso ilustrativo, ao longo do trabalho serão trazidos vislumbres aos futuros-presentes distópicos para os quais estamos caminhando rapidamente.

⁵ Conferir “The World Counts”. Disponível em: <<https://www.theworldcounts.com/stories/environmental-degradation-facts>>. Acesso em maio de 2020.

⁶ *Ibid.*

⁷ Conferir “Garbage Islands in the Ocean”. Disponível em: <https://www.theworldcounts.com/stories/garbage_islands_in_the_ocean>. Acesso em maio de 2020.

Isso será feito pela inserção de breves interlúdios entre os capítulos, que buscarão trazer contribuições da ficção que se aproximam mais da realidade do que a primeira impressão pode demonstrar. A intenção é conectar cognitivamente tais possibilidades desconcertantes e iminentes com as possibilidades traçadas pelas dinâmicas debatidas nos capítulos. Com isso, serão observados trechos de profecias perturbadoras, de modo a compelir a leitora a olhar com cuidado e urgência para a necessidade de encarar as barreiras da possibilidade que se apresentam no presente, impulsionando os sonhos com futuros (im)possíveis. Ao final, será ilustrado um último interlúdio, com palavras que clamam pela construção em aberto de um futuro mais gentil e coletivo.

O xamã yanomami Davi Kopenawa fornece, ainda, outra perspectiva sobre as crises que os humanos “modernos” estão gerando aos seres, humanos e não-humanos, e sobre as possibilidades de futuro que isso apresenta:

Na época que meu sogro me fez beber o pó de *yakôana* pela primeira vez, eu já tinha visto a imagem do céu se quebrando e tinha ouvido suas queixas: ‘Mais tarde, se não houver mais xamãs na floresta para me segurar, vou cair de novo na terra, como no primeiro tempo! Mas dessa vez vou fazer viver em minhas costas gentes diferentes desses brancos comedores de terra tão hostis a vocês!’. Desde então, muitas vezes escuto em sonho o céu lançando estalos apavorantes e ameaçando quebrar. [...] Pode levar muito tempo, mas penso que vai acabar acontecendo. Por enquanto, quando os brancos esquentam o peito dele com a fumaça do metal que arrancam da terra, os *xapiri* ainda estão conseguindo curá-lo, despejando nele enxurradas de água de suas montanhas. Mas se não houver mais xamãs na floresta, ele vai queimar aos poucos até ficar cego. Vai acabar sufocando e, reduzido ao estado de fantasma, vai despencar de repente na terra. Aí seremos todos arrastados para a escuridão do mundo subterrâneo, os brancos tanto quanto nós.

Pode ser que, então, depois de muito tempo, outras gentes venham à existência em nosso lugar. Mas serão outros habitantes da floresta, outros brancos. São essas as palavras de nossos antigos sobre o futuro. [...]

Mas não devem pensar que estamos preocupados somente com nossas casas e nossa floresta ou com os garimpeiros e fazendeiros que querem destruí-la. Estamos apreensivos, para além de nossa própria vida, com a da terra inteira, que corre o risco de

entrar em caos. Os brancos não temem, como nós, serem esmagados com a queda do céu. Mas um dia talvez tenham tanto medo disso quanto nós! (KOPENAWA & ALBERT, 2010, pp. 497-498)

Nesse sentido, Usha Natarajan & Kishan Khoday apontam que as crenças disciplinares do direito internacional criam uma dependência de relações particulares com a natureza. “A doutrina da soberania facilita o processo de criar fronteiras finitas na natureza como um embasamento para a divisão, comodificação e consumo eficientes” (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 592). O direito internacional desempenha papel crucial no discurso que busca tornar o estilo de vida do norte global possível em todos os lugares, construindo a perseguição global ao desenvolvimento como uma fé na religião da modernidade (*ibid*). Portanto, alegam que “enquanto o direito internacional ambiental apresenta uma série de soluções técnicas, a dificuldade é que o problema não é suscetível a uma solução técnica. [...] danos ecológicos desafiam as premissas básicas do direito internacional e esse debate em outro nível não é lucrativo” (*ibid*).

Diante disso, é interessante trazer para conhecimento o conceito de “fé crítica” (“*critical faith*”) que Sundhya Pahuja menciona para se referir a seu ponto de partida acerca dos estudos críticos ao direito internacional. Trata-se de compreender que, devido a sua constituição histórica e operação, o direito internacional possui uma característica dupla, contendo tanto dimensões imperiais quanto contra-imperiais.

Essa “fé crítica” vamos chamar assim, é muito mais interessante para mim do que uma crença que o direito internacional, e os direitos humanos em particular, estão do lado dos anjos e que desfechos infelizes devem ser compreendidos como ‘distorções’ desse direito. Também é mais historicamente embasado como um ponto de partida do que uma busca pragmática por ‘relevância política’. Apesar de por razões distintas, cada uma dessas abordagens se afasta dos aspectos mais problemáticos do direito internacional e se recusa a engajar com sua história imperial e intimidade bem-documentada com os poderosos (PAHUJA, 2011, p. 1).

Transversalmente, também permeará este trabalho uma lente pós-humanista, isto é, olhar atento que busca evidenciar e ressaltar a presença de seres

e entes não-humanos, ou mais-que-humanos, nos contextos e nas questões analisadas. Essa visão parte da premissa que, diante do estado de exploração de humanos e não humanos no planeta, abordagens centradas em seres humanos são insuficientes. O objetivo não é retirar os seres humanos da análise, mas sim descentralizar sua presença, reconhecendo que elementos não-humanos sempre estão presentes nas relações, interações e opressões. Abraçando a transversalidade, esta abordagem pós-humana supera fronteiras artificiais como as do humano/não-humano, vivente/não-vivente e natureza/cultura. O propósito último do emprego deste olhar sensível ao que transborda o humano, diferentemente de excluir os seres humanos e a humanidade das relações ou dos problemas, é ressignificar a própria subjetividade humana, de modo que não se defina em oposição a seus muitos “outros” (ULMER, 2017).

1. O Discurso no Direito Internacional Ambiental

Os antigos brancos desenharam o que chamam de suas leis em peles de papel, mas para eles parece que não passam de mentiras! Na verdade, eles só escutam as palavras da mercadoria!

– Davi Kopenawa

A citação acima é uma provocação colocada pelo xamã Yanomami Davi Kopenawa sobre as normas jurídicas dos não-indígenas, que para ele não passam de “mentiras”. A eficácia das leis são um frequente foco de questionamento, não apenas por Kopenawa, que acusa a constante invasão de grileiros e garimpeiros que gera o desmatamento de terras ocupadas por comunidades indígenas e de seus habitantes, incluindo as terras Yanomami (KOPENAWA & ALBERT, 2010, pp. 357 *et. seq.*).

Igualmente, as normas do direito internacional ambiental são acusadas de serem ineficazes para a efetiva “proteção ambiental”⁸, uma vez que essas e outras atividades não param de serem agravadas. De fato, considerando que existem mais de 1.300 acordos multilaterais e 2.200 acordos bilaterais sobre meio ambiente (MITCHELL, 2020) e que a taxa de desmatamento na região da Amazônia Legal, onde habitam as comunidades Yanomami, mais do que dobrou desde 2012, parece lógico questionar qual papel teve essa infinidade de normas na mitigação ou adaptação de condutas consideradas ambientalmente degradantes?

Como Davi Kopenawa poderia seguir acreditando no direito internacional ambiental após décadas de reiteradas invasões de grileiros e garimpeiros em terras indígenas e campesinas; o crescimento do extrativismo⁹, que anualmente remove

⁸ O termo aparece, considerando variações, no item 2 e nos princípios 24 e 25 da Declaração de Estocolmo; nos princípios 4, 24 e 25 da Declaração do Rio; e nos princípios 6, 10 e 11 do Futuro Que Queremos.

⁹ Cf. ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição. In DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs). Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

55 bilhões de toneladas de minério e petróleo da terra¹⁰ e é responsável por desastres cada vez mais previsíveis e devastadores, como os vividos no Estado de Minas Gerais em 2015 e 2019, decorrentes da mineração¹¹, e o sofrido pela população costeira dos estados da região nordeste, também em 2019; a atual onda de extinção em massa de espécies, que provoca uma perda sem precedentes de biodiversidade decorrente dessas atividades de alguns humanos (BARNOSKY *et al.* 2012 e EKINS *et al.*, 2019 *apud* GUDYNAS, 2019, p. 16); o desmatamento que já extinguiu cerca de 80% das florestas tropicais¹², como denunciado por Kopenawa; a crise climática global que anuncia um cenário apocalíptico cada vez mais presente e sem soluções estatais à altura, uma vez que o comércio de emissões e a aposta tecnológica na captura de carbono parecem ser mais atraentes do que uma mudança estrutural no sistema de produção, consumo e emissões de gases danosos¹³; entre outras condutas integradas no sistema capitalista que influencia as vidas e os destinos de todos os coabitantes do planeta, tornando os chamados “conflitos socioambientais” uma realidade desesperadora e distópica de quase a totalidade da população¹⁴.

Foi o que aconteceu quando abriram a estrada na floresta da gente do rio Ajarani e de novo quando os garimpeiros invadiram a dos habitantes das terras altas. Escavando o leito dos rios, desmatando as margens e esfumaçando as árvores com seus motores, eles expulsaram a riqueza da floresta e a fizeram ficar doente, a ponto de o ser da fome, *Ohinari*, ter se instalado nela. A caça morreu ou fugiu para bem longe, nas serras. Em seus igarapés já não se acham peixes, nem camarões, nem charangueiros, nem arraias, nem poraquês, nem jacarés. As imagens desses bichos, enfurecidas, fugiram para longe de lá, chamadas de volta pelos outros *xapiri*. Assim é. Desde que fiquei adulto, vi muitas vezes os rastros ruins dos brancos na

¹⁰ Dados retirados de “*The World Counts*”. Disponível em: <<https://www.theworldcounts.com/stories/environmental-degradation-facts>>. Acesso em maio de 2020.

¹¹ Cf. ARÁOZ, Horácio Machado. *Genealogia da Mineração Contemporânea*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

¹² Dados retirados de “*The World Counts*”. Disponível em: <<https://www.theworldcounts.com/stories/environmental-degradation-facts>>. Acesso em maio de 2020.

¹³ Conferir KILL, Justa. “REDD in Brazil: Two case studies on early forest carbon offset projects.” Heinrich Böll Stiftung Brasil.

¹⁴ Conferir o “Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde No Brasil”, disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em maio de 2020. E o “EJAtlas - Global Atlas of Environmental Justice”, disponível em: <<https://www.ejatlus.org/>>. Acesso em maio de 2020.

floresta. Eles não se preocupam em nada que suas árvores sejam trocadas por capim e seus rios, por córregos lamacentos! Com certeza devem pensar que tanto faz, mais tarde poderão cobrir seu solo com o cimento de suas cidades (KOPENAWA & ALBERT, 2010, pp. 468-469).

Contudo, antes mesmo de indagar sobre a veracidade das intenções ali contidas, é preciso questionar se os objetivos do direito internacional ambiental não são, na verdade, honestos sobre sua relação com as “palavras da mercadoria”. Isto é, essas normas buscam efetivamente transformar as condutas que levam aos problemas ambientais que denunciam? Se trata de um mero problema de aplicabilidade? Ou há relação entre os interesses econômicos dos chefes de governo que negociam as normas ambientais e os dispositivos normativos do direito internacional ambiental?

É necessário, portanto, refletir sobre o próprio conteúdo desses documentos. Qual é o discurso presente nas principais declarações de direito internacional ambiental? Quais são seus interlocutores, isto é, com quem as normas ambientais estão falando? E quem estão excluindo? Quais conceitos e significados seus enunciadores mobilizam? Em que contextos discursivos essas normas estão inseridas, quais interesses refletem e quais visões de mundo legitimam? Essas questões são relevantes para questionar o que, de fato, está sendo “protegido” pelo direito internacional ambiental? Nesse sentido Paulo de Bessa Antunes admite:

Pretende-se que o Direito Ambiental represente a ruptura do antropocentrismo. Sustenta-se que, ao proteger a vida, em especial a vida animal e vegetal, o Direito Ambiental teria reconhecido novos sujeitos de direito. [...] Tal raciocínio é primário, pois deixa de considerar uma questão essencial e inafastável, que é o fato de que o Direito positivado é uma construção humana para servir propósitos humanos (BESSA ANTUNES apud BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 59)

Para abordar essas reflexões é necessário, pois, observar os padrões das principais declarações ambientais ao longo do tempo, buscando identificar os interlocutores mobilizados pelo texto e suas relações, assim como conceitos e definições que apontam para os interesses e pontos de vista materializados no texto dessas normas. Com isso em mente, serão abordados os documentos constituídos naquelas que são consideradas as principais conferências internacionais sobre meio

ambiente promovidas pela Organização das Nações Unidas: a “Declaração de Estocolmo” (Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano), 1972; a “Declaração do Rio” (Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), 1992; e “O Futuro que Queremos”, documento final da Conferência Rio +20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), 2012.

A escolha desses documentos, dentre os muitos existentes nos regimes internacionais que versam sobre “temas ambientais”, deriva de sua pretensão de encampar as diretrizes gerais para a ação humana sobre o meio ambiente. É comum na governança internacional ambiental a adoção de regimes que abordam multilateralmente questões ambientais específicas, como os acordos internacionais sobre a crise climática, as convenções e protocolos adicionais sobre biodiversidade, combate à desertificação, controle de movimentação de resíduos perigosos, entre outros. Contudo, analisar qualitativamente cada conjunto regimental ambiental existente no sistema internacional, com suas especificidades e complexidades, é um esforço que transbordaria o escopo do presente trabalho. Portanto, será dado foco às declarações “gerais” do direito internacional ambiental, que consistem nos documentos finais das chamadas “Cúpulas da Terra”, que visam representar a vontade comum dos chefes de governo e líderes diplomáticos ali presentes. Acredita-se que essas declarações possuem certa característica direcionadora do direito internacional ambiental de modo geral, uma vez que seus princípios são encarregados de definir os parâmetros gerais sobre a “proteção ambiental” para a comunidade internacional.

A análise dos documentos mencionados acima será realizada com fundamento metodológico na abordagem da análise enunciativa do discurso, com ênfase para a “pragmática enunciativa”. Essa abordagem busca pôr em diálogo a análise da construção gramatical e sintática do texto em questão com as relações contextuais de sua produção, levando em consideração aspectos sociais, políticos, econômicos e de poder que atravessam as dinâmicas presentes, direta ou indiretamente, no texto.

1.1. Pragmática enunciativa: Pressupostos e fundamentos

A abordagem metodológica utilizada para analisar os documentos escolhidos é a análise enunciativa do discurso, que busca unir o apreço pela observação textual minuciosa com o olhar atento às relações de poder que perpassam o texto, fornecendo categorias para a análise linguística do texto em consideração aos arranjos interdiscursivos e socio-institucionais presentes nas dinâmicas envolvidas no contexto de produção do discurso. A seguir, serão delineadas as principais premissas metodológicas dessa abordagem e de suas inspirações, seus objetivos e algumas categorias de análise que instrumentalizam sua aplicação.

Compartilhando esta visão crítica à universalidade metodológica, a análise enunciativa do discurso, também conhecida como pragmática enunciativa ou linguística da enunciação é uma abordagem da análise pós-estruturalista do discurso que busca observar a construção discursiva da subjetividade (ANGERMULLER, 2014). Essa abordagem questiona como as declarações discursivas mobilizam e relacionam formas simbólicas, fontes de conhecimento, vozes enunciantes, interlocutores, conceitos e visões de mundo no momento de enunciação, ao mesmo tempo em que referenciam pré-construtos, isto é, conhecimentos pré-constituídos fora do texto em questão, representados pela ordem social e institucional na qual o discurso está inserido (*ibid*, p. 1). Portanto, a motivação da análise enunciativa do discurso é observar como os textos e os contextos se relacionam por meio da enunciação.

Angermuller adota a definição de Benveniste para “enunciação” como a “operação da linguagem através de um ato de utilização individual”¹⁵ (BENVENISTE *apud* ANGERMULLER, *ibid*). A enunciação se refere ao *ato* de enunciar, e não ao enunciado ou à declaração em si. Diante disso, a pragmática enunciativa busca indagar como as expressões, marcadores, traços e símbolos indexicais¹⁶, refletem aqueles que falam e o contexto em que falam, com todos os atributos da ordem do discurso – mesmo que não adotem este termo (*ibid*, pp. 1-2).

¹⁵ No original: “*enactment of language through an act of individual usage*” (Tradução Livre).

¹⁶ Termo adotado por Otto Jespersen (1959) para “*shifters*”: símbolos indexicais na linguagem, que são —unidades gramaticais com característica dêitica, isto é, que só podem ser compreendidos em

Alinhada com a virada pragmática na linguística francesa desde os anos 1970, trata-se de uma vertente enunciativa na pragmática que divergiu para focar em questões de subjetividade, contexto e comunicação, e nas dimensões socio-históricas do discurso (*ibid*, p. 2). Parte de um conjunto de análises pós-estruturalistas do discurso, com o tempo, diferentes autores foram incorporando elementos analíticos específicos e suas interpretações sobre eles, como a indexicalidade, a polifonia e os pré-construtos.

Parte do pressuposto que declarações (“*utterances*”), orais ou escritas, refletem atos de fala que, por sua vez, são produzidos por alguém com uma força interlocutória específica, relacionada ao seu contexto sociopolítico. Portanto, a linguagem se entrelaça com práticas nas quais identidades sociais, relacionamentos e subjetividades são constituídas (*ibid*, p. 3). Nesse sentido,

a cada ato de enunciação, [o locutor] realiza um acontecimento diferente e novo para fazer a passagem a sujeito e, nessa passagem, registra o modo como se instaura nos valores culturais da sociedade em que vive. É, com esses princípios, que o estudo enunciativo de um texto é proposto. (SILVA, 2018, p. 1)

Assim, se opõe a abordagens que descrevem sujeitos autônomos como a fonte e origem da atividade social e linguística; que contam com realidades objetivas existentes independentemente do discurso; e que acreditam que os significados são homogêneos e transparentes. É crítica ao silenciamento da voz do Outro, ao policiamento de práticas de resistência e controle de conhecimento desobediente e à homogeneização do social por meio de representações universalizadas “da” sociedade, “a” cultura ou “o” discurso (ANGERMULLER, 2014, p. 5).

Como a grande parte das abordagens de análise de discurso mais críticas, a análise enunciativa do discurso parte da premissa de que um texto, as unidades e as regras gramaticais que o compõem não se reduzem a palavras e categorias de linguagem. Há, através desses arranjos gramaticais, posições de poder e posicionamentos dos diferentes interlocutores e pontos de vista presentes no

relação ao contexto em que se insere a mensagem que o referencia. Exemplos de símbolos indexicais são os pronomes pessoais, cujo significado concreto é adquirido a partir do conhecimento de elementos externos ao texto em si – como os interlocutores e sua relação com o enunciador.

contexto de elaboração, ou enunciação, do discurso, assim como uma carga de conhecimento externo ao próprio texto discursivo que fundamenta constatações, conotações e referências intertextuais presentes no texto. Sustentando isso, existem arranjos institucionais, sociais, econômicos, políticos e processos históricos que atravessam a experiência dos autores e interlocutores.

Importante dizer que, diferentemente da análise crítica do discurso convencional, a análise enunciativa não distingue “fato” e discurso, uma vez que discorda da premissa de existência material exógena ao discurso, afirmando que não necessariamente os “fatos” são constitutivos do discurso e apontando para uma relação mais simbiótica e nebulosa entre esses elementos. Por conta disso, se afasta das abordagens que têm como objetivo empregar as categorias analíticas de modo a “desvendar” a ideologia que supostamente encobre os fatos e as relações de poder por meio do discurso.

Assim, apesar de buscar observar as relações políticas e sociais operantes através do discurso, este trabalho não se submete a um compromisso realista que pressupõe uma suposta realidade existente “fora” do discurso. Consequência deste posicionamento “realista” é a presunção de uma possibilidade de representação “neutra” dos fatos, despida de posicionamento ideológico. No limite, tal premissa leva à busca por um parâmetro de descrição e representação dos fatos que não se mostra atravessado por crenças, experiências, posição política e social, isto é: pontos de vista parciais. Assim se dá a busca metodológica por uma visão falaciosamente universal. Essa tentativa de neutralidade em nome de uma visão universal de “fora” do discurso e da ideologia encontra atritos em tentativas de politizar o particular, que demonstram que qualquer representação está imbuída das experiências vividas e internalizadas por seus autores, suas posições sociais, políticas, ontológicas e econômicas.

No mesmo sentido, Charlotte Epstein aponta para a importância da inspiração na análise crítica de discurso, que relaciona o discurso, construído por meio de mecanismos linguísticos, com as relações de poder. Apesar disso, também discorda da posição trazida, via de regra, por essa abordagem metodológica que visa desmistificar uma “verdade” por trás daquele discurso, uma vez que isso

pressupõe o ponto de vista autoral como equivalente a essa suposta verdade sobre determinada narrativa ou discurso.

A busca por um centro ausente – aquele universal desconstruído considerado além do mundo social que funda a possibilidade de teoriza-lo – [...] persistentemente omite os danos e as exclusões que são forjados por tal busca. [...] O diagnóstico pós-estruturalista, pois é que o problema se encontra na persistente orientação da teorização social rumo ao universal, às custas do particular e do político. A chave para retornar a essas mentiras é a linguagem em si. (EPSTEIN, 2013, p. 511, tradução livre)¹⁷

Nesse sentido, os elementos analíticos utilizados para a aplicação desta abordagem metodológica e as respectivas perguntas-problema que elas visam trabalhar são a indexicalidade (*indexicality*), que busca observar os elementos indexicais para identificar o contexto de enunciação e o que está sendo marcado como um contexto relevante; a polifonia (*polyphony*), que indaga como as declarações orquestram suas vozes e locutores, quem é responsável pelo que é dito e, mais importante, quem está falando; e o pré-construto (*preconstruct*), que questiona quais são os traços deixados pelo que foi dito “fora” do texto discursivo em questão, atentando-se para os sinais indicativos de conhecimentos auto-evidentes (ANGERMULLER, 2014, p. 62).

A indexicalidade representa as expressões linguísticas indicativas do contexto em que estão inseridas. Expressões indexicais só podem ser compreendidas quando relacionadas a um contexto e, por isso, permitem identificar a pessoa, o espaço e o tempo da enunciação, assim como elementos derivados que demonstrem o objeto discursivo (*ibid*, p. 39) e, no limite, as formas pelas quais a subjetividade é inscrita na linguagem (*ibid*, p. 41).

A identificação da pessoa pode ser feita com a observância dos pronomes pessoais utilizados no texto. Contudo, também é necessário olhar para as “não-pessoas” do discurso. De acordo com Benveniste, o sujeito “eu” e o não-sujeito

¹⁷ Trecho original em inglês: “The search for an absent center — that unconstructed universal posited beyond the social world that founds the possibility of theorizing it — [...] persistently forecloses the damages and exclusions that are wrought by such a search. [...] The poststructuralist diagnosis, then, is that the problem lies with the persistent gearing of social theorizing towards the universal, at the expense of the particular and the political. The key for returning to these lies in language itself.”

“você” constituem as pessoas do discurso, enquanto os pronomes referentes à(s) terceira(s) pessoa(s), constituem a “não-pessoa” (ANGERMULLER, 2014, pp. 39-40). O segundo elemento dêitico, ou indexical, é o temporal, que pode ser dividido em dois: T₀, o tempo de enunciação do discurso; e T₁, o tempo a que se refere a enunciação. São representados no texto por meio de advérbios e adjetivos temporais, assim como tempos verbais, principalmente aqueles que operam em relação a T₀ (por exemplo: “agora”; “ontem”; “amanhã”) (*ibid*, pp. 40-41). Por fim, a dimensão espacial do texto pode ser observada com o auxílio de dêiticos ao analisar os pronomes demonstrativos, verbos que indiquem movimento e demais indicadores de posicionamento (*id*).

Os elementos indexicais também contribuem para a observação do emprego da subjetividade na linguagem. Kerbrat-Orecchioni aponta dois tipos de discurso em relação à subjetividade: o discurso subjetivo, no qual o sujeito se apresenta, explícita ou implicitamente, como uma fonte crítica da declaração que enuncia, personalizando os marcadores e carregando os enunciados de juízos de valores pessoais; e o discurso objetivo, em que há uma tentativa de suprimir quaisquer traços da existência de um locutor individual (KERBRAT-ORECCHIONI *apud* ANGERMULLER, 2014, pp. 41). Além disso, existem múltiplos casos cuja análise indexical acerca da subjetividade encontra limites discursivos, como aqueles em que o texto é construído por discurso indireto (ANGERMULLER, 2014, pp. 41).

No que se refere à identificação das dimensões de tempo e espaço de enunciação, é preciso, entretanto, fazer uma ressalva. Esses elementos são facilmente identificáveis quando se tratam de documentos internacionalmente reconhecidos, uma vez que a data e o local de enunciação estão registrados no início da Declaração, não sendo necessário identificar a cada declaração por meio da presença de elementos dêiticos ou indexicais. A observação dessas formas simbólicas pode indicar, contudo, posicionamentos adotados na elaboração dos documentos, como o reconhecimento da relação entre as vontades expressas no texto e um momento específico da política internacional ou a abstração de vínculos com os acontecimentos “mundanos” à época da Conferência em questão. A polifonia, segundo elemento analítico, foi desenvolvida por Oswald Duscrot (1984) e, posteriormente, por Nølke et. al (2004). O primeiro defende que uma declaração orchestra as diferentes “vozes” que o locutor mobiliza, associando-se com outras

declarações. Já Nølke et. al elaboram uma descrição sistemática dessas “vozes” na declaração, que é composta por, pelo menos, um locutor, que orchestra os diferentes pontos de vista presentes na declaração; se divide entre o locutor responsável pela elaboração das declarações e o locutor identificável pelas marcas textuais, como nomes e pronomes; os pontos de vista (“vozes”), cuja fonte apoia determinado posicionamento; os seres do discurso (enunciadores), que ocupam as posições expressas pelos pontos de vista presentes no discurso; e as conexões enunciativas, que amarram os seres do discurso aos pontos de vista (ANGERMLULLER, 2014, pp. 43-44).

O locutor depende da existência de uma contraparte (um “alocutor”), a qual também se subdivide em textual (com marcas no texto) e atextual (a quem o texto efetivamente se destina), e de uma terceira parte. Esta última pode existir individualmente, como uma não-pessoa, ou coletivamente, podendo ser um coletivo homogêneo com presença normativa – direito, ou lei – ou um coletivo heterogêneo, marcado por uma existência multifacetada. Já os pontos de vista podem ser simples (compostos por um conteúdo semântico e um julgamento com fonte indeterminada) ou complexos, quando pontos de vista distintos são sobrepostos hierarquicamente (por exemplo, por marcada negação ou ironia em relação a um deles) ou relacionadamente (por conectores argumentativos, como “mas”, que não rejeitam nenhum dos dois como verdades) (*ibid*, pp. 44-47).

Pontos de vista podem depender, ainda, de pressuposições. Isto é, conteúdo ou conhecimento que existe no discurso e não é negociável pela forma que a declaração foi enunciada, com premissas implícitas. O autor oferece o exemplo a seguir para ilustrar esses casos: “Peter parou de fumar”, que pressupõe o conhecimento de que Peter já fumou anteriormente, uma vez que agora parou de fazê-lo (*ibid*, p. 48). O conhecimento pressuposto é usualmente utilizado em discursos excludentes como demarcador entre quem configura dentro e quem não subscreve à premissa que está pressuposta na declaração.

A terceira corrente analítica da enunciativa pragmática é baseada na contribuição de Pêcheux com o conceito de pré-construtos. Ao contrário das pressuposições, os pré-construtos buscam identificar o que foi dito exogenamente ao texto e projetou-se no discurso, apresentando-se como conhecimento auto-

explicativo, normalizado. Tratam-se das condições sociais e institucionais de produção pelas quais um discurso surge, enaltecendo a natureza interdiscursiva do discurso (*ibid*, p. 50).

O pré-construto se manifesta nas fissuras e brechas do interdiscurso, pelas quais o discurso assinala que não é auto-constitutivo. Em oposição à pressuposição, que se traduz em conhecimento presente no próprio texto, o pré-construto representa o conhecimento ideológico, geralmente refletindo as ideias naturalizadas na sociedade na qual o locutor está inserido que se impõem como verdades auto-evidentes. É um conhecimento que rompe com sua fonte de enunciação, apesar de se manifestar por meio dela. É um elemento “estrangeiro” no discurso, supostamente anônimo pois está presente nas entrelinhas. Sua manutenção é paralela à ausência de necessidade explanatória sobre ele, que se legitima por fontes não linguísticas, como as linhas de conflito socio-institucionais.

Assim, as dinâmicas de ordem estrutural que permeiam o contexto de enunciação podem estar presentes no texto discursivo por meio dos mencionados pré-construtos. Como estratégias para sua identificação, Angermuller recomenda a procura por orações relativas, substantivação e sufixos, que tendem a engessar a declaração com a inclusão de conhecimentos estrangeiros que foram ditos e determinados fora do texto em questão.

Portanto, para a análise enunciativa do discurso, os textos analisados são perpassados e produzidos por uma multiplicidade de contextos institucionais, situacionais, cognitivos, políticos, sociais e ontológicos. Portanto, o discurso não é compreendido como uma totalidade de significados em que todos os elementos definem uns aos outros satisfatoriamente. Também deve-se refletir acerca dos vãos, do que não é dito e do que é expresso como conhecimento auto-evidente. A análise buscará registrar as muitas vozes que estão entrelaçadas e sobrepostas umas às outras, em relação harmônica ou antagônica.

Em consideração aos objetivos e categorias analíticas da análise enunciativa do discurso, a análise a seguir buscará englobar tanto a necessidade de olhar crítico ao cenário político, social, histórico e ontológico no qual o discurso se insere e com o qual se relaciona, assim como a função das formas simbólicas e elementos indexicais na relação entre esse contexto discursivo e o texto enunciado.

1.2. Breve descrição e análise enunciativa das declarações internacionais ambientais

Como os demais ramos da análise do discurso, a pragmática enunciativa parte do texto. Conforme mencionado, serão objeto desta análise os documentos finais das três principais conferências sobre meio ambiente promovidas pela Organização das Nações Unidas que tiveram como escopo estabelecer consenso entre líderes de governos acerca das diretrizes gerais sobre a interação entre humanidade e meio ambiente. Mais especificamente, serão analisadas as declarações que representam os frutos dos debates entre os participantes durante esses encontros, isto é, à exceção dos anexos e das diretrizes voltadas para a implementação das manifestações de vontade coletiva declaradas na ocasião¹⁸.

Nesse sentido, resultante da Conferência de Estocolmo de 1972, será analisada a declaração homônima, contida no primeiro capítulo do documento resultante do encontro. Já da Cúpula da Terra, ou Rio 92, resultaram diversos documentos relevantes, como as convenções para clima e biodiversidade e as diretrizes para implementação da declaração final pelos Estados, a Agenda 21. Contudo, será observada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com seus 27 princípios norteadores. Por fim, a Rio +20, de 2012, resultou na resolução intitulada “O Futuro que Queremos”¹⁹ cuja análise se limitará ao item I: “nossa visão comum”, onde estão delineados os principais entendimentos resultantes da ocasião, se equivalente aos demais documentos.

Vale ressaltar que esta seção não pretende oferecer à leitora uma narrativa “completa” sobre o direito internacional ambiental ou os processos que movimentaram a construção das três declarações que serão analisadas, uma vez que seria uma pretensão falaciosa abarcar todas as movimentações, disputas, atores e posições envolvidas na construção de décadas de um campo do direito internacional em uma narrativa redutiva. Inversamente, esta seção busca abordar algumas das

¹⁸ Os documentos em questão serão analisados em sua versão original, em inglês, e os trechos trazidos nesta pesquisa serão traduzidos para o português mediante tradução livre da autora. Esta escolha se justifica pela existência de múltiplas versões oficiais traduzidas em sites do governo brasileiro, com inconsistências entre si e em relação ao documento original. Essas diferenciações podem não alterar o significado geral para uma leitura descompromissada, mas a mudança de elementos gramaticais e disposições frasais poderia alterar substancialmente a análise do texto trazida nesta pesquisa.

¹⁹ “*The future we want*”, em inglês.

dinâmicas internacionais que atravessam a elaboração desses documentos, em especial aquelas reconhecidas pelas próprias Nações Unidas, trazendo luz à fabricação de uma narrativa linear, que será abordada na última seção deste capítulo e cujas dinâmicas serão aprofundadas nos próximos capítulos.

1.2.1. *Declaração de Estocolmo (1972)*

A Declaração de Estocolmo é o documento que visa representar as vontades dos participantes da Conferência de Estocolmo, ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, organizada pela ONU. A Conferência foi impulsionada pelos crescentes debates entre cientistas, ex-chefes de Estado e empresários que culminaram no Clube de Roma, em 1968. Na ocasião, difundiu-se entre atores que circulavam nas cúpulas da política mundial a ideia de escassez dos recursos naturais. Até então, apesar da existência de tratados pontuais para conservação de alguns “recursos naturais”²⁰, preponderava a visão de que os seres e entes não-humanos eram “fontes” inesgotáveis e disponíveis indefinidamente – visão que prevalece em certa medida, mas cujo discurso foi transformado ao passar das décadas. No entanto, diante do crescimento de dados sobre a possibilidade de esgotamento dos recursos julgados como necessários para a vida humana na Terra, assim como da ocorrência de episódios alarmantes considerados “atípicos” nos países com maior histórico de atividades industriais²¹, foi organizada a Conferência de Estocolmo, em 1972, na capital sueca.

Foi o primeiro evento entre líderes de Estado deste porte em matéria ambiental, tanto devido à variedade de assuntos ambientais englobados nos debates, como à quantidade de Estados envolvidos nas discussões. Antes de Estocolmo, a maior parte dos (poucos) acordos ambientais existentes era protagonizada por países industrializados, sendo alegado que havia forte “relação entre o

²⁰ Ver: UN Conference on the Conservation and Utilization of Resources, 1949; Convention on Fishing and Conservation of Living Resources of the High Seas, 1958; African Convention on the Conservation of Nature and Natural Resources, 1968; Convention on Wetlands of International Importance Especially as Waterfowl Habitat, 1971

²¹ Os mais marcantes foram a série de incêndios no Rio Cuyahoga, em Cleveland, EUA, que pegou fogo 13 vezes devido à quantidade exorbitante de lixo tóxico depositada no corpo hídrico como resíduo da atividade industrial local. Para saber mais, acessar: <<https://www.nationalgeographic.com/environment/2019/06/the-cuyahoga-river-caught-fire-it-inspired-a-movement/>>.

conservacionismo e o colonialismo”, como apontado por Ulrich Beyerlin e Thilo Marauhn (BEYERLIN & MARAUHN, 2011, p. 6). Isso contribuiu para a narrativa ilusória que usualmente é contada sobre o surgimento do “ambientalismo” e de uma “consciência ambiental” no norte. Um dos resultados da exclusão de mais da metade dos países desses acordos foi o grande movimento migratório de atividades empresariais poluentes para locais com menos regulação ambiental, isto é, países do chamado Terceiro Mundo (*ibid*, p. 7). Estes, que com os processos de independência política se multiplicaram nos fóruns mundiais, participaram do debate em 1972 como um dos espaços de protagonismo do chamado “Grupo dos 77”, cujas dinâmicas serão abordadas no capítulo 2.

Por conta dessa participação em peso, a conferência foi caracterizada pela forte dicotomia entre os países do Norte e do Sul Global nas discussões. Isso pois houve forte resistência por parte dos países “em desenvolvimento” a render-se ao discurso de conservacionismo ecológico dos países industrializados, acusando-o de ser míope aos interesses dos grupos afetados pela pobreza e ausência de provimento de serviços de educação, saúde, moradia, entre outros.

No total, o evento concentrou líderes de 113 países na capital sueca e resultou em 26 princípios decorrentes dos debates levantados na ocasião. Além disso, foi delineado um Plano de Ação com 109 recomendações aos Estados-parte; foi adotada convenção sobre o comércio internacional de espécies em extinção; declarados os dias internacionais do meio ambiente, da água, entre outros; foi firmado fortalecimento dos estudos acadêmicos sobre a camada de ozônio e outras questões ambientais tidas como urgentes à época; e foi criado o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA – atualmente “ONU Meio Ambiente”), que entrou em vigor em 1973 (ONU, s.d.)²².

De acordo com Angermuller, uma vez delineados os limites textuais da enunciação a ser analisada, deve-se proceder para a observância dos marcadores formais da enunciação (2014, p. 59). No que diz respeito à indexicalidade, a declaração se localiza no tempo e no espaço, conforme mencionado, com os marcadores de local e data de sua elaboração no documento. Contudo, parece haver

²² Informações disponíveis em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em maio de 2020.

na disposição textual uma preocupação em manter referências, optando-se por não reconhecer o momento da política internacional e da história em que se inserem as vontades manifestas na declaração, com menções a gerações “presentes” e “futuras” quaisquer e a um “amanhã” abstrato. Não há referência temporal específica ou determinação de metas concretas, mas sim objetivos amplos que “devem” ser alcançados não se sabe quando.

Em relação à pessoa que enuncia, é possível identificar na primeira declaração do texto que a própria Conferência, ou a vontade conjunta expressa no documento, é o enunciador, pois consta que “[a] Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano [...] proclama que [...]”. À parte das constantes marcações pessoais na primeira pessoa do plural, que representam os múltiplos autores da Declaração presentes em 1972, os demais interlocutores são mobilizados no texto por meio do uso da terceira pessoa. Conforme afirma Angermuller, se tratam das “não-pessoas” do discurso: “o Homem” (*sic*); “humanidade”; “cidadãos”; “gerações presentes e futuras”; “comunidades”; “empreendimentos”; “instituições”; “governos”; “países em desenvolvimento”; “a Terra”; “Estados”; “pessoas”; “populações”.

Apesar desses interlocutores configurarem as ditas “não-pessoas”, pois não são interlocutores que efetivamente participam do diálogo refletido no texto, sua relevância os garantiu ao menos a menção nos princípios da Declaração. É preciso, ainda, apontar para a ausência de inúmeros outros atores que compõem os interesses em jogo e as implicações decorrentes disso. Não há, por exemplo, menção a atores individuais personalizados, como chefes de Estado, membros de determinadas organizações ou grupos sociais. A maior parte dos atores mencionados compõe abstrações sociais que não podem ser concretamente identificadas e, por sua vez, cobradas por ações ou responsabilizadas por omissões. Mas, principalmente, se tratam de abstrações sociais humanas; não há inclusão no campo discursivo de qualquer existência não-humana – além da mais abstrata e vazia de todas: “Terra”.

Esta despersonalização e objetivação extrema dos elementos textuais é comum em textos jurídicos, como as declarações internacionais. Com o movimento de retirar o sujeito enunciador e seus interlocutores, especialmente o caráter individual e humano produtor do texto e do discurso ali presente, o texto é

construído como um produto sem produtor. Isto é, deslocaliza-se no tempo, no espaço e se despe de subjetividade, buscando incorporar caráter neutro, desprovido de ponto de vista e, portanto, universal. Essa construção de universalidade no documento jurídico corrobora para sua legitimação como provisão normativa com autoridade universal para ditar comportamentos. Resultado disso é a “blindagem” dos autores de eventuais questionamentos e cobranças sobre suas palavras. Além disso, as exclusões discursivas gritantes nas inúmeras ausências sentidas no texto são violências que demarcam o não-reconhecimento da relevância ou dos interesses de todos os seres – humanos e não humanos – e entes que são constantemente expropriados e ameaçados pelas condutas supostamente debatidas na ocasião e que sequer alcançaram o patamar de “não-pessoas”.

A segunda perspectiva a ser analisada busca identificar as múltiplas vozes, fontes e pontos de vista mobilizados no texto (os seres do discurso) e como são orquestrados e conectados nas declarações: a polifonia. O locutor, que se identifica como “a Conferência”, se antagoniza a um alocutor indeterminado, uma vez que não há referência textual a quem a locutora está se direcionando, e se refere a uma terceira parte coletiva heterogênea, composta pelas muitas “não-pessoas” mencionadas no texto. Assim, são esses os “seres do discurso”, isto é, aqueles que têm um ponto de vista representado no discurso em questão, de acordo com o locutor.

Esses seres do discurso são protagonistas de ações verbais na disposição textual da Declaração (“o Homem tem a responsabilidade especial de salvaguardar...”; “Estados devem tomar os passos possíveis para prevenir poluição...”; etc.), indicando sua constituição como sujeitos do contexto discursivo em que se insere a Declaração e figurando no polo ativo das enunciações (ONU, 1972, Princípios 6 e 7). Paralelamente, há outras constituições no contexto discursivo que, poderiam, mas não são incluídas gramaticalmente como sujeitos do discurso, refletindo e legitimando a visão de mundo daqueles e daquelas que elaboraram o documento. Seriam estes os seres referenciados como “recursos naturais”, “Terra”, “recursos não-renováveis”, “fauna”, “flora”, “ecossistemas”, “ar”, “água” e “terra”, que devem ser mantidos; restaurados; melhorados, salvaguardados, empregados; manejados. São referenciados mediante o uso da voz passiva; são alvo, objeto, de alguma ação ou intervenção, e não sujeitos efetivos das

discussões em questão. Assim, é possível refletir sobre o questionamento que levanta a corrente da polifonia: “quem está falando?” – e, conseqüentemente, quem não está.

A própria escolha dos termos acima para se referir a uma multiplicidade de existências não-humanas interdependentes e relacionais revela o posicionamento dos autores do texto sobre a agência desses não-sujeitos. “Recursos”, por exemplo, são insumos para uma atividade econômica que resulta na produção de mercadorias; objetos. “Terra”, por sua vez, é um temo totalizante que retira a possibilidade de personalização e, portanto, aproximação e subjetivação dos seres e entidades que coabitam nessa externalidade metafórica representada na figura do todo (o planeta).

A voz passiva é, ainda, empregada para todas as instruções mais diretas de ação, como a disposição de recursos (“devem ser disponibilizados”); o planejamento (“deve ser aplicado”); políticas demográficas (“devem ser aplicadas”); instituições nacionais (“devem ser incumbidas”); ciência e tecnologia (“devem ser aplicadas e disponibilizadas”); e a pesquisa científica (“deve ser promovida”). Desse modo, no momento de mobilizar ações para alcançar os objetivos delineados e implementar os pontos de vista predominantes para a enunciadora, os tomadores de ação são despersonalizados, sendo a ordem dirigida a um sujeito indeterminado – isto é, a ninguém.

Inversamente, é possível identificar os verdadeiros protagonistas do texto: os seres humanos – ao menos, alguns seres humanos. O termo “humano” (*human*) tem 18 menções no texto, enquanto “homem” (no original em inglês, *man*) aparece 10 vezes. O termo “humanidade” (*mankind*) aparece três vezes, o pronome “ele” (*him*) tem duas ocorrências e o possessivo “dele” (*his*) tem 5 aparições. Essa relação de posse aparece em referência à dominação que os seres humanos exercem sobre os ditos recursos naturais e é reiterada ao longo do texto em passagens como no Princípio 26: “O homem e seu ambiente devem ser poupados dos efeitos das armas nucleares” (ONU, 1972) (grifo da autora). Isso também está refletido no outro protagonista da Declaração: os Estados. O termo (*States*) é mencionado 12 vezes e “governos” (*governments*), 4. Além dos “homens”, os Estados são os poucos interlocutores do texto cujas ações são construídas na voz ativa: os Estados devem, deverão, deveriam, têm. Nessas referências, também se caracteriza a relação de

posse e controle sobre o “meio ambiente”, como no Princípio 17: “Instituições nacionais adequadas devem ser confiadas com a tarefa de planejar, administrar e controlar os recursos naturais dos Estados [...]” (*ibid*) (grifo da autora). São esses também os autores da maior parte das ações previstas no texto. Contudo, apenas duas menções a esses sujeitos atribuem a ele responsabilidade pela origem dos problemas discutidos, mediante o uso do termo “*man-made*”²³.

No que diz respeito à relação criada no texto entre os pontos de vista presentes na Declaração, de modo geral, são enunciações simples, formadas por constatações positivas que contêm apenas uma afirmação positiva referente a um único ponto de vista. São comuns declarações como: “a capacidade da Terra de produzir recursos vitais renováveis deve ser mantida” (ONU, 1972, Princípio 3); “Desenvolvimento econômico e social é essencial para garantir um ambiente de trabalho e vida favorável para o homem” (*ibid*, Princípio 8); “nos países em desenvolvimento a maioria dos problemas ambientais é causada pelo subdesenvolvimento” (*ibid*, Item 3). São declarações afirmativas que representam um único ponto de vista cuja fonte que o defende é indeterminada e indeterminável, em razão do objetivo já mencionado de fabricar um ponto de vista universal.

Mesmo nesses pontos de vista “simples”, é interessante notar as relações causais que são estabelecidas pelos conectivos, uma vez que essas geram contradições dentro do próprio texto, podendo indicar a presença de mais de um ponto de vista ou, até mesmo, de fissuras na narrativa que buscou construir-se no discurso. As retratações da relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente são um bom exemplo acerca dessas contradições. No item 4 da Declaração, fica estabelecido que “Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais é causada pelo subdesenvolvimento [...]”, problema cuja solução incontestável se apresenta logo após: “[...] países em desenvolvimento devem dirigir esforços ao desenvolvimento”. Estas declarações estabelecem que: problemas ambientais = subdesenvolvimento; logo, desenvolvimento = solução para problemas ambientais. No mesmo item, contudo, afirma-se que “nos países industrializados, os problemas ambientais são geralmente relacionados à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico”, estabelecendo relação entre

²³ Em tradução livre: feito, ou causado, pelo homem.

meio ambiente e desenvolvimento diametralmente oposta à anteriormente consolidada. Ademais, para esta última relação, na qual o desenvolvimento seria o problema para o meio ambiente, a enunciadora se abstém de apresentar soluções ou indicar ações no sentido de suprimir um em favor do outro, diferentemente da relação anterior, que apontava o desenvolvimento como solução.

As poucas declarações que possuem negativas – outra maneira de observar diferentes pontos de vista no discurso – são mandamentos de comportamento, isto é, indicam ações para serem (ou para não serem) realizadas no futuro, como o Princípio 11: “As políticas ambientais de todos os Estados devem aprimorar e não afetar adversamente o potencial desenvolvimentista presente ou futuro de países em desenvolvimento” (*ibid*). Neste caso, é rejeitado o ponto de vista de que as políticas ambientais estatais devem afetar o potencial desenvolvimentista dos países em desenvolvimento.

Tendo isso em vista, infere-se que o enunciador da Declaração se diferencia daqueles que defendem que as políticas ambientais devem ter primazia sobre o ideal desenvolvimentista. Com este movimento, ocupa espaço moderado no debate ambiental existente no contexto temporal e espacial em que se insere a Declaração. O posicionamento moderado é, também, usual nos documentos jurídicos, principalmente aqueles que visam representar o consenso entre diversos atores com interesses heterogêneos, uma vez que são feitas múltiplas concessões e barganhas no processo de negociação do texto final.

Algumas dinâmicas de ordem estrutural e institucional que permeiam o contexto de enunciação podem estar presentes no discurso por meio dos mencionados pré-construtos. Por meio deles, o discurso se manifesta como um interdiscurso, mas sem permitir que outros interlocutores responsáveis por esses outros discursos a que se referencia estejam visíveis. A atenção aqui deve ser dirigida aos sufixos utilizados para caracterizar os interlocutores ou os principais conceitos do discurso: países em desenvolvimento (*develop-ing*), países industrializados (*industrial-ized*); e os processos históricos relacionados ao tema: desenvolvimento (*develop-ment*), industrialização (*industrial-ization*), subdesenvolvimento (*under-develop-ment*).

Com o auxílio desses recursos gramaticais, as enunciações invocam processos históricos e disposições sociais, políticas e institucionais cuja formação e incorporação nos discursos que operam a ordem internacional foi realizada exogenamente ao texto e ao próprio discurso que está sendo enunciado. Assim, quem lê a Declaração precisa ter referências conceituais prévias sobre esses processos e termos que são utilizados como conhecimento auto-evidente, visto que suas disputas constitutivas, processos históricos relacionados e até mesmo sua conceituação não estão em negociação. São, justamente, pré-construtos ao discurso produzido, que excluem da interlocução aqueles que não subscrevem a essas pré-condições à enunciação das declarações. Estes serão abordados nos próximos dois capítulos.

1.2.2. *Declaração do Rio (1992)*

Ao longo dos 20 anos que marcaram o período entre Estocolmo e Rio, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983) ou, Comissão Brundtland, como ficou conhecida em homenagem à sua primeira presidente, Gro Harlem Brundtland. Em 1987, a comissão publicou o relatório “Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland), onde o conceito de “desenvolvimento sustentável” foi defendido, sendo definido como: “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, [s.d]). Também foram firmados no período acordos para a reversão da degradação da camada de ozônio²⁴.

Então, em 1992, a ONU promoveu o segundo mais importante encontro entre chefes de Estado, contando com a representação de 182 países, para discutir a relação entre a humanidade e o “meio ambiente”: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Assim como Estocolmo, o processo de negociações foi marcado pelo embate entre os Estados do Norte e Sul Global. No entanto, alguns diferenciais em relação à conferência anterior foi a significativa presença de organizações não-governamentais e membros da

²⁴ Ver: ONU, Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, 1985; e ONU, Protocolo de Montreal para a Proteção da Camada de Ozônio, 1987.

sociedade civil, com cerca de 700 participantes nas discussões que possibilitaram a criação de redes globais de produção de conhecimento e ativismo sobre os temas debatidos; a menção explícita ao “direito ao desenvolvimento”, pauta levantada na conferência anterior; e a predominância do conceito de desenvolvimento sustentável nas discussões.

Além de convenções temáticas sobre mudanças climáticas e biodiversidade²⁵, a Conferência resultou na Declaração do Rio, composta por 27 princípios fundamentais que visam representar o consenso geral após as discussões da conferência. Assim como em Estocolmo, resultou também em um plano de ação, a Agenda 21, contendo diretrizes setoriais para os Estados implementarem medidas rumo ao “desenvolvimento sustentável”. Foi criada, ainda, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) no âmbito do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) e a declaração de princípios orientadores para o manejo sustentável de florestas.

Seguindo para a análise enunciativa do texto observa-se que a Declaração do Rio, assim como Estocolmo, constrói um enunciador despersonalizado, mediante o apagamento de marcas de subjetividade e de autoria, característico de documentos jurídicos. As marcações temporais e espaciais estão presentes, além da data e do local indicados no documento, na referência abstrata ao reconhecimento das necessidades das futuras gerações, no Princípio 3 da Declaração. Novamente, esse recurso não é um indicador concreto de temporalidade, uma vez que, via de regra, sempre existirão gerações presentes e futuras, independentemente do contexto temporal da leitora. Na verdade, essa referência vaga pode indicar a opção pelo não-comprometimento com metas concretas a serem realizadas em um futuro próximo. Quais são essas “gerações futuras” cujas “necessidades de desenvolvimento e ambientais” justificam o cumprimento do direito ao desenvolvimento? (ONU, 1992, Princípio 3). O questionamento é relevante, pois as medidas necessárias para garantir essas “necessidades” podem ser drasticamente distintas se tratando de gerações que existirão em um futuro próximo ou em uma realidade longínqua.

²⁵ Ver: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

No que diz respeito à configuração polifônica, assim como em Estocolmo, quem “proclama” no documento é a própria Conferência, sendo este o ponto de vista principal presente no texto. Há também maior diversificação em relação às terceiras partes mencionadas no texto, que permanecem sendo coletivas, mas heterogêneas. Assim, passam a ser destacados os cidadãos e grupos de indivíduos afetados pelas questões debatidas, como as mulheres, as comunidades indígenas e a juventude, um reflexo da participação em peso de grupos da sociedade civil nos debates.

Apesar dessa diversificação, os Estados parecem ocupar o protagonismo no texto, com 27 menções ao todo; o termo “país” (“*country*”) tem 8 menções, considerando variações no plural. Os seres humanos de modo geral – ou até mesmo os “homens” – que estiveram em evidência na Declaração de Estocolmo, são mencionados apenas uma vez nesses termos e o termo “pessoas” (“*people*”) tem sete aparições. Vale salientar a ausência de alguns grupos que foram referenciados em Estocolmo, como as empresas, as instituições subnacionais e internacionais e os veículos de comunicação midiática, que não aparecem explicitamente no texto.

Os pronomes possessivos também são empregados, indicando a titularidade dos Estados sobre o ambiente em que se constituem. Nota-se, contudo, o uso da voz passiva para indicar essa relação de posse de modo suavizado. Assim como em Estocolmo, permanece o emprego da voz passiva para referenciar os objetos que, sob ponto de vista distinto, poderiam ser retratados como interlocutores. Aqueles sobre os quais são realizadas ações: a Terra, os “recursos” e o próprio ambiente. São, entretanto, pouco referenciados no texto, sendo ainda mais coadjuvantes no discurso.

Portanto, assim como em 1972, a construção do texto da Declaração demonstra a centralidade humana, de suas instituições e atores, visíveis na forma que os temas discutidos foram enquadrados. Tal antropocentrismo é explicitamente demarcado no conteúdo dos princípios da Declaração, como o primeiro, que afirma: “[s]eres humanos estão no centro das preocupações para o desenvolvimento sustentável”²⁶ (ONU, 1992, tradução livre). O já mencionado Princípio 3, também

²⁶ Trecho original em inglês: “[h]uman beings are at the centre of concerns for sustainable development.”

deixa isso claro, alegando que “O direito ao desenvolvimento deve ser cumprido de modo a satisfazer equitativamente as necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras.” (*ibid*, tradução livre)²⁷.

De modo geral, assim como em Estocolmo, a Declaração consiste na enunciação de pontos de vista simples, sem que a enunciadora coloque em relação ou reconheça a existência de pontos de vista alternativos. Entretanto, há poucas exceções, quando pontos de vista são orquestrados com uso dos conectivos negativos, o que expressa rejeição a determinados pontos de vista.

Uma delas está presente no Princípio 4 da Declaração, que indica que “[...]a proteção ambiental constituirá parte integral do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente dele”²⁸, em oposição ao ponto de vista de que a proteção ambiental pode, ou deve, ser considerada isoladamente do processo de desenvolvimento. Com essa interligação de pontos de vista, a relação entre desenvolvimento e proteção ambiental é construída neste documento em alinhamento ao recentemente cunhado conceito de desenvolvimento sustentável, que se difunde como uma busca pelo equilíbrio entre três pilares: o social, o econômico e o ambiental.

Outro exemplo do uso de conectivos negativos para rejeitar pontos de vista é o Princípio 12, que assevera que “[a]s medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional”, rejeitando, pelo menos, dois pontos de vista: um, que primazia medidas ambientais de política comercial a despeito de efeitos discriminatórios; e outro, que é a favor que essas medidas configurem restrições ao comércio internacional (ONU, 1992, tradução livre).

Dessa forma, toma posicionamento de proteção da liberdade comercial internacional, mas priorizando o tratamento equitativo nesta seara, o que pode indicar a consideração aos interesses tanto dos atores que se prejudicariam economicamente com restrições comerciais quanto dos países do dito sul global que

²⁷ Trecho original em inglês: “[t]he right to development must be fulfilled so as to equitably meet developmental and environmental needs of present and future generations”.

²⁸ Texto original em inglês: “[...]environmental protection shall constitute an integral part of the development process and cannot be considered in isolation from it.”

levantavam preocupações acerca de medidas comerciais que os desfavorecessem. Por fim, o Princípio 15, que trata do princípio da precaução, afirma que “[...] a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”²⁹, em oposição a um ponto de vista que defende que a ausência de certeza científica pode ser utilizada como razão para o adiamento das medidas de prevenção da degradação ambiental (ONU, 1992, tradução livre).

Há, ainda, uma relação entre pontos de vista que não é criada de modo hierárquico, isto é, os pontos de vista, apesar de distintos, são colocados em uma relação de coexistência, e não de rejeição ou exclusão. É o caso do Princípio 7, que dispõe que “[...] os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas” (ONU, 1992, tradução livre), unindo o ponto de vista da responsabilização comum aos Estados com o ponto de vista que estabelece a diferenciação no grau de responsabilização para cada Estado. Esse princípio nasce na própria Cúpula da Terra, em 1992, sendo também introduzido no regime sobre mudanças climáticas e trazendo respaldo para maior responsabilização dos Estados considerados “desenvolvidos” em proporção a sua maior contribuição histórica para os danos ambientais.

Por fim, é preciso reconhecer que a Declaração também mobiliza uma série de pré-construtos, cujos processos de construção de significado se encontram fora do próprio texto. Alguns destes se repetem desde Estocolmo, como as categorias de países “*em* desenvolvimento” e os próprios processos que as definem, como “desenvolvimento”. Nesse sentido, o próprio título da Declaração mobiliza os dois pré-construtos fundamentais da enunciação, retratados em todo o documento como conhecimentos auto-evidentes: “Meio Ambiente” e “Desenvolvimento”.

Há, todavia, diferenças em relação ao documento anteriormente analisado. É possível observar que não se utiliza mais os prefixos “sub” antes de “desenvolvimento” ou de “desenvolvido”, atendo-se à preposição “em” (desenvolvimento), que antes não estava presente, alternando de uma visão determinante sobre a condição desses países para uma possibilidade de mudança

²⁹ Trecho original em inglês: “[...] *lack of full scientific certainty shall not be used as a reason for postponing cost-effective measures to prevent environmental degradation.*”

“rumo ao desenvolvimento”, uma construção discursiva que será abordada no segundo capítulo. Também deixou de ser utilizado o termo “industrializados” para se referir aos países com maior histórico de atividades industriais, que agora são referenciados como “desenvolvidos”. Ainda neste tópico, a atenção para as “necessidades especiais” dos países em desenvolvimento, assim como a defesa da transferência tecnológica e do “intercâmbio de conhecimentos”, revela a influência dos países “em desenvolvimento” no processo de negociação. Apesar dessas mudanças, ainda permanece o forte uso de termos com significados auto-evidentes.

1.2.3. *“O Futuro Que Queremos” (2012)*

Exatos 20 anos após a Cúpula da Terra, a ONU promoveu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio +20”), em 2012, novamente no Rio de Janeiro. O encontro contou com representantes de 193 países e tinha como objetivos avaliar os processos de implementação das diretrizes acordadas em 1992, assim como debater acerca de uma nova arquitetura da governança ambiental global e discutir avanços rumo a uma “Economia Verde”, apesar de a primeira pauta ter sido removida do escopo durante as tratativas antecedentes ao encontro.

Uma das mudanças decorrentes da Conferência foi a atualização do status da CDS, criada em 1992, que se tornou o Conselho de Desenvolvimento Sustentável. Iniciaram-se também as discussões sobre a criação dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030, que passariam a substituir as Metas do Milênio que tinham prazo de validade para 2015. Contudo, o principal resultado das conversas foi o relatório intitulado “O Futuro que Queremos”, apresentado no encerramento da conferência, dia 22 de junho de 2012 e ratificado por mais de 190 países.

Ao analisar os marcadores indexais da Declaração, depara-se com diversas referências ao contexto de enunciação. Já no título do documento, há marcação explícita dos enunciadores do texto com a flexão verbal na primeira pessoa do plural (“futuro que queremos”, grifo da autora), o que é reiterado em todos os princípios, que são iniciados pelo pronome “nós”. Diferentemente dos documentos anteriores, este não define os enunciadores de maneira indeterminada, nomeando cada um logo

no item 1: “Nós, Chefes de Estado e de Governo, e representantes de alto nível, reunidos no Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de junho de 2012, com a plena participação da sociedade civil [...]” (ONU, 2012, Item I) (grifo da autora), o qual também estabelece claramente o tempo e o espaço de enunciação pela referência ao local e à data.

Com isso, há significativa maior pessoalização em relação aos documentos anteriores, com a demarcação expressa das fontes dos pontos de vista existentes no discurso. Há, contudo, menor número de referências aos demais seres do discurso, como Estados, pessoas, ou outras partes terceiras, contando apenas com menções pontuais a “mulheres”, “governos”, “sociedade civil” e “crianças”. Há, assim como nos documentos anteriores, uma expressa centralidade humana, conforme demonstrados no item 6: “[...]as pessoas estão no centro do desenvolvimento sustentável” (ONU, 2012, tradução livre)³⁰.

Em contraste, as referências aos entes pertencentes ao suposto grupo do “meio ambiente”, presentes nos documentos anteriores por aglomerações abstratas como “Terra” e propriamente “meio ambiente”, estão praticamente ausentes no texto, mesmo na qualidade objetificante pela qual se configurava anteriormente: há apenas menções pontuais a “recursos naturais” e “ecossistemas” nos itens 3 e 4 e ao “meio ambiente”, no item 11. Em vez disso, o texto mobiliza termos como a erradicação da pobreza, que tem 5 menções (“*poverty*”); “desenvolvimento”, termo com 25 menções (“*development*”), por vezes utilizado em conjunto com “sustentável” (“*sustainable*”), “social” (“*social*”) ou sem acompanhamento; e “econômico” (“*economic*”), com 9 aparições, frequentemente seguido de “crescimento” (“*growth*”).

De modo similar aos textos anteriores, e alinhado a documentos da mesma natureza, os pontos de vista são orquestrados de modo a produzir declarações afirmativas sobre o posicionamento dos enunciadores, sem o reconhecimento de visões relacionadas ou alternativas. Esta perspectiva analítica busca observar não a totalidade de pontos de vista existentes sobre determinado assunto, mas sim a forma com que os enunciadores os incluem (ou não) e os posicionam entre si. Nesse sentido, observa-se que os enunciadores da Declaração não se interessaram em

³⁰ Trecho original em inglês: “[...] *people are at the centre of sustainable development* [...]”.

incluir pontos de vista diversos em suas declarações, os excluindo categoricamente do discurso que produziram.

Por fim, essa Declaração também mobiliza conhecimentos exógenos ao texto, os pré-construtos. Em contraste às anteriores, o primeiro item de “O Futuro que Queremos” suprime quase totalmente o uso de sufixos adjetivantes, como aqueles que consideram países “em desenvolvimento” ou “desenvolvidos”, com exceção de uma menção ao primeiro grupo de países no item 11. Em vez disso, são substituídos por substantivos ou evidenciados como processos: “desenvolvimento”, “crescimento econômico”, “desenvolvimento sustentável”, “erradicação da pobreza”, entre outros.

O uso do termo “crescimento econômico” também foi uma novidade no texto, apesar de ser um conceito já exaustivamente utilizado na época das outras Declarações. Foi utilizado apenas quatro vezes, mas já ocupou o dobro do espaço em comparação ao termo “meio ambiente” (“*environment*”). Tal relevância também foi dada a outros termos, como o reforço à cooperação internacional e a assistência, o apoio, a implementação de políticas e a transferência de tecnologias dos países “desenvolvidos” para os países “em desenvolvimento”, sob a justificativa de diminuir o vão de desenvolvimento e de avanço tecnológico.

A nomenclatura da Conferência também representa a solidificação do engajamento com o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Este conceito está presente em praticamente todos os itens do texto, tanto com referências textuais expressas quanto por meio da priorização de seus três “pilares”. E a mobilização do pré-construto “erradicação da pobreza” é abraçada como central para o documento já no segundo item, que afirma: “A erradicação da pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje”, centralidade que se estende para os demais itens.

Enquanto é necessário reconhecer a multidimensionalidade e interseccionalidade das pautas que atravessam e dialogam com as ditas “questões ambientais”, o movimento cronológico que pode ser observado ao longo dessa sequência de textos analisada é no sentido de aproximar a pauta sobre meio ambiente das pautas sobre desenvolvimento, crescimento econômico e sobre as desigualdades econômicas e sociais entre os países tidos como “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”. Com isso, não só as relações de causa e efeito entre as

condutas sistêmicas que resultam na degradação do que é tido como meio ambiente são ausentadas ou fracamente estabelecidas no texto, como também as desigualdades e pautas sociais que têm, de fato, ligação indissociável dessas atividades degradantes, são abordadas superficial e isoladamente da expropriação ambiental. Estabelecer o crescimento econômico como um objetivo em uma das principais declarações sobre a relação da sociedade humana com o “meio ambiente” é, no mínimo, não reconhecer como os processos violentos de produção e consumo de mercadorias contribuem sistemicamente para a exploração e expropriação “recursos”, ou vidas e existências não humanas.

Além disso, penetração dos temas econômicos, com o uso dos pré-construtos que se referenciam aos conceitos auto-evidentes de desenvolvimento, crescimento econômico e até mesmo a salvaguarda das tratativas comerciais presente nos documentos parece ser adquirida por meio do recurso textual que inclui as pautas sociais como a erradicação da pobreza e a redução de desigualdades. Portanto, as pautas sociais são inclusas nos documentos, não por seu caráter indissociável da exploração ambiental, em prol de princípios de justiça socioambiental, mas sim como mecanismo discursivo para a inclusão incontestada de objetivos econômicos nos documentos ambientais.

Os significados desses conceitos mobilizados acriticamente encontram-se, conforme mencionado, em conhecimentos que não fazem parte do texto em questão. Conforme mencionado, com a apropriação destes termos no texto como conceitos “sólidos”, impassíveis de debate ou negociação, excluem-se também os sujeitos que não subscrevem acriticamente aos processos e conhecimentos envolvidos na construção de significado para esses termos.

Portanto, mostra-se necessário explorar os processos e os contextos de construção e consolidação dessas declarações e, conseqüentemente, dos pré-construtos invocados por elas. Assim, será possível aprofundar a observância da ordem social, política e institucional que se relacionam com o discurso e com o posicionamento de seus enunciadores. Com isso, será possível promover reflexões acerca de seus interesses e das exclusões subjetivas operadas por eles por meio dos recursos textuais e discursivos analisados nesta seção.

1.3. Contexto de Enunciação e Construção de Narrativas

Enquanto a Declaração de Estocolmo frisa a importância de garantir as necessidades básicas das gerações presentes e futuras e o direito ao desenvolvimento dos países “subdesenvolvidos”, a Declaração do Rio abraça o então recente conceito de “desenvolvimento sustentável” e o “O Futuro que Queremos” busca construir caminhos rumo à Economia Verde e à erradicação da pobreza, os três documentos compartilham pontos fundamentais em comum.

Em grande medida, os protagonistas das declarações ambientais analisadas são os seres humanos e suas instituições políticas, mesmo que esse seja um dos campos do direito internacional alegue visar a proteção de outros seres, representados pelo conceito guarda-chuva unificante “meio ambiente”. Eduardo Gudynas aponta que, com essa retórica, “[...]a Natureza deixa de ser uma categoria plural, é desarticulada e se converte em um conjunto de objetivos, vivos ou não vivos, em que alguns poderiam ter utilidade atual ou futura.” (GUDYNAS, 2019, p. 21). Assim, os documentos apontam que o meio ambiente deve ser protegido para garantir os direitos das gerações presentes e futuras às suas necessidades básicas; do “homem” a uma maior qualidade de vida; e dos Estados à soberania sobre seus “recursos naturais”, sendo esses os verdadeiros protegidos pelo direito internacional ambiental.

É inegável que os seres humanos também sentem os efeitos da devastação da natureza, principalmente os grupos mais à margem das sociedades humanas. No entanto, os terráqueos não humanos que supostamente compõem esse conjunto de existências denominado “meio ambiente” sequer são reconhecidos nominalmente nas declarações, sendo representados por termos raramente presentes e tão vagos como “a Terra” – o que poderia ser mais amplo do que o planeta inteiro? Nesse sentido, Daniel Braga Lourenço aponta para o antropocentrismo fundacional dessas normas, que será abordado no Capítulo 3, afirmando que

Essa cansativa e monocórdica repetição de que o homem é o centro das atenções foi normativamente consolidada no âmbito do direito a partir da necessidade de justificar o uso praticamente irrestrito da natureza. [...] A natureza instrumentalizada, coisificada, torna-se meio para atender a meta de uma qualidade de vida satisfatória

e plena da humanidade. (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 63).

Os termos genéricos são também comuns às três declarações analisadas, principalmente quando apontam diretrizes para lidar com os problemas debatidos. O uso de expressões vagas caracteriza os mandamentos dos princípios analisados, como no Princípio 8 da Declaração do Rio, que dispõe: “[p]ara atingir o desenvolvimento sustentável e uma maior qualidade de vida para todas as pessoas, os Estados deveriam reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas.”³¹ (ONU, 1992, tradução livre).

Este princípio, apesar de indicar as medidas que considera necessárias para os Estados se empenharem rumo ao desenvolvimento sustentável, não especifica quais seriam esses “padrões insustentáveis de produção e consumo” que devem ser reduzidos e eliminados, ou quais são as “políticas demográficas adequadas” que devem ser implementadas, deixando para a interpretação de cada governo. Esse caráter amplo das diretrizes de comportamento, assim como o verbo de comando mais sutil, “deveriam” (“*should*”), ao invés de um mais enfático, como “devem” (“*must*”) ou “deverão” (“*shall*”), são frequentes em documentos jurídicos que resultam de longos debates entre múltiplas partes heterogêneas. Não raro opta-se por diretrizes mais abertas à interpretação para que seja possível obter o aval de todas as partes envolvidas no documento final. Uma consequência disso, contudo, é a ineficácia para apontar caminhos concretos a serem construídos.

Outro fator comum às declarações é o fato de grupos que estão mais sensíveis aos impactos violentos da expropriação das outras espécies e entes naturais, como os países do dito terceiro mundo, as mulheres e os povos originários, serem mencionados como uma aparente manobra discursiva. A “pobreza” e os papéis relevantes a serem desempenhados por alguns desses grupos minoritários como “as mulheres”, “as comunidades indígenas”, “a juventude” e “os países em desenvolvimento” são invocados mediante uma retórica discursiva para corroborar a grande solução reiterada ao longo dos três documentos: o desenvolvimento. Com todas as suas variações e análises combinatórias de termos acessórios, o ideal pelo

³¹ Trecho original em inglês: “*To achieve sustainable development and a higher quality of life for all people, States should reduce and eliminate unsustainable patterns of production and consumption and promote appropriate demographic policies.*”

desenvolvimento é sem dúvidas uma das principais constantes do direito internacional ambiental, ao lado da centralidade humana, ou o antropocentrismo – motivo pelo qual esses temas serão abordados mais profundamente nos capítulos 2 e 3, respectivamente.

Apesar de ser possível refletir sobre essas constatações após a análise dos documentos selecionados, segundo Angermuller, os textos não são capazes de fornecer sozinhos uma compreensão mais profunda acerca das hierarquias e desigualdades presentes nas relações entre os componentes do discurso. Não há como acessar quem é “dominante” e quem é “dominado”, nos termos do autor, sem recorrer ao contexto em que a leitora desembrolha o potencial interpretativo do texto. Por isso, a análise discursiva se atém às formas simbólicas que revelam algumas das dinâmicas do contexto de produção e enunciação do texto (ANGERMULLER, 2014, p. 70).

Também podem enriquecer as reflexões extraídas acima, expandindo o campo de análise sobre os contextos e os conceitos que mobilizam as declarações analisadas, contribuições teóricas sobre os processos de formação do campo do direito internacional ambiental. Diante disso, serão trazidas algumas impressões crítico-teóricas sobre a história e as políticas do direito internacional ambiental, de modo a aprofundar as análises dos documentos, providenciando uma visão mais abrangente acerca das disputas políticas que atravessam a produção das declarações em questão.

Segundo Natarajan & Khoday, foi construída uma narrativa linear sobre a relação histórica do direito internacional com o meio ambiente, que passa pela Conferência de Estocolmo, em 1972, pela Rio92 e a Rio+20, em 2012, contando uma história grandiosa sobre a necessidade de cooperação dos líderes mundiais para “combater” os ditos “problemas ambientais” (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 579).

Essa narrativa convencional, contada nos cursos e livros didáticos sobre o direito internacional ambiental, e intencionalmente contada neste capítulo, parte dos anos 1960 e 1970, quando “surgiram” as primeiras preocupações e regulações ambientais nos Estados Unidos, construindo-se a história de que a conscientização ambiental surgiu no centro do norte global (*ibid*, p. 582). A Declaração de

Estocolmo é apontada como o principal marco deste período, representando uma transformação no entendimento moderno sobre a natureza que havia vigorado a partir da “era da industrialização”. Assim, segundo Natarajan & Khoday, a natureza teria deixado de ser vista como uma coisa a ser dominada, tornando-se uma coisa a ser protegida e celebrada (*ibid*). Permaneceu, contudo, uma coisa, o que, para o direito, é sinônimo de não ser sujeito de direitos.

Essa “tomada de consciência” ambiental no norte global foi atribuída à industrialização em massa e ao desenvolvimento da ciência e tecnologia sobre os impactos que isso teve no “meio ambiente” (*ibid*, p. 577), o que leva a outra grande narrativa do direito internacional ambiental: a divisão entre o norte e o sul. Essa relação é construída como um constante embate entre o grupo de países “desenvolvidos”, que passou por um longo processo histórico de industrialização e começou a experimentar alguns dos efeitos adversos que esse processo tem no meio ambiente; e o grupo de países “em desenvolvimento”, que não passou por um processo de industrialização, motivo pelo qual entrava suas próprias batalhas contra o subdesenvolvimento e a pobreza, não podendo deixar a regulação ambiental configurar ainda mais um obstáculo em seu caminho rumo ao desenvolvimento.

Dessa forma, o direito internacional ambiental é marcado por uma tensão entre a narrativa científica do norte que clama pela proteção ambiental em todo o mundo, acusando o sul de se esquivar da urgência dos problemas discutidos, e uma narrativa por justiça social defendida pelos países do sul, que acreditam que os países do norte deveriam se responsabilizar pela devastação que seus processos de industrialização causaram no mundo – mas não sem invocar seu direito de passar por esses processos e causar a mesma devastação. Dessa dinâmica nasceram os princípios da soberania sobre os recursos naturais, nos anos 1960 e 1970; do direito ao desenvolvimento, em 1972; das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, em 1992; da erradicação da pobreza, em 2012; e do desenvolvimento sustentável, cunhado em 1987, mas presente até as tratativas atuais por meio da Agenda 2030, que visa conciliar pilares sociais, econômicos e ambientais.

Quando construída desta maneira, a dinâmica entre os países do norte e do sul parece simples e insuperável. Todavia, é uma relação complexa, repleta de marcas dos violentos processos de colonização e da universalização do ideal pelo

desenvolvimento, internalizado por todos os membros da comunidade internacional, o que será abordado no próximo capítulo. Natarajan & Khoday, por exemplo, abordam o foco da erradicação da pobreza presente nas declarações mais recentes em relação a essa dinâmica e as contradições que apenas esta variável mobiliza.

Segundo eles, a ideia de crescimento econômico ilimitado é atraente porque abarca os desejos legítimos das pessoas mais pobres por mais qualidade de vida. Contudo, afirmam que “[...] a fixação com a pobreza foca a nossa atenção nos pobres e para longe dos ricos, quando é a riqueza e não a pobreza que é a atrocidade.” (*ibid*, p. 591, tradução livre). Os autores alegam, ainda, que, se o foco fosse o contrário, a solução para os problemas discutidos seria apontar metas e cronogramas para que os ricos transformassem suas práticas de subdesenvolvimento e destruição ecológica sistêmicos, em vez de medir esforços para desenvolver os pobres (*ibid*). “As pessoas e os lugares que são classificados, mensurados e examinados, assim como aqueles que podem alegar possuir especialidade, poderiam ser significativamente diferentes.” (*ibid*)

Esses autores alegam que, mais recentemente, o direito internacional ambiental passou a focar no aprimoramento dos mecanismos de mercado, na transferência de tecnologias e no “financiamento verde” como instrumentos indiretos de lidar com esse embate. Contudo, o apelo por essas “soluções” está presente nas declarações ambientais desde 1972. O princípio 9 da Declaração de Estocolmo, por exemplo, defende que “a transferência de quantidades substanciais de assistência tecnológica e financeira” para os países em desenvolvimento deve ser utilizada para promover um “desenvolvimento acelerado”, posto como remédio para “[a]s deficiências ambientais geradas pelas condições de subdesenvolvimento e desastres naturais” (ONU, 1972, tradução livre)³². Dessa forma, é criada uma relação de causalidade entre o “subdesenvolvimento” e os “problemas ambientais”, sendo o “desenvolvimento acelerado” posto como a solução para tal questão.

³² Texto completo do Princípio 9, Declaração de Estocolmo, no idioma original: “*Environmental deficiencies generated by the conditions of under-development and natural disasters pose grave problems and can best be remedied by accelerated development through the transfer of substantial quantities of financial and technological assistance as a supplement to the domestic effort of the developing countries and such timely assistance as may be required.*”

Segundo Natarajan & Khoday, o fato de o desenvolvimento configurar o cerne do direito internacional ambiental, conforme o princípio acima indica, faz com que as soluções apresentadas para os "problemas ambientais" se limitem a mecanismos de mercado, como o falido mercado de carbono; tecnologia "verde", como as usinas hidrelétricas que são protagonistas de diversos conflitos socioambientais com povos originários; e instrumentos financeiros inovadores, como os recentes e controversos títulos de investimento verde (*green bonds*). Isso pois a regulação ambiental centrada na ideia de "limites" ao crescimento e ao desenvolvimento é uma saída para manter o ideal pelo desenvolvimento no centro das preocupações, garantindo que as estruturas de desigualdade econômica e subordinação que contribuem sistemicamente para a degradação ambiental sejam reforçadas por soluções limitadas (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 591).

Importante notar a contribuição das produções críticas a essa "Economia Verde", uma vez que ocupou lugar de destaque nas negociações da Rio +20 e foi bem recebida pela comunidade internacional, sendo inclusive incorporada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)³³. Com foco em soluções tecnológicas, financeiras e de mercado, sem retirar a centralidade do crescimento, a economia verde é acusada de ser "um oxímoro utilizado para legitimar as políticas internacionais ao agrupar interesses e estratégias bastante distintos, até contraditórios, por crescimento econômico e a preservação da natureza" (LANG & BRAND, 2019, p. 57)³⁴.

Humphreys & Otomo alegam que, justamente por isso, o direito internacional ambiental levanta um paradoxo. Isso pois deveria ser um dos pilares do direito internacional, uma vez que supostamente regula temas tão grandiosos e urgentes como a crise climática, a extinção de espécies e o desaparecimento de biomas. Contudo, suas normas se limitam a regular concretamente temas

³³ Conferir: UNEP. Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication: A Synthesis for Policy Makers. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2011. www.unep.org/greeneconomy.

³⁴ Cf. LANG & BRAND, Ulrich. Green Economy. In Kothari, Ashish et al (eds). Pluriverse. A post-development dictionary (New Delhi: Tulika Books, Authors Upfront, 2019; CAMILA MORENO. As roupas verdes do rei: Economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva In DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs). Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Editora Elefante; e THOMAS FATHEUER, LILI FUHR & BARBARA UNMÜBIG. Crítica à Economia Verde. Tradução de Theo Amon. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

extremamente específicos, como o manejo de certas espécies de vegetais, animais não-humanos e de alguns ecossistemas e práticas poluentes. Por conta disso, acaba estabelecendo princípios vagos e se apoiando em conceitos e definições das ciências naturais e da economia, sendo amplamente considerado um regime de “*soft law*” (HUMPHREYS & OTOMO, 2016, pp. 797-798).

Daniel Braga Lourenço indica que o caráter instrumentalizador da natureza presente na regulação ambiental se relaciona com a proximidade histórica do campo com uma perspectiva econômica de conservação, ou do “uso eficiente” de recursos escassos, “raciocínio que subsidiará, justamente, a construção da mencionada ideia de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável” (BRAGA LOURENÇO, 2019, pp. 64-65). Diante disso, argumenta que “[...] toda a lógica regulatória, quando aplicada ao meio ambiente para buscar o denominado ‘uso racional dos recursos naturais’, está inserida dentro de uma cosmovisão nítida e claramente antropocentrada, economicista, que não vê maiores problemas em privatizar e instrumentalizar a natureza”.

Natarajan & Khoday também argumentam que a economia convencional influencia na forma com que a natureza é pelas normas ambientais e, conseqüentemente, na maneira com que se tenta lidar com os “problemas ambientais”, regulando a relação com os seres não humanos pelo critério do “limite”. Para traçar a linha do “limite” ao que é juridicamente aceitável expropriar dos seres não humanos, é necessário justificar a escolha. Em razão disso, cabe à “ciência” fornecer indicadores, números e gráficos para definir esses limites; ou desenvolver a tecnologia necessária para estimá-los. Assim, a natureza passa a ser representada pelo direito internacional ambiental primordialmente por meio de métodos econômicos de mensuração e ferramentas de cálculo (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 591) que busquem responder à verdadeira questão posta pelo direito internacional ambiental: “até quando podemos continuar a explorar os recursos naturais sem destruí-los de uma só vez para que possamos continuar a explorá-los indefinidamente?” (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 68).

Dessa maneira, concepções culturalmente situadas e universalizadas sobre desenvolvimento, economia e meio ambiente sustentaram as práticas sistêmicas de violência ambiental existentes. Mesmo assim, o direito internacional ambiental se

propõe a lidar com as consequências dessas práticas catastróficas utilizando-se dos mesmos pressupostos e categorias. Diante disso, apesar da consolidação do direito ambiental nas últimas seis décadas, esse conjunto de normas foi incapaz de mitigar substancialmente as práticas que levaram à necessidade de sua existência (*ibid*, p. 578). Ao subscrever a esses pressupostos, se prescreveu o fracasso.

Conforme dito, essas concepções exógenas, presentes no texto pela invocação de conceitos auto-evidentes e nas entrelinhas do discurso, são os pré-construtos: recursos que mobilizam processos históricos e disposições sociais, políticas e institucionais cuja construção de significado extrapola o texto em questão, apesar de ser reiterada e legitimada por ele. As declarações analisadas e, portanto, o direito internacional ambiental, se apoiam em alguns pré-construtos para construir e legitimar suas verdades sobre o “dever-ser” da relação entre a humanidade e a natureza. Os mais centrais serão abordados com maior profundidade nos capítulos a seguir.

O próximo capítulo buscará olhar criticamente para o processo de construção de significado e de autoafirmação do conceito de “desenvolvimento” e como se relaciona com a criação e consolidação do próprio direito e sistema internacionais. Em seguida, o capítulo 3 visará destacar a visão predominante de natureza que foi legitimada pelas declarações sobre “meio ambiente”, assim como algumas das consequências que isso impôs à relação da humanidade com os demais coabitantes terrestres, assim como o diálogo disso com os processos de violência endógenos às sociedades humanas.

INTERLÚDIO I

(ATWOOD, 2003)

“O pai de Jimmy trabalhava para as Fazendas OrganInc. Ele era um genógrafo, um dos melhores do ramo. Ele tinha feito alguns dos principais estudos para o mapeamento do proteonoma ainda durante a pós-graduação, e depois ajudara a projetar o Camundongo Matusalém como parte da Operação Imortalidade. Depois disso, nas Fazendas OrganInc, ele foi um dos principais arquitetos do projeto porcão juntamente com uma equipe de especialistas em transplante e com os microbiologistas que estavam unindo esforços para combater infecções. Porcão era apenas um apelido: o nome oficial era *sus multiorganifer*. Mas porcão era como todo mundo o chamava. Às vezes diziam Fazendas Organ-Oink, mas raramente. Aliás, aquilo não era mesmo uma fazenda, não se parecia com as fazendas dos retratos.

O objetivo do projeto porcão era cultivar uma variedade de tecidos de órgãos humanos, inteiramente seguros, em um incrível porco transgênico hospedeiro – órgãos que poderiam ser facilmente transplantados, sem rejeição, mas que também fossem capazes de resistir a ataques de micróbios e vírus oportunistas, que cresciam em número a cada ano. Um gene de amadurecimento rápido foi introduzido de modo que os rins e fígados e corações do porcão ficassem prontos mais depressa, e agora eles estavam aperfeiçoando um porcão que podia desenvolver cinco ou seis rins de cada vez. Um hospedeiro desses poderia ser privado dos seus rins extras; em seguida, em vez de ser destruído, poderia continuar vivendo e desenvolver mais órgãos, do mesmo modo que uma lagosta podia desenvolver outra garra para substituir a que faltava. Isso seria menos oneroso, já que se precisava de muita comida e cuidados para criar um porcão. Tinha sido feito um grande investimento financeiro nas Fazendas OrganInc. [...]

Os órgãos do porcão podiam ser customizados, usando células de doadores humanos, e os órgãos eram congelados até que se precisasse deles. Era muito mais barato do que ser clonado para ter à disposição peças sobressalentes [...] ou manter um ou dois embriões prontos para serem colhidos, estocados em algum pomar ilegal

de bebês. Nos impressos materiais promocionais da OrganInc, de aparência atraente e discretos nas informações, a ênfase estava na eficácia e nas vantagens para a saúde do uso do porcão. Além disso, para acalmar os estômagos mais delicados, afirmava-se que nenhum dos porções mortos terminavam como bacon e salsicha: ninguém ia querer comer um animal cujas células poderiam ser idênticas a algumas das suas.

Entretanto, com o passar do tempo, quando os lençóis freáticos ficaram salgados, a calota polar ártica derreteu, a vasta tundra borbulhava de metano, a seca nas planícies centrais do continente tornou-se cada vez pior, as estepes asiáticas transformaram-se em dunas de areia e a carne ficou cada vez mais difícil de se conseguir, algumas pessoas começaram a ter dúvidas. Nas próprias Fazendas OrganInc, chamava a atenção a frequência com que apareciam no cardápio da cantina sanduíches de bacon e presunto e empadões de porco. [...]

Os porções eram muito maiores e mais gordos do que os porcos comuns, para deixar espaço para todos os órgãos extras. Eles eram mantidos em prédios especiais, fortemente guardados: o sequestro de um porcão e seu material genético primoroso por uma empresa rival teria sido um desastre. Quando Jimmy ia visitar os porções, ele tinha que vestir um traje biológico que era grande demais para ele, e usar uma máscara, e lavar primeiro as mãos com sabonete desinfetante. Ele gostava especialmente dos porções pequenos, doze para cada porca e arrumados em fila, mamando. [...]

Quando Jimmy era pequeno de verdade, eles moraram numa casa de maneira estilo *Cape Cod* em um dos Módulos [...] mas agora eles moravam numa casa grande, estilo georgiano, com uma piscina dentro e um pequeno ginásio. [...] A casa, a piscina, a mobília – tudo pertencia ao Complexo OrganInc, onde moravam as pessoas mais importantes. Cada vez mais, os executivos de nível médio e os cientistas juniores também passavam a morar lá. O pai de Jimmy disse que era melhor assim, porque ninguém precisaria deslocar-se dos Módulos para o trabalho. Apesar dos corredores de transporte estéreis e dos trens-bala de alta velocidade, sempre havia um certo risco quando se atravessava a cidade.

Jimmy nunca tinha estado na cidade. Ele só a havia visto pela TV – intermináveis cartazes e placas de néon e fileiras de prédios, incontáveis veículos de todos os tipos, alguns deles com nuvens de fumaça saindo da traseira; milhares

de pessoas, correndo, gritando, protestando. Havia outras cidades também, perto e longe; algumas tinham bairros melhores, seu pai disse, quase iguais aos complexos, com muros altos cercando as casas, mas estas não apareciam muito na TV.

O pessoal do complexo não ia às cidades a não ser que precisassem ir, e nunca sozinhos. Eles chamavam as cidades de *plebelândia*. Apesar dos cartões de identificação de impressões digitais usados por todos, a segurança pública na plebelândia era falha: havia pessoas transitando nesses lugares que eram capazes de falsificar qualquer coisa e que poderiam ser qualquer um, sem falar na escória – os viciados, os assaltantes, os mendigos, os malucos. Então era melhor que todos das Fazendas OrganInc morassem em um mesmo lugar, com segurança total.

Fora dos muros e portões e refletores da OrganInc, as coisas eram imprevisíveis. Dentro, elas eram do jeito que costumavam ser quando o pai de Jimmy era criança, antes de a situação ficar tão séria, pelo menos era isso que o pai de Jimmy dizia. A mãe de Jimmy dizia que era tudo artificial, que era apenas um parque temático e que nunca se poderia trazer de volta os velhos tempos, mas o pai de Jimmy dizia por que reclamar? Você podia andar por lá sem medo, não podia? Dar uma volta de bicicleta, sentar num café ao ar livre, comprar uma casquinha de sorvete? Jimmy sabia que o pai tinha razão, porque ele mesmo tinha feito tudo isso.

Mesmo assim, os homens da CorpSeCorps – aqueles que o pai de Jimmy chamava de *nosso pessoal* –, esses homens tinham que estar em alerta constante. Quando havia tanta coisa em jogo, ninguém podia saber o que o outro lado poderia tentar. O outro lado, ou os outros lados: não era só um outro lado que você tinha que vigiar. Outras empresas, outros países, diversas facções e conspiradores. Havia hardware demais por aí, dizia o pai de Jimmy. Hardware demais, software demais, bioformas hostis demais, armas demais de todos os tipos. E muita inveja e fanatismo e má fé.

Muito tempo atrás, na época dos cavaleiros e dragões, os reis e duques viviam em castelos, com muros altos, pontes levadiças e aberturas nas muralhas por onde você podia derramar piche fervendo nos seus inimigos, dizia o pai de Jimmy, e os Complexos tinham a mesma concepção. Os castelos serviam para manter você e seus amigos protegidos do lado de dentro e todas as outras pessoas do lado de fora.

- Então nós somos os reis e duques? – Jimmy perguntou.
- Ah, sem sombra de dúvida – seu pai respondeu, rindo.”

2. Desenvolvimento e o Persistente Colonialismo do Direito Internacional

O pré-construto “desenvolvimento” permeia as três declarações ambientais analisadas no capítulo anterior, mostrando ser um conceito central para o direito internacional ambiental. Tendo isso em vista, o presente capítulo pretende explorar alguns dos significados que perpassam esse conceito e dos processos envolvidos em sua construção histórica, de modo a ampliar a visão sobre o discurso presente nas normas ambientais analisadas e buscar compreender as fundações e as práticas que o possibilitam e o sustentam.

Em primeiro momento, a difusão do ideal por “desenvolvimento” será brevemente abordada a partir de um eixo-crítico desde o sul, representado pela obra de Sundhya Pahuja (2011), que aponta que a construção do processo de desenvolvimento como “inevitável”, “técnico” e “historicamente destinado” teve grande contribuição no posicionamento invisível do direito internacional como unitário e universal (PAHUJA, 2011, p. 39). Com isso, pretende-se realizar ponderação sobre os significados e as narrativas envolvidas na produção histórica desse conceito em nome dos quais se extrai a cada ano 55 bilhões de toneladas de “recursos naturais” para a produção energética³⁵, se cria dependência econômica local de grandes multinacionais estrangeiras (PORTO *et al.*, 2016) e se força o deslocamento interno de aproximadamente 15 milhões de pessoas a cada ano (RANDELL *apud* TESHOME, 2019).

Em seguida, será abordada a relação desses processos com a fundação e manutenção do direito internacional e de alguns de seus preceitos basilares, como o princípio da igualdade soberana. Será empregada ênfase especial ao papel das normas jurídicas de cristalizar valores e visões de mundo como universais ao eleger determinado significado como legítimo e verdadeiro, produzindo verdades a partir de concepções e escolhas políticas e situadas.

³⁵ Ver “The world counts”. Disponível em: <<https://www.theworldcounts.com/stories/environmental-degradation-facts>>. Acesso em maio de 2020.

Essas escolhas, por sua vez, são atravessadas pelos próprios processos de (re)construção histórica do sistema internacional que constitui simbioticamente o direito internacional. Diante disso, serão abordadas algumas das principais características relacionadas a sua (re)fundação moderna, como o mito constituinte da Paz de Vestfália e sua relação com o chamado “problema da diferença”. Pode-se dizer, portanto, que as próprias concepções do sistema e do direito internacional são, em si, pré-construtos mobilizados pelo discurso analisado no capítulo anterior.

2.1. Desenvolvimento: história e significados

Segundo Sundhya Pahuja, o quarto ponto do discurso inaugural da reeleição de Harry S. Truman foi atribuído como a inauguração do discurso moderno de desenvolvimento (PAHUJA, 2011, p. 61). Em 1949, o recém-eleito presidente afirmou: “nós devemos embarcar em um novo programa ousado para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e progresso industrial disponíveis para o aprimoramento e crescimento das áreas subdesenvolvidas” (TRUMAN, 1949, tradução livre)³⁶.

Pahuja afirma que o marco do discurso de Truman é a tendência de compreender a maior parte do mundo como a ausência de algo, ao enfatizar a pobreza dos países “subdesenvolvidos”. Com isso, “[d]iferenças entre povos e lugares não-ocidentais, de Lima a Lucknow, Malaya a Monterrey, foram varridas de lado conforme todos foram unificados em sua ‘miséria’ e definidos pelo que não são – a saber, o Ocidente.” (PAHUJA, 2011, p. 61, tradução livre)³⁷.

Apesar de os países do norte global definirem seus muitos outros pela ausência desde antes do mandato de Truman, Pahuja argumenta que a articulação específica de ausência nos termos da Doutrina Truman culminou na transformação do desenvolvimento em um “programa”. Não apenas o então presidente uniu a visão da história universal e linear com a ideia de desenvolvimento, mas o fez com a

³⁶ Trecho original em inglês: “[W]e must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas”

³⁷ Trecho original em inglês: “Differences between non-Western peoples and places from Lima to Lucknow, Malaya to Monterrey, were swept aside as they were all united in their ‘misery’ and define by what they were not – namely the West.”

possibilidade de efetivamente acelerar essa narrativa histórica progressiva por intermédio de programas de modernização científica e tecnológica. Isso, segundo Pahuja, deu “[...] forma ao modo de poder particular vindo a ser com e pelas instituições de direito internacional contemporâneo” (PAHUJA, 2011, p. 62, tradução livre)³⁸.

Portanto, a condição de “subdesenvolvido” foi forjada não apenas como (mais) uma divisão perversa entre o norte global (os desenvolvidos) e o sul global (subdesenvolvidos), sendo sinônimo de “áreas economicamente atrasadas” (*ibid*), mas também como uma promessa de possibilidade de ascensão de um grupo para o outro, mediante o provimento de assistência científica e tecnológica do primeiro para o segundo, por meio de programas e projetos que visam difundir uma afirmação com nova força incisiva da ciência e do lugar da natureza como instrumento a ser controlado. Com isso, Pahuja afirma que Truman transformou o desenvolvimento em um processo pelo qual os países subdesenvolvidos podem passar para se tornarem, enfim, desenvolvidos (*ibid*).

Diante disso, ela argumenta que algumas consequências dessa narrativa construída são a substituição das hierarquias formais, demarcadas pelo direito, e das distinções baseadas em superioridade racial expressas no sistema internacional por distinções econômicas. Os primeiros não eram mais aceitáveis dado, respectivamente, o princípio da igualdade soberana e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), tendo sido substituídos por uma separação econômica, medida e assegurada pelo índice “científico” do RNB e, posteriormente, do PIB (PAHUJA, 2011, p. 64). Rapidamente, o conceito de desenvolvimento se tornou “senso comum”, sendo um conceito “integral para entendimentos da diferença e um substituto para abordar desigualdades globais” (*ibid*, p. 65). Apesar de alguns aspectos de seu significado e de quem detém o controle para defini-lo serem contestados, sua centralidade e legitimidade não estavam em disputa, segundo Pahuja (*ibid*).

A autora afirma que “[...] a questão de quem deveria tomar a liderança em ajudar Estados no ‘caminho do desenvolvimento’ logo se tornou o tema de um

³⁸ Trecho original em inglês: “[...] form to the particular mode of power coming into being with and through the institutions of contemporary international law”.

concurso por poder” (*ibid*, p. 66, tradução livre)³⁹. Contudo, as condicionantes para o financiamento incorporadas ao FMI, a mudança de abordagem do Banco Mundial para lidar com questões de “pobreza” e a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento por este órgão tornaram essas duas instituições fontes geradoras e forças jurídicas do tema do desenvolvimento (*ibid*). Diante disso, inúmeras intervenções por meio de “projetos sociais” e empréstimos duvidosos a países “subdesenvolvidos” aproximaram o Banco Mundial e o FMI das agências de desenvolvimento do Sistema ONU (*ibid*, p. 69).

Dessa forma, Pahuja argumenta que o desenvolvimento difundiu e sustentou a suposta universalidade de determinados valores e estruturas “desenvolvidos”, apesar do exemplo vivo de sua particularidade que é a existência dissonante do Terceiro Mundo (*ibid*, pp. 69-70). A autora alega, ainda, que o desenvolvimento contém um caráter religioso, por oferecer uma espécie de “salvação” para os povos “atrasados” que é centrada em uma certeza de fé no crescimento econômico. Ela especifica “religioso” como um sistema de crença particular ao qual os adeptos se sentem compelidos a reverenciar e seguir, o que define o desenvolvimento como um horizonte, por mais que os meios para atingi-lo possam ser contestáveis e mutáveis (*ibid*, p. 70).

Gilbert Rist (2008) também equipara o desenvolvimento a uma fé, que se sustenta pela mencionada filosofia da história que busca identificar padrões e consistências nas constantes mudanças sociais, traduzindo-as como um processo linear evolutivo, como um progresso – um desenvolvimento. Assim, Rist analisa o discurso de Truman quebrando-o em quatro partes: primeiramente, a reiteração das condições miseráveis que se encontram os “outros” (a pobreza e o subdesenvolvimento); em seguida, as “boas notícias” de que ineditamente existem as condições para solucionar esses problemas; em terceiro lugar, o reconhecimento dos esforços que deverão ser empregados para que isso ocorra; por fim, a prospecção de um futuro próspero e pacífico, caso o plano sugerido seja implementado (RIST *apud* PAHUJA, 2011, p. 71).

³⁹ Trecho original em inglês: “[...] the question of who should take the lead in helping states down the ‘development path’ soon became the subject of a contest for power”.

Rist retoma clássicos da teoria política e filosófica moderna para identificar sinais da presença do discurso linear que se assemelham ao desenvolvimento nas obras de Aristóteles, que introduziu a ideia de crescimento e acúmulo que terminariam com o fim inevitável da morte; e Santo Agostinho, que via a trajetória evolutiva caminhando até a salvação divina; e na modernidade, com a crença na razão e na tecnologia que fornece entendimento teleológico sobre desenvolvimento. Após isso, o desenvolvimento ganha caráter prescritivo, segundo Rist. Com a ideia de que sociedades se desenvolvem em estágios, passa-se a admitir intervir e isolar esses estágios, como proposto por Truman, por meio do emprego do conhecimento científico moderno através da razão em projetos e programas, investindo em crescimento econômico e no domínio sobre a natureza.

Com isso, Rist enfatiza como a construção do conceito de desenvolvimento foi situada em histórias e culturas específicas, sendo uma crença metafísica construída e situada. O autor busca localizar na história a sequência por meio da qual a “comunidade internacional” concedeu tamanha centralidade ao desenvolvimento, um fenômeno que “mobiliza não apenas a esperança de milhões, mas também recursos financeiros substanciais, enquanto aparenta se afastar como o horizonte assim que você pensa que está se aproximando” (RIST, 2008, pp. 1-2). Como resultado, as sociedades não ocidentais foram privadas tanto da sua história quanto da sua cultura – e da sua chance de construir futuros que rompam com este progresso pré-programado.

Jan Nederveen Pieterse (2010), por outro lado, alega que a teoria do desenvolvimento é caótica e marcada por crises. Nesse sentido, ressalta também que todos têm um pouco de subdesenvolvidos, nos termos de Truman, uma vez que as fronteiras entre Norte e Sul são pouco nítidas, havendo um pouco do que se construiu discursivamente como Sul no Norte e vice-versa. Contudo, mesmo que cheio de inconsistências, Pieterse concordaria que o discurso do desenvolvimento está enraizado no eurocentrismo e há obstáculos substanciais para as tentativas de “recusa” do desenvolvimento.

Sobre essa questão, John Clammer (CLAMMER, 2012) desenvolve argumento no campo dos estudos culturais, defendendo que é preciso enfatizar a cultura, sob a pena de o aspecto economicista se tornar a “cultura do

desenvolvimento”, como diagnostica que ocorreu. Assim, segundo Clammer, por omissão, não se dá conta da diversidade cultural dos povos, mas ativamente se propicia um tanque de privação de sentidos⁴⁰ quase a-cultural, por conta da proposta universal do projeto de desenvolvimento.

Esta proposta universal, de fato, dependeu da difusão de uma determinada cultura da diferença. Nesta toada, Inayatullah & Blaney (2012) reiteram que a lógica do desenvolvimento é pautada em uma distinção temporal e civilizatória entre um “eu”, que cria e define as regras, personificando a norma, em oposição a um “outro”, que obedece às regras e tenta se encaixar na norma. O “eu” é representado na figura do europeu: moderno, desenvolvido, o presente – ou até mesmo o futuro; já o “outro” representa o passado, personificado pelos povos “encontrados” pelos europeus, povos com visões alternativas sobre desenvolvimento e sociedade: os subdesenvolvidos. Entre eles, o espectro daqueles que trilham os caminhos até o prometido desenvolvimento, os quais se encontram em um permanente estado de “em”.

Os autores aprofundam a contribuição sobre essa construção ideológica e política do ideal de desenvolvimento com seu conceito de “muro temporal”⁴¹, que busca abarcar essa diferenciação temporal entre “eu” e “outro” por meio do conceito de desenvolvimento. Eles alegam que esta foi uma forma pela qual o capitalismo construiu uma fronteira em volta de suas fraquezas para prevenir a exposição para formas alternativas de vida existentes (INAYATULLAH & BLANEY, 2010, p. 12), uma vez que tudo que não reflete as vivências dos países “desenvolvidos” fica relegado ao passado e, com isso, é desconsiderado como alternativa real ao modo de produção capitalista. Com isso, eles afirmam que o capitalismo e a modernidade impuseram e reiteraram uma noção de temporalidade linear, de modo que todos os acontecimentos e processos eventualmente – e necessariamente – tenderiam à civilização moderna e “desenvolvida”, relegando às margens formas alternativas de pensar e praticar a economia, a sociedade, a relação com os arredores, com os outros seres e as subjetividades.

⁴⁰ Expressão cunhada por James C. Scott, em: SCOTT, James C. *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

⁴¹ Em inglês, “temporal wall” (Tradução Livre).

Nesse sentido, a própria história do “desenvolvimento” na ordem internacional contemporânea é uma história da diferença. Se sustenta em certas narrativas da modernização acerca da relação entre temporalidade e história que produz e reforça diferenciações e hierarquias. Essa visão é baseada em uma concepção da história humana como universal, que determina a mesma história de progresso como parte de todas as experiências humanas.

Por sua vez, essa concepção linear de tempo e de progresso humano se ancora em discursos do século XIX de evolucionismo social que difundem a ideia de que pessoas “primitivas” representam “estágios” anteriores de uma história humana universal (PAHUJA, 2011, p. 55). Durante o século XX, essa visão foi incorporada ao ideal de crescimento econômico e progresso por meio das narrativas de modernização, que associaram essa história progressiva à industrialização e ao contato com a modernidade.

A teoria de Walt Whitman Rostow contribuiu fortemente para essa construção narrativa. Rostow defendeu que todos os países passam pelas mesmas etapas de crescimento econômico e, por isso, toda a desigualdade existente no mundo decorre do fato de que diferentes países se encontram em diferentes etapas do crescimento. A consequência desse diagnóstico é a crença de que todos os países poderão, eventualmente, atingir o mesmo nível de desenvolvimento mediante a industrialização e o crescimento econômico e, conforme isso for acontecendo, a desigualdade mundial gradualmente será eliminada (ROSTOW, 1990). Mesmo aceitando esta premissa, já surgem algumas incongruências, uma vez que, sendo o tempo linear, como os países “atrasados” irão alcançar os “desenvolvidos” se estes continuarem a elevar o “patamar” do desenvolvimento?⁴²

Rostow estabelece que esse crescimento ocorre em cinco estágios básicos, sendo o primeiro “a sociedade tradicional”, exemplificada por uma tribo isolada, sem contato com o que chama de “modernização”; o segundo, “pré-condições para o arranque”, é um momento de transição, no qual há o início de uma manufatura industrial, com a formação de um comércio internacional; o terceiro estágio é o “arranque”, ou *take-off*, ilustrado pela era da Revolução Industrial no Reino Unido;

⁴² Ver: CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. **Revista de Economia Política**, v. 26, p. 4, 2006.

o penúltimo, “marcha para a maturidade”, é um longo intervalo de progresso contínuo, necessário para estender a tecnologia moderna a todas as áreas da atividade econômica; e o quinto e último estágio, “maturidade”, ou “alto consumo em massa”, onde, supostamente, bens altamente valorizados se tornam economicamente acessíveis à população, sendo possível que consumidores possuam muito além de suas necessidades básicas (*ibid*).

Apesar da impossibilidade material de uma coexistência universal de sociedades de alto consumo em massa, pela expropriação humana e não humana que isso demandaria, com o auxílio do poder persuasivo de teorias da modernização como a obra de Rostow, o ideal pelo desenvolvimento foi difundido no sistema internacional e se materializou como meta e promessa universal nas normas jurídicas e nas práticas das principais organizações intergovernamentais.

É o caso das declarações ambientais analisadas no capítulo anterior, que afirmam: “países industrializados devem fazer esforços para reduzir o vão entre eles e os países em desenvolvimentos” (ONU, 1972); “os Estados devem cooperar no fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, [...] mediante a intensificação do desenvolvimento, da adaptação, da difusão e da transferência de tecnologias [...]” (ONU, 1992); “Afirmamos que as políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza devem [...] Reforçar a cooperação internacional, incluindo a provisão de recursos financeiros, capacitação e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento” (ONU, 2012).

Além disso, segundo Naratajan & Khoday, o conceito de desenvolvimento como um processo “[...] ajuda a naturalizar e ofuscar o processo pelo qual algumas pessoas sistemicamente sub-desenvolvem outras” (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 589, tradução livre)⁴³. Narrativas de evolucionismo social como as adaptadas pelas teorias da modernização e enraizadas na busca incessante pelo desenvolvimento legitimaram a invasão e destruição de sociedades não-europeias durante os períodos de expansão colonial, o qual “desenvolveu” tanto o centro imperial como as colônias mediante um processo de exploração de mão-de-obra e

⁴³ Trecho original em inglês: “[...] helps naturalize and obfuscate the process whereby some people under-develop others.”

recursos (lê-se, humanos e não-humanos) coloniais e de internalização de uma ambição pelo “progresso europeu” (*ibid*).

A noção de que populações inteiras literalmente vivem em “tempos” distintos simultaneamente também é bastante violenta. Nesse sentido, Mark Rifkin assertivamente aborda a questão do tempo e da colonialidade em relação aos povos originários. Ele argumenta que, apesar das críticas ao posicionamento das populações indígenas como existentes no passado levarem à defesa de que essas pessoas sejam reconhecidas no presente, ocupando o mesmo espaço e tempo que os ditos povos “modernos” – o que o autor chama de “coevalness” – essa argumentação contém uma série de desdobramentos problemáticos (RIFKIN, 2017, *viii*).

Rifkin argumenta que “uma ênfase na contemporaneidade [*‘coevalness’*] tende a pôr entre parênteses as maneiras que a ideia de um presente compartilhado não é uma designação neutra mas, em vez disso, definida pelas instituições, interesses e imperativos colonizadores” (*ibid*, tradução livre)⁴⁴. Nesse sentido, o autor sustenta que é insuficiente criar um “presente” mais inclusivo, insinuando que as populações indígenas ocupam a mesma temporalidade linear que seus colonizadores. Com isso, esses povos ainda habitam uma versão passada dos povos “modernos” e “desenvolvidos”, uma vez que sua única possibilidade de “avançar” é através das categorias dos colonizadores sobre tempo, progresso, conhecimento e política (*ibid*). Portanto,

Povos nativos ocupam um vínculo duplo dentro dos reconhecimentos colonizadores dominantes sobre o tempo. Ou eles são consignados ao passado, ou são inseridos em um presente definido por termos não-nativos. Dessa perspectiva, povos nativos não tanto existem dentro do fluxo do tempo como irrompem dele como uma anomalia, normalmente entendida como emanando de uma era passada. (RIFKIN, 2017, *vii*, tradução livre)⁴⁵

⁴⁴ Trecho original em inglês: “an emphasis on coevalness tends to bracket the ways that the idea of a shared present is not a neutral designation but is, instead, de-fined by settler institutions, interests, and imperatives.”

⁴⁵ Trecho original em inglês: “Native peoples occupy a double bind within dominant settler reckonings of time. Either they are consigned to the past, or they are inserted into a present defined on non-native terms. From this perspective, Native people(s) do not so much exist within the flow of time as erupt from it as an anomaly, one usually understood as emanating from a bygone era.”

Este “problema da diferença”⁴⁶, ao contrário do que pode parecer, não é inerente natural à vivência humana. Ele é culturalmente situado (RIST, 2019); está enraizado no eurocentrismo (PIETERSE, 2010); se pretende, ainda, a-cultural, de modo a buscar seu caráter universal (CLAMMER, 2012). Sua naturalização, portanto, foi fruto de esforços significativos, que contaram com o apoio de tecnologias estruturantes do sistema internacional (INAYATULLAH & BLANEY, 2012, *passim*), como o direito internacional.

Portanto, o desenvolvimento foi incorporado nas normas jurídicas internacionais, reforçando seu caráter e ganhando aplicabilidade universal: um ideal a ser alcançado por todos. Alguns exemplos de como isso ocorreu são observados por Sundhya Pahuja, como a alegação dos anos 1960s pela soberania permanente sobre recursos naturais e o processo de descolonização formal do direito internacional (ou de igualdade soberana), que se tornaram princípios do direito internacional (PAHUJA, 2011).

Para isso, os Estados “desenvolvidos” se incumbiram da tarefa altruísta posta por Truman de ajudar os demais, pobres e subdesenvolvidos, a alcançar “estágios mais avançados” por meio de transferência de tecnologia, de grandes projetos de desenvolvimento local que criam dependência econômica, e de alianças políticas que encampam interesses coloniais e extrativistas. Esta tarefa está no cerne do discurso de posse de Truman e, pela atuação de organizações e líderes globais como ele, foi legitimada e materializada no direito internacional.

Segundo Pahuja, essas intervenções violentas no terceiro mundo foram resultado de grandes projetos que não necessariamente eram direcionados para a reprodução desse modelo de crescimento econômico e desenvolvimento, mas que foram empregados em nome deles (*ibid*, p. 3). Nesse sentido, ela aponta que o desenvolvimento operou como uma promessa, um meio pelo qual o direito internacional se tornou uma universalização de valores ocidentais.

⁴⁶ Ver: BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *International Relations and the Problem of Difference*. New York; London: Routledge, 2012.

2.2. Direito Internacional, (des)Colonização e Império Continuado

*A argumentação jurídica é um fórum poderoso no qual narrativas dominantes da realidade social são produzidas e reproduzidas como normativas, e discursos alternativos são silenciados. Dessa forma, o direito desempenha um papel constitutivo [...] na definição do sujeito colonial e, dada a conexão entre conhecimento e poder, na legitimação de distribuições dominantes de poder*⁴⁷

– Diane Otto

A lógica da modernização e do desenvolvimento encontra apoio nas normas, regimes e instituições para sua legitimação na ordem internacional, como as declarações ambientais analisadas no Capítulo 1. Ao mesmo tempo, Sundhya Pahuja (2011) argumenta que o ideal pelo desenvolvimento é também um mecanismo discursivo para garantir a universalidade do direito internacional e de valores do ocidente por meio dessas normas e instituições. Segundo Charlotte Epstein, normas são ideias, expectativas e crenças compartilhadas sobre comportamentos apropriados. Elas moldam o mundo: concedem estrutura, ordem e estabilidade, possibilitando o funcionamento da cooperação internacional (EPSTEIN, 2017, p. 2).

Em virtude disso, é fundamental atentar para os papéis exercidos pelas normas jurídicas, isto é, o direito internacional, na construção e legitimação desse ideal pelo desenvolvimento, assim como da função desse ideal pela aderência universal à jurisdição dessas normas. A existência do Conselho de Administração Fiduciária, ou Conselho de Tutela, das Nações Unidas é um exemplo. O Conselho ainda existe formalmente, mas suspendeu suas operações em 1994, com a autonomia da República de Palau e, durante sua atuação, foi responsável pela administração dos territórios que fossem considerados capazes de “governarem a si mesmos”, de acordo com os artigos 73 e 76 da Carta das Nações Unidas, que serão

⁴⁷ Tradução livre. Trecho original em inglês: “Legal argument is a powerful forum in which dominant narratives of social reality are produced and reproduced as normative, and alternative discourses are silenced. In this way, law plays a constitutive role [...] in defining the colonial subject and, given the connection between knowledge and power, in legitimating dominant distributions of power”.

abordados à frente. Com a instrumentalização de dispositivos como este, a ordem internacional trata alguns estados-nação como crianças *ainda* a atingir a maturidade civilizacional e, portanto, incapazes de autonomia política. Este tratamento paternalista remete à mesma diferenciação temporal que possibilita o discurso desenvolvimentista: os mais atrasados são infantilizados e relegados ao passado, uma vez que, supostamente, ainda não atingiram a maturidade dos estados mais avançados.

Mecanismos como o Conselho de Tutela constituem o que Inayatullah & Blaney (2012) definem como “neomodernização”, uma vez que representam o uso dessas diferenciações temporais por meio das normas e instituições internacionais. Neste caso, os Estados tutelados são construídos como versões passadas de seus tutores que necessitam de assistência, mas o mesmo ocorre em relação aos estados “subdesenvolvidos”, ou “em desenvolvimento”, vez que repetidamente acordos multilaterais atribuem aos países desenvolvidos a tarefa de “ajudar” àqueles a percorrer o caminho rumo ao desenvolvimento – como ilustrado em Estocolmo (ONU, 1972), Rio92 (ONU, 1992), Rio+20 (ONU, 2012) e pregado por Truman.

No que diz respeito aos papéis do direito na ordem internacional, Yoriko Otomo os elenca em três atribuições cruciais: de autoridade; estética; e virtude. A primeira é o metafísico do direito internacional de determinar o que é justo – e, consequentemente, o que não é. Segundo Otomo, essa figura de autoridade era anteriormente centrada na figura de Deus, uma vez que a religião ancorava as questões existenciais mais pertinentes e, portanto, fornecia as respostas sobre as questões de Justiça. Contudo, as reformas protestantes desafiaram esta autoridade divina universal e o movimento para a modernidade secular passou ao direito internacional essa autoridade para, no limite, conferir legitimidade à existência humana (OTOMO, 2016, p. 11).

Otomo afirma que o direito internacional moderno e secular tem duas formas de constituir esta legitimação da existência humana: sua aplicabilidade universal inclui o indivíduo humano como parte de uma comunidade que se perpetua no tempo, a humanidade, e no espaço, compartilhando uma mesma essência humana (“*humanness*”). Isto faz com que o existir humano seja mais que a soma de suas partes.

A segunda função que Yoriko Otomo descreve é a estética, que confere ao direito internacional a competência de revelar a verdade (*ibid*, p. 17). Isso pois o objetivo moral do processo judicial, principal mecanismo originário e normativo dos sistemas de *common law*, é a busca pela “verdade” dos fatos. Embutida nisso está a presunção de que o julgamento desvenda os acontecimentos e, conseqüentemente, que as decisões judiciais – os vereditos, do latim, “verdadeiramente dito” – pronunciam a verdade sobre determinada situação.

Este poder de dizer a verdade também está presente na produção de normas jurídicas. Deste modo, quando as declarações e convenções do direito internacional contêm, por exemplo, indicações de que o crescimento econômico e o desenvolvimento são estratégias para lidar com as mazelas ambientais, como faz a Declaração de Estocolmo de 1972⁴⁸, esta afirmação aparenta um fato incontestável, mesmo que seu conteúdo seja contraditório e, no mínimo, empiricamente questionável. O direito, portanto, por meio de seus variados instrumentos, produz verdades para além das relações jurídicas.

Veracidade similar é produzida pela Carta das Nações Unidas. Esta afirma, em seu artigo 73, que existem “territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos”, atribuindo por meio do artigo 76 a necessidade de tutela para “fomentar o progresso político, econômico, social e educacional dos habitantes dos territórios tutelados e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar governo próprio ou independência” (ONU, 1945). Esta “verdade” justificou a criação do mecanismo de tutela mencionado acima, o qual, conforme visto, esteve ancorado em concepções sobre tempo e desenvolvimento situadas e hierarquizantes. Além disso, cristalizou o ideal de desenvolvimento como solução para superar a suposta necessidade de tutela e o papel dos países do Norte em “ajudar” os países que não teriam essa capacidade autônoma *ainda* a se

⁴⁸ “Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de 1 habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico.” (ONU, 1972)

desenvolverem, reiterando o papel do conceito de desenvolvimento na solidificação dessas diferenças e hierarquias.

A terceira função do direito internacional para Yoriko Otomo é a da virtude, pela qual o direito desempenha o papel ético de definir o que será considerado “bom”. O direito internacional define o que é bom em prol de uma dita necessidade de segurança estatal ou de uma alegada sobrevivência da humanidade (OTOMO, 2016, p. 20). É perceptível que este tal termômetro da bondade é, na verdade, indicativo de interesses específicos de quem o influencia, como exemplificado na prerrogativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas de aprovação do uso legítimo da força e intervenções dentro da comunidade internacional. Com apoio dos artigos 39, 41 e 42 da Carta das Nações Unidas, este órgão, cuja composição permanente com direito a veto cabe a cinco países do norte global, determina a “existência de qualquer ameaça à paz” (ONU, 1945), podendo decidir serem cabíveis (“boas”) medidas de restrição econômica ou, até mesmo, de intervenção militar. Isto é, o aval deste único órgão define quais ações constituem “ameaças” e quais ações militares são legítimas para fazer frente a essas ameaças.

O principal problema desta metafísica pretensamente universal, verdadeira e ética do direito internacional apontada por Otomo é que essa crença depende de uma definição excludente sobre a essência humana (“*humanness*”). Isso porque suas fundações, ao contrário de universais, são projetadas em uma subjetividade humana específica: genderizada, racializada, indigenista, heteronormativa, antropocêntrica e desenvolvimentista. Assim, Yoriko Otomo denuncia a dependência do direito internacional de uma essência humana que reconhece um atributo de gênero, a masculinidade, e todas as práticas violentas que este atributo, conforme foi construído, incita – guerras, conquistas, extermínio, opressão, uso da força, entre outras – como um aspecto determinante da essência humana, em detrimento de outras materialidades possíveis (*ibid*, p. 70). A autora afirma:

O Estado como uma forma política é então baseado em uma ideia de essência humana que é por si predica sobre uma violência metafísica prévia: o privilegiamento de uma política econômica masculina, sobre uma feminina. Essa reprodução simbólica da essência humana no domínio internacional perpetua a ilusão de que é possível

produzir ‘humanidade’ *ex nihilo*, sem Deus ou um corpo material (i.e., maternal) (*ibid*, tradução livre)⁴⁹

Além disso, ao definir o que é bom, o direito também define o que não é. Ao estipular o verdadeiro, também afirma o falacioso. E conforme determina o justo, assevera o injusto. E quando caracteriza a subjetividade humana, também a extrapola, impondo o que – e quem –, opostamente, é considerado como não humano. Fleur Johns explora essas linhas argumentativas, afirmando que o direito internacional produz uma série de não-legalidades que são ativamente construídas mediante uma série de disputas políticas (JOHNS, 2013).

Johns alega que a não legalidade é, na verdade, produzida na própria criação da legalidade. Essa gênese não apenas dita o positivo pela exclusão do negativo, o ausente, como é com a relação entre seres humanos e natureza e demais lógicas de alteridade, mas também firma a não legalidade. Isto é, aquilo que o direito não trata explicitamente é, também, conscientemente produzido a partir das escolhas daqueles que elaboram o texto jurídico. Portanto, para Johns, ao invés de promulgar novas normas, é necessário questionar como as normas existentes foram desenvolvidas e que tipo de conhecimento, práticas, experiências e tendências elas parecem abrigar e excluir (JOHNS, 2013, p. 10). Para isso, cabe observar considerações sobre as fundações do direito internacional.

A contribuição paradigmática de Antony Anghie sobre o direito internacional cumpre este papel, mas vai além dos efeitos da herança colonial deste conjunto de normas jurídicas. Anghie argumenta que o direito internacional não só é permeado pela distinção entre “eu” e “outro”, como também é forjado a partir do próprio encontro colonial dos europeus com os ameríndios, uma vez que este

⁴⁹ Trecho original em inglês: “The state as a political form is thus based on an idea of humanness that is itself predicated upon a prior metaphysical violence: the privileging of a masculine, over a feminine, political economy. This symbolic reproduction of humanness in the international domain perpetuates a delusion that it is possible to produce ‘humanity’ *ex nihilo*, without God or a material (i.e. maternal) body.”

“evento”⁵⁰ ecoou os ideais que inspiraram a conceituação dos preceitos solidificados na ocasião da Paz de Vestfália (ANGHIE, 2007, p. 311).

Tendo isso em vista, é necessário, ainda, observar algumas das questões fundacionais que atravessam as normas do direito internacional, como a colonização e a modernidade. Anghie elege a doutrina da soberania, isto é, o princípio de que todos os estados são igualmente soberanos dentro de seus territórios nacionais, fruto da Paz de Vestfália, para demonstrar que o direito internacional é utilizado também para (re)produzir assimetrias e violências que datam do encontro colonial. Com isso, argumenta que essa gênese colonial do direito internacional permeia suas reformulações até a contemporaneidade de modo contínuo, passando pelo *modus operandi* em que apenas alguns estados eram considerados formalmente iguais e soberanos, para o momento de reconhecimento da soberania “universal”. Isto, por sua vez, levou a outras questões, como o uso desta própria soberania para justificar contínuas injustiças coloniais e desigualdades decorrentes dessas assimetrias históricas; a construção e a imposição simbólica e normativa de ideais de desenvolvimento; e o avanço de mecanismos neoliberais sob a égide de preceitos de boa governança global (*ibid*, pp. 9-11).

Nesse sentido, Anghie busca examinar a relação histórica entre o direito internacional e o “terceiro mundo”, alegando que “nós ainda vivemos em uma era comum de Império Continuado, embora sob novas formas” (ANGHIE, 2007, *xii*). Segundo o autor, o direito internacional não apenas legitimou a exploração colonial, como também desenvolveu uma série de mecanismos e doutrinas jurídicas direcionadas para “civilizar o mundo incivilizado” (*ibid*, p. 4). Resultado disso foi o aprofundamento das diferenças entre o Terceiro Mundo e o Ocidente, nos termos de Anghie, frisando o vão socioeconômico e político entre esses estados supostamente iguais sob o direito.

Seu foco inicial é a doutrina da soberania, a qual, segundo ele, foi utilizada como justificativa para impedir quaisquer alegações por reparações coloniais,

⁵⁰ Para uma contribuição sobre a construção da narrativa evolutiva disciplinar do direito internacional a partir da interpretação e significação de eventos específicos, ver: JOHNS, Fleur; JOYCE, Richard; PAHUJA, Sundhya (Ed.). **Events: The force of international law**. Routledge, 2010.

mesmo após o reconhecimento da igualdade formal entre nações (*ibid*, p. 2). A lógica perversa presente desde a obra de Francisco de Vitória é a concessão de igualdade formal aos “outros” para que a apropriação de suas terras, “recursos naturais” e mão de obra encontrasse respaldo jurídico: se eles possuíam legitimidade jurídica para conceder esses bens e serviços, não caracteriza expropriação colonial, mas sim uma troca comercial legítima.

Após a “extensão” do status formal de soberania com os processos de descolonização e o ingresso oficial dos Estados pós-coloniais na sociedade internacional como membros legítimos e autônomos, houve uma série de repercussões internas e externas. Externamente, a doutrina da soberania opera de modo a retardar quaisquer tentativas do Terceiro Mundo de reverter alguns dos efeitos remanescentes do colonialismo. Nesse sentido, “a soberania do Terceiro Mundo pareceu bem distinta em comparação com a definidora soberania ocidental” (ANGHIE, 2007, p. 2, tradução livre). Isto é, o vão entre colonizadores e colonizados não mais está localizado em distinções jurídicas formais que os distinguem entre civilizado e incivilizado, ou soberano e não-soberano, mas em distinções econômicas que diferenciam desenvolvidos de subdesenvolvidos.

Sundhya Pahuja defende, similarmente, que a universalização do direito internacional (europeu) por meio da auto-determinação dos povos como soberanos “não foi a inclusão neutra de todos os povos, mas sim um processo pelo qual uma forma particular de organização socio-política foi normalizada” (PAHUJA, 2011, pp. 5-6, tradução livre). Isto pois a única forma de obter subjetividade jurídica no campo internacional é subscrevendo aos moldes europeus de organização política, isto é, sendo um Estado-nação. Dessa forma, o sistema internacional é uma comunidade de Estados que é tanto hierárquica quanto inclusiva. Para Pahuja, “sua inclusividade toma a forma da promessa de eventual igualdade, assegurada pelo ‘científico’ PIB” (*ibid*, p. 8, tradução livre).

Portanto, o ideal de desenvolvimento econômico desempenhou papel crucial nos processos de descolonização e na expansão do direito internacional euro-americano após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Anghie, o desejo construído pelo “desenvolvimento” funcionou como um elo dentro dos países colonizados, um objetivo comum pelo qual todos e todas deveriam aspirar juntos,

apesar de suas diferenças constitutivas (ANGHIE, 2007, p. 205). Diante disso, conforme mencionado, a conquista do desenvolvimento se tornou central para os “novos” estados, pois vendia um ideal compartilhado de progresso, mudança e melhora que era supostamente possível, até mesmo para aqueles que um dia foram taxados pela lei como “não-civilizados” e “incapazes”.

Nesse sentido, Pahuja aborda como o desenvolvimento foi utilizado pelos países colonizados como uma justificativa para a descolonização, unindo-se ao crescente nacionalismo desses locais. Com base nisso, argumentavam que a dominação colonial deveria ser removida para que esses Estados pudessem se desenvolver. Sobre essa estratégia, Pahuja argumenta que:

para entrar no mundo e se tornar parte dele, não-nações tiveram que moldar suas lutas por independência em termos nacionalistas. A alegação universal da nação em si abriu a possibilidade para que essas alegações sejam feitas. Mas por causa do discurso histórico no qual o nacionalismo está inserido e que possibilitou sua alegação universal em primeiro lugar, as entidades do Terceiro Mundo fazendo alegações pela independência utilizando esta forma tiveram também que aceitar a epistemologia do colonizador. Essa epistemologia efetivamente exigiu um auto-entendimento do Terceiro Mundo como atrasado (PAHUJA, 2011, p. 92, tradução livre)⁵¹.

Dessa forma, criaram-se os Estados desenvolvimentistas, como chama a autora. Dessa forma, o desenvolvimento garantiu um “chão” transcendente para que o direito internacional se proclamasse universal, ao passo que universalizava valores e modos de organização particularmente europeus (*ibid*, p. 37). Para garantir essa existência externa da experiência humana do desenvolvimento, atribuiu-se a roupagem “científica” ao garantidor de sua mensuração, o PIB. Com isso, o crescimento foi normalizado na ordem internacional, construindo fundações pressupostas como auto-evidentes nesta ordem (*ibid*, p. 38). Assim, Pahuja afirma

⁵¹ Trecho original em inglês: “in order to enter the world and become part of it, non-nations had to cast their struggles for independence in nationalist terms. The universal claim of nation itself opened the possibility for such claims to be made. But because of the historical discourse in which nationalism is embedded, and which enabled its universal claim in the first place, Third World entities making claims to independence using this form had also to accept the epistemology of the colonizer. This epistemology effectively required a self-understanding of the Third World as backward.”

que o discurso de desenvolvimento “[...] foi capaz ambos de manter a exemplaridade do ocidente e impor a suposta universalidade da nova comunidade internacional” (*ibid*, p. 46, tradução livre)⁵².

Isso garantiu o “triunfo do elemento modernizante”, porque, mesmo quando o nacionalismo busca afirmar a identidade autônoma de uma cultura nacional de modo a construir a dominação colonial como alienígena, ele deve aceitar a concepção racional-burguesa da história universal e do tempo linear que tem chances de ser bem-sucedida contra essa dominação (*ibid*, p. 58).

Portanto, o discurso e as práticas de desenvolvimento permeiam as relações coloniais e pós-coloniais entre países do Norte e Sul Global, constituindo o que Anghie denomina uma das novas formas de Império Continuado por meio do direito internacional. Outra dessas formas apontadas por Anghie seria o fenômeno da globalização econômica, após a instauração do sistema Bretton-Woods, que levou à criação de novas tecnologias para gerenciar o mundo não-europeu, segundo o autor (ANGHIE, 2007, p. 246). Nesse sentido, é preciso manter a lembrança sobre o papel central desempenhado por organizações internacionais econômicas como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) de avançarem políticas neoliberais que, muitas vezes, são implementadas por meio de projetos de privatização e liberalização econômica às custas dos povos e seres do Sul (*ibid*, p. 245).

Na verdade, segundo Pahuja, os movimentos iniciados na Conferência de São Francisco, responsável pela instauração do Sistema Bretton-Woods, representam a adoção da ideia de que o Terceiro Mundo é economicamente atrasado, condição atribuída aos colonizadores. Esse momento significou a separação das esferas econômica e política no sistema internacional, o que foi apoiado pelos países do Terceiro Mundo, uma vez que possibilitou a argumentação a favor da igualdade política instaurada no princípio da soberania nacional, enquanto reconhecia a hierarquia econômica, decorrente do posicionamento dos países em diferentes estágios de desenvolvimento. Diane Otto (2013) concorda com este argumento, afirmando que o estabelecimento das instituições financeiras mencionadas revela

⁵² Trecho original em inglês: “[...] was able both to maintain the exemplarity of the west and assert the putative universality of the new international community”.

um movimento consciente dos países do Norte Global para manter debates econômicos fora da competência da Assembleia Geral da ONU – órgão onde os países do Sul obtiveram números majoritários após os processos de descolonização em razão dos preceitos democráticos de votos individuais.

Assim, Pahuja afirma que “o desenvolvimentismo se provou capaz de mediar a igualdade soberana formal sem romper uma organização hierárquica de Estados” (PAHUJA, 2011, p. 63). Seu argumento se assemelha à defesa de Anghie de uma reiteração de mecanismos de “império continuado” pelo direito internacional, na medida em que, para Pahuja,

[a] promessa do direito internacional é então limitada à reprodução de uma interpretação da história que cria uma hierarquia de Estados em que o mundo (ocidental) ‘desenvolvido’ é posicionado no topo. Dessa forma, o discurso de desenvolvimento opera veladamente para circunscrever o espaço de possibilidades que subsiste no direito [...] (*ibid*, p. 76, tradução livre)⁵³

Para Siba Grovogui (1996), o direito internacional que permite e reproduz esses processos de diferenciação temporal, política, social e econômica entre países também depende de um sistema de conhecimento e crenças ocidental e euro-americano. Grovogui (1996) contribui para o questionamento da produção normativa de exclusões e dos sistemas de conhecimento que representam condições de possibilidade para a existência dessas normas jurídicas. Por sua vez, estas normas, segundo o autor, operacionalizaram práticas que ancoram o discurso e a produção normativa do direito internacional aos valores, ideologias e, no limite, pensamentos filosóficos ocidentais (GROVOGUI, 1996, p. 3).

Nesse sentido, Grovogui argumenta que os fundadores do direito internacional, sustentados pela jurisprudência ocidental, negavam humanidade aos não-europeus em práticas discursivas e normativas que visavam efetivamente eliminar a possibilidade de sua participação na formulação de políticas e de normas jurídicas. Isso também aponta para a construção da humanidade como quesito

⁵³ Trecho original em inglês: “*The promise of international law is thus constrained to the reproduction of an interpretation of history that creates a hierarchy of states in which the (Western) ‘developed’ world is placed at the top. In this way, the discourse of development operates covertly to circumscribe the space of possibilities that subsists in law [...]*”

definidor da vida política e da subjetividade jurídica. Isto é, se você é excluído da comunidade humana, consequentemente, são eliminadas suas garantias mais básicas. Isso, portanto, constitui forte indício das condições às quais estão subordinados os seres e entes não-humanos na ordem jurídica e social.

As hierarquias e assimetrias sistêmicas geradas pelos processos violentos de colonização, civilização e modernização desempenharam e ainda desempenham papel crucial na construção dos mecanismos jurídicos que regulam, restringem ou legitimam comportamentos. Como resultado, nem mesmo normas jurídicas que são pretensamente centradas na proteção de seres humanos ou do que é tido como meio ambiente estão isentas de ser construídas com base em pilares coloniais que propagam regras de conquista, violência e oposição entre alguns seres humanos e seus incontáveis “outros”.

Ele afirma que as regras do direito internacional permitiram que as nações “fundadoras” da ordem internacional constituíssem mecanismos jurídicos de acordo com seus próprios interesses, de modo a cristalizar as hierarquias coloniais e perpetuar a subordinação das nações colonizadas. Para Grovogui, então, os mecanismos jurídicos e políticos que servem à dominância das economias do ocidente prevalecem em detrimento dos direitos coletivos das comunidades anteriormente colonizadas (GROVOGUI, 1996, p. 2).

Portanto, por conta de origens assimétricas e violências persistentes e da reiteração de sistemas de conhecimento que sustentaram essas construções, os autores abordados apontam para um caráter facilitador de determinadas práticas hierarquizantes nas normas do direito internacional. Parece existir, ainda, uma relação de interdependência entre essas normas internacionais, que legitimam certas exclusões, e a cultura ocidental que ancora a concepção das categorias que possibilitam essas mesmas exclusões, sendo evidenciada a influência das questões fundacionais do direito internacional na perpetuação dessas práticas. Por fim, é central o papel do ideal pelo desenvolvimento na legitimação do caráter universal do direito internacional.

2.3. Alteridade, Resistência e Universalidade

Pensem nas nossas instituições mais bem consolidadas, como universidades ou organismos multilaterais, que surgiram no século XX: Banco Mundial, OEA, ONU, UNESCO. [...] Essas agências e instituições foram configuradas e mantidas como estruturas dessa humanidade. E nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser.

– Ailton Krenak

A diferenciação temporal que possibilita o discurso e as práticas de desenvolvimento, e que, por sua vez, é reiterada por ele, não só se sustenta pelo direito internacional, como depende de categorias epistemológicas que permeiam não só a construção e reprodução das normas internacionais, como também certa concepção do próprio sistema internacional. Dessa forma, é preciso observar algumas questões fundacionais desse sistema, o que envolve uma perspectiva sobre a diferença, assim como uma escolha sobre o que, e quem, será referência para a construção de um futuro e quem será relegado à posição de passado.

Ao abordar o encontro dos europeus com os ameríndios, Inayatullah & Blaney sugerem que a falha em lidar com a diferença é característica intrínseca do pensamento político e social ocidental (INAYATULLAH & BLANEY, 2012, pp. 47-48). Os autores recorrem à teoria do duplo movimento narrada por Todorov como explicação para esta particular abordagem para lidar com a alteridade, lendo o diferente, que foi personificado nos nativos das Américas, de forma depreciativa – a diferença vista como algo a ser extirpado ou convertido.

O primeiro movimento é a separação integral entre o “eu” e o “outro”, o que inclui o apagamento de todas as similaridades existentes entre ambos – os “outros” que existem no “eu” e vice-versa – e a criação de uma hierarquia entre os polos deste binômio, com a conseqüente inferiorização do “outro”. O segundo movimento

é a erradicação deste “outro”, agora externo e inferior, por dois principais mecanismos: a assimilação, isto é, a conversão do diferente aos padrões hegemônicos e uniformizados de comportamento do “eu”; ou a aniquilação, ou seja, o extermínio dos padrões desviantes (TODOROV *apud* INAYATULLAH & BLANEY, 2012, p. 40).

Para os autores, essa reação hostil à diferença é um padrão fruto da problemática europeia cristã dos séculos XVI e XVII que tinha como norte a uniformidade e a universalidade. O ideal de homogeneidade está ancorado na crença de que a uniformidade garante a ordem, enquanto a diferença gera conflitos, um produto ideológico das recentes guerras religiosas da época. Este ideal acarretou a categorização da diferença não como parte intrínseca da vida, mas como algo a ser combatido, conquistado ou assimilado, uma vez que representava o fruto de um “desvio do divino”⁵⁴ (*ibid*, pp. 47-49).

Segundo Inayatullah & Blaney, um momento fundamental para consolidar e universalizar esta criação e relação do “outro” no DNA do sistema internacional foi a Paz de Vestfália. Eles recordam esta ocasião com visão crítica, alegando que a conotação positiva atribuída à Paz de Vestfália fomentou esta concepção perigosa acerca da diferença (INAYATULLAH & BLANEY, 2012, p. 94).

Vestfália trouxe a doutrina da soberania nacional com a ambição de apaziguar conflitos religiosos de longo prazo entre católicos e protestantes, permitindo que cada Estado soberano adotasse a doutrina religiosa de sua preferência dentro de seus limites territoriais (*ibid*, pp. 30-31). De acordo com Inayatullah & Blaney, o difundido consenso de que esta segregação espacial Vestfaliana, que criou o sistema internacional moderno mediante a concepção de estados-nação, permitiu a coexistência pacífica entre os Estados (*ibid*, p. 23) é falacioso, uma vez que este movimento representou o oposto da solução para o problema da diferença. Em vez disso, a doutrina da soberania expurgou o problema da diferença para o internacional, enquanto internamente os estados-nação lutavam para corresponder à expectativa e promessa fabricada de homogeneidade (*ibid*, p. 32).

⁵⁴ Em referência ao preceito bíblico de que Deus teria criado o homem à sua imagem e semelhança, o que foi interpretado como um repúdio à violência.

Otto também aborda os aspectos decorrentes da fundação europeia da comunidade de Estados das Nações Unidas e do direito internacional, afirmando que o entendimento que auto-figurou a Europa moderna como centro da história mundial, em combinação com a ideia da superioridade europeia possibilitou um expansionismo global da Europa após a Paz de Vestfália (ibid, p. 148). E a visão ocidental do Terceiro Mundo como “outro” foi fundamental para a construção dessa unidade e superioridade europeia (ibid, p. 49).

Assim, o consenso acrítico sobre Vestfália silenciou as práticas violentas que ocorreram e ainda ocorrem nos processos de busca pela prometida – e falaciosa – homogeneidade, uma vez que aqueles que não estão em conformidade com o interesse nacional, supostamente universal e uniforme, foram reprimidos em nome desta dita coesão interna. Externamente, os “outros” foram derrotados mediante processos de guerra, conquista, exploração colonial, uso “legítimo” da força, desenvolvimento, práticas de boa governança global e normas jurídicas internacionais. Portanto, em vez de “paz”, Vestfália e sua interpretação acrítica contribuíram para processos violentos de separação, ou *splitting*, entre o que figura dentro e o que “pertence” ao fora.

Segundo afirmam Inayatullah & Blaney, as teorias da modernização tiveram também papel fundamental na construção desse “outro” desviante e na necessidade de sua uniformização à imagem do “eu” europeu – ou apagamento, em caso de não-conformidade. A contribuição das teorias da modernização, como a de Rostow, a essas práticas decorre de sua parcela de responsabilidade na reprodução e difusão da lógica temporal linear que reitera certos modelos civilizatórios, alocando os diferentes povos com base em seu suposto estágio de desenvolvimento. Conforme mencionado, este espectro temporal de desenvolvimento possibilitou justificar e legitimar práticas coloniais e imperiais paternalistas e uma relação de dominação e dependência entre os europeus e os demais, que foram tidos como inferiores justamente por estarem supostamente vivendo em um passado distante.

Esta concepção do “outro” e visão avessa à diferença aponta para os perigos de ideários de uniformidade que somente poderiam ser alcançados pela erradicação da diferença. Antony Anghie constrói argumento nessas linhas, nomeando este

problema como um problema de diferença cultural⁵⁵. Sobre a relação causal entre este problema e a instauração da doutrina da soberania, ele alega:

Soberania, eu argumento, não precede e administrou diferenças culturais; em vez disso, a soberania foi forjada a partir do confronto entre culturas diferentes e, ao menos no confronto colonial, a apropriação por uma cultura dos termos poderosos “soberania” e “direito” (ANGHIE, 2007, p. 311, tradução livre)⁵⁶

Dianne Otto também questiona como o direito internacional trata a multiplicidade de diferenças globais: como ameaça para a ordem internacional ou como parte da dinâmica necessária a uma visão alternativa da comunidade internacional. Sobre isso, afirma que a presunção disciplinar de que a multiplicidade e a ordem são incomensuráveis deve ser desaprendida (OTTO, 2013, p. 147).

Contudo, a concepção liberal clássica da comunidade internacional limita o acesso de grupos não-estatais, uma vez que é necessário qualificar os quatro atributos de um Estado⁵⁷ para obter personalidade jurídica soberana e integrar a comunidade das Nações Unidas. Diante disso, os acordos interestatais formais restaram como o principal veículo para desafiar as fundações europeias do direito internacional (*ibid*, p. 152). Sundhya Pahuja tece argumento similar, apontando que o direito internacional, apesar de ter uma “história imperial” e uma bem-documentada “intimidade com os poderosos” (PAHUJA, 2011, p. 1), possui também margem para transformação, como a promessa da universalidade que possibilitou a conquista de independência formal nos processos de descolonização (*ibid*, p. 2). Essa mesma promessa de universalidade, contudo, é o que limita as tentativas de países do Terceiro Mundo de utilizarem o direito internacional para alcançar mudanças sociais, políticas, econômicas e jurídicas, devido ao que Pahuja aponta como uma “racionalidade dominante” do direito internacional (*ibid*). Nesse sentido, o direito internacional tanto facilita quanto desradicaliza essas tentativas.

⁵⁵ Em inglês: “*a problem of cultural difference*” (Tradução Livre).

⁵⁶ Trecho original em inglês: “*Sovereignty, I argue, did not precede and manage cultural differences; rather, sovereignty was forged out of the confrontation between different cultures and, at least in the colonial confrontation, the appropriation by one culture of the powerful terms ‘sovereignty’ and ‘law’*”

⁵⁷ Cf. OTTO, 2013, pp. 149-150.

Segundo Pahuja, essa racionalidade alega a universalidade de um conjunto de valores particulares, por meio dos ideais de desenvolvimento e crescimento econômico. Por conta disso, opera como uma dinâmica transformativa, por meio da qual os processos promissores de descolonização foram transformados na consolidação de Estados desenvolvimentistas; tentativas de implacar o princípio da soberania permanente sobre recursos naturais foram utilizadas para garantir a proteção de investidores estrangeiros; e tentativas de difundir a regulação do direito internacional nos anos 1990 acabaram como estratégias de desenvolvimento (*ibid*, pp. 2-3)⁵⁸.

Outra tentativa de implacar mudanças estruturais pelo sistema internacional foi a formação do G77 por países “não-desenvolvidos” com o objetivo comum de contestar a hegemonia econômica europeia durante os anos 1970 e 1980. Os membros desse grupo aproveitaram a proliferação de Estados Nacionais após os processos de descolonização para unir forças com seus votos individuais na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde juntos finalmente teriam peso para disputar politicamente seus interesses.

No entanto, cabe reiterar que tais processos “internos” de descolonização obtiveram apoio da ONU, não necessariamente como indicação de uma “erosão gradual da dominação europeia”. Segundo Otto, a descolonização só esteve disponível, estreitamente, para entidades e agrupamentos que refletissem o estado-nação moderno europeu. Paradoxalmente, para a autora, “as mesmas ideias liberais que suportam o poder da Europa contêm as sementes da resistência”, se referindo ao poder de voto individual da Assembleia Geral que possibilitou a maioria numérica dos países do Sul – poder este fruto de concepções de democracia e consenso originárias da filosofia política europeia (OTTO, 2013, p. 153).

Diante disso, a estratégia desse grupo do Terceiro Mundo para desafiar desigualdades econômicas e coloniais consolidadas nas normas internacionais foi a organização coletiva visando influenciar a criação de novas normas que fossem responsivas a suas preocupações, sob o argumento de que as normas em vigor seriam antidemocráticas, discriminatórias e desiguais – nos termos europeus (*ibid*).

⁵⁸ Sundhya Pahuja (2011) analisa esses três processos, respectivamente, nos capítulos III, IV e V de seu livro.

Assim, o G77 buscou fazer valer a autonomia e “proteger a riqueza” dos países do Terceiro Mundo do controle europeu, buscando a redistribuição de recursos, a igualdade participativa nas tomadas de decisões econômicas e, no fim, a promoção de justiça (*ibid*, p. 154).

Alguns dos novos postulados jurídicos elaborados por essa estratégia, mesmo com os limites dos mecanismos de *soft law* da Assembleia Geral, foram os princípios de liberdade para dispor dos próprios recursos naturais; a renúncia do uso de pressões econômicas; liberdade de estruturação econômica interna; sujeição de capital estrangeiro à legislação doméstica; vantagens econômicas em proporção ao nível de desenvolvimento; transferência de tecnologia; mais recursos econômicos destinados a assistências de longo prazo; entre outros. O objetivo era obstruir a ordem econômica internacional que havia repercutido práticas derivadas do colonialismo e do imperialismo, mas é possível observar que esses novos mecanismos são marcados pela subscrição aos termos e à lógica do desenvolvimento – indissociável dos próprios processos de colonialismo e imperialismo (*ibid*, pp. 154-155).

Nesse sentido, Sundhya Pahuja argumenta que “[...] tentativas de utilizar o direito internacional como um local para a luta política foram e continuaram a ser desradicalizadas pelo posicionamento transcendente da noção de desenvolvimento” (PAHUJA, 2011, p. 93, tradução livre)⁵⁹. Conforme argumental Natarajan & Khoday, é possível observar pelos mecanismos implementados pelo G77 que a desigualdade age como estímulo para uma busca ainda mais vigorosa pelo desenvolvimento (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 590).

A Declaração de Estocolmo, abordada no capítulo anterior, reflete o momento das ações do G77 na política internacional, incorporando algumas das demandas da Nova Ordem Econômica Mundial, isto é, a pauta do grupo. Durante as negociações na capital sueca, o bloco de países do G77 se opôs a possíveis limitações à exploração do que se chamou de recursos naturais, invocando preceitos de auto-determinação e soberania nacional sobre a exploração desses recursos. Alegavam que os países “ricos” haviam explorado seus recursos ilimitadamente

⁵⁹ Trecho original em inglês: “[...] attempts to use international law as a site for political struggle were and continued to be deradicalized by the transcendent positioning of the notion of development”.

durante os processos de industrialização e impedir que os países do Sul fizessem o mesmo seria uma medida discriminatória. Este argumento foi cristalizado nos Princípios 21⁶⁰ e 23⁶¹ da Declaração, que, respectivamente, reafirmam a soberania permanente sobre recursos naturais e consideram que as normas conservacionistas podem ser inadequadas e custosas para os países “em desenvolvimento”. Com isso, apesar de reconhecerem que normas podem ser injustas por representarem maiores custos e inadequações culturais a países do Terceiro Mundo, reiteram a separação temporal do desenvolvimento em nome de um ideal extrativista e antropocêntrico herdado da colonização. Conforme sustenta Sundhya Pahuja, “[...] os desafios apresentados pelos limites ambientais ao crescimento não podem ser superados por reajustes do conceito de desenvolvimento com uma visão de ‘sustentar’ o atual paradigma” (PAHUJA, 2011, p. 8, tradução livre)⁶².

Diante disso, Otto afirma que, apesar da difusão da crítica à suposta neutralidade e objetividade do sistema internacional liberal e positivista, há de se considerar que os objetivos mais abrangentes da Nova Ordem Econômica Mundial foram frustrados, uma vez que as metas de remoldar o sistema econômico mundial e redistribuir riqueza entre os países estão longe de serem alcançadas (OTTO, 2013, p. 158). Isso pois, apesar de sua oposição à dominação ocidental, a estratégia do G77 dependeu de um arsenal de conceitos e princípios legais liberais para apoiar suas causas. Segundo Otto, “uma perspectiva dos Estudos Subalternos sugeriria que o desafio do G77 foi tanto possibilitado quanto impedido de sucesso substancial pela aceitação acrítica da estrutura europeia” (*ibid*, p. 159).

Na perspectiva subalterna de Ranajit Guha, portanto, a narrativa presente nos esforços do G77 se assemelha a uma corrente de narrativas históricas

⁶⁰ “Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional” (ONU, 1972).

⁶¹ “Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevalecentes em cada país, e, a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento” (ONU, 1972).

⁶² Trecho original em inglês: “[...] the challenges presented by environmental limits to growth cannot be overcome by realignments of the development concept with a view of ‘sustaining’ the current paradigm.”

identificadas na Índia que privilegiam a elite dominante. A corrente correspondente ao G77 é intitulada “elitismo nacionalista burguês”⁶³, por se conectar a esforços domésticos que dão crédito à elite nativa por liderar o povo da dominação colonial à liberdade na forma do estado-nação independente (GUHA *apud* OTTO, 2013, pp. 159-160). Cabe ressaltar que, conforme afirmado por Otto, os interesses representados pelos Estados pós-coloniais, mesmo que bem-intencionados, refletem os das elites nacionalistas que haviam assumido, em certa medida acriticamente, o manto governamental que era legado dos colonizadores.

Dessa forma, a estratégia do G77 foi moldada pelo imaginário europeu e não, como alegado, por uma sensibilidade autônoma do terceiro mundo que era inclusiva de interesses subalternos – interesses esses que, assim como suas vozes e subjetividades, foram silenciados por essas próprias estratégias nacionalistas (OTTO, 2013, p. 164).). Na verdade, os princípios de igualdade soberana e autodeterminação enfatizados pelo G77 são técnicas cruciais para a disciplina das diferenças globais e para o cultivo do desejo do Terceiro Mundo pela modernidade, que é essencial para a internacionalização da Europa no mundo pós-colonial, em diálogo com a contribuição de Sundhya Pahuja. Portanto, o G77 falhou em fazer uma crítica à modernidade propriamente dita e à sua separação temporal entre os sujeitos internacionais e, por isso, ajudou a aprofundar a hegemonia europeia (OTTO, 2013, p. 166).

Essa separação também silencia os aspectos relacionais fluidos entre o eu e este outro construído. Conforme Sundhya Pahuja argumenta, a universalidade prometida pelo direito internacional e o ideal pelo desenvolvimento possibilitou a restrição e o enfraquecimento do potencial radical das demandas do Terceiro Mundo, uma vez que essas tentativas estavam contidas dentro de uma racionalidade perversa que universalizou um conjunto de valores particulares e provinciais originados e pertencentes ao norte (PAHUJA, 2011, p. 2).

Entretanto, conforme o horizonte pela promessa de transformação e igualdade através do desenvolvimento e crescimento econômico retrocedeu ainda mais, o direito internacional legitimou cada vez mais práticas de intervenção no Terceiro Mundo. Nesse sentido, Pahuja afirma que, em cada tentativa do Terceiro

⁶³ Em inglês: “*bourgeois-nationalist elitism*” (tradução livre)

Mundo de implacar mudanças no sistema internacional ao subscrever a esses mesmos valores, é possível observar “[...] como a elevação retórica de um conjunto paroquial de valores ao status do universal e sua estabilização conceitual via desenvolvimento e crescimento foi assegurada pela codificação desses valores” (*ibid*, p. 7, tradução livre)⁶⁴.

Por conta disso, Pahuja considera o desenvolvimento como uma peça fundamental de suporte às estruturas direito internacional contemporâneo, uma vez que “[...] o desenvolvimento como uma história idealizada do Ocidente deu coerência às categorias do direito internacional ao sustentar sua alegação à universalidade.” (*ibid*, p. 8) Esta ideia, contudo, é intrinsecamente paradoxal: uma vez que o “eu” europeu se constitui negativamente em relação a seus muitos “outros” não-desenvolvidos, a exclusão é necessária para a existência do próprio “eu” que se proclama universal. Este paradoxo é o que Sundhya Pahuja (2005) denomina a “antítese no/do direito internacional” e consiste na permanente contradição entre exclusão e universalidade que é definidora do direito internacional. Para a autora, esta contradição inerente ao direito internacional decorre do fato de ele ser pós-colonial, no sentido de conter em si o que ela chama de “condição do pós-colonial”, a qual, por sua vez, consiste na (i) constituição de “eu” e “outro”; e (ii) inclusão do excluído necessitada pela alegação de universalidade desta constituição (PAHUJA, 2005, p. 460 *et seq.*).

Nesse sentido, é preciso enfatizar que reposicionar o “outro” construído pelos europeus no sistema e direito internacionais implica também questionar nossa participação individual na sua construção – reflexão que os membros representantes dos países do G77 falharam em considerar (*ibid*, p. 172). Portanto, esforços de expandir a política democrática pluralista são insuficientes, sendo também necessário engajar com um processo de “tornar delirante aquela voz interior que é a voz do outro em nós” (SPIVAK *apud* OTTO, 2013, p. 172).

Para isso, é necessário retomar o questionamento das fundações, ou pré-construtos, do direito internacional ambiental, de modo a compreender e questionar como suas normas são formadas e que tipo de práticas sustentam. Ao que parece,

⁶⁴ Trecho original em inglês: “[...] *how the rhetorical elevation of a parochial set of values to the status of the universal and their conceptual stabilization via development and growth, was made secure through the juridification of those values.*”

as normas internacionais, incluindo as ambientais, operam em relação a muitas separações entre “eus” e “outros”. No próximo capítulo, será abordada aquela que distingue entre cultura, ou seres humanos, e natureza, ou não-humanos, para que seja possível aprofundar a observância da relação entre texto e contexto e destrinchar as ordens política, social, epistemológica e ontológica que se relacionam simbioticamente com as normas em questão.

INTERLÚDIO II

(PANTERA Negra, 2018)

“Milhões de anos atrás, um meteorito feito de vibrânio, a substância mais forte no universo atingiu o continente da África, afetando a vida vegetal em sua volta. E quando chegou o tempo do homem, cinco tribos se estabeleceram nele e chamaram-no de Wakanda. [...]

O povo de Wakanda usou o vibrânio para desenvolver tecnologias mais avançadas que em qualquer outra nação, mas conforme Wakanda prosperou, o mundo em sua volta descendeu mais profundamente ao caos. [...]

[Klaue] É tudo uma fachada. Exploradores procuraram por isso por séculos. *El Dorado*: A Cidade Dourada. Eles pensaram que poderiam encontrá-la na América do Sul, mas estava na África o tempo todo. Uma maravilha tecnológica. Tudo porque foi construída num monte do mais valioso metal conhecido pelo homem – *Isipho* – eles o chamam. “O presente”. Vibrânio...

[Ross] Vibrânio, sim. O metal mais forte na Terra.

[Klaue] Não é só um metal... eles o costuram em suas roupas, ele abastece sua cidade, sua tecnologia, suas armas...

[Ross] Armas?

[Klaue] Ah sim. Faz o meu canhão de braço parecer com um assoprador de folhas.

[Ross] Isso é um conto de fadas legal, mas Wakanda é um país do Terceiro Mundo e você roubou todo o seu vibrânio.

[Klaue] (Rindo) Eu roubei todo? Todo? Eu peguei um pedaço minúsculo dele. Eles têm uma montanha cheia dele. Eles estão minando-o por milhares de anos e ainda não arranharam a superfície.”

3. Localizando a Natureza

[Q]uando falam da floresta, os brancos muitas vezes usam uma outra palavra: meio ambiente. [...] Para nós, o que os brancos chamam assim é o que resta da terra e da floresta feridas por suas máquinas. É o que resta de tudo o que eles destruíram até agora. Não gosto dessa palavra meio. A terra não deve ser recortada pelo meio. Somos habitantes da floresta, e se a dividirmos assim, sabemos que morreremos com ela. Prefiro que os brancos falem de natureza ou de ecologia inteira. Se defendermos a floresta por inteiro, ela continuará viva. Se a retalharmos para proteger pedacinhos que não passam da sobra do que foi devastado, não vai dar em nada de bom. Com um resto das árvores e dos rios, um resto dos animais, peixes e humanos que nela vivem, seu sopro de vida ficará curto demais. Por isso estamos tão apreensivos. Os brancos se puseram hoje em dia a falar em proteger a natureza, mas que não venham mentir para nós mais uma vez, como fizeram seus pais e seus avós.

Nós, xamãs, dizemos apenas que protegemos a natureza por inteiro. Defendemos suas árvores, seus morros, suas montanhas e seus rios; seus peixes, animais, espíritos xapiri e habitantes humanos. Defendemos, inclusive, para além dela, a terra dos brancos e todos os que nela vivem. Essas são as palavras de nossos espíritos e nossas. Os xapiri são os verdadeiros defensores da floresta e eles nos dão sua sabedoria. [...] Os brancos já desmataram

quase toda a sua terra. Mantiveram apenas alguns retalhos de sua floresta e puseram cercas em volta deles. [...] Não quero que os meus morem num resto de floresta, nem que nos tornemos restos de seres humanos.

– Davi Kopenawa

Conforme abordado no capítulo anterior, o Direito Internacional foi crucial para a universalização de certos valores que são, na verdade, particulares, graças às promessas do desenvolvimento e do crescimento econômico. Por sua vez, o próprio ideal pelo desenvolvimento constitui um desses valores, estando paradoxalmente presente mesmo em normas que supostamente objetivam “proteger o meio ambiente”, como as declarações ambientais analisadas no Capítulo 1. Instrumentalizando conceitos-chave para a disciplina e prática da política internacional, como a soberania, o desenvolvimento e o progresso, uma ontologia que concebe a natureza de maneira antropocêntrica foi normatizada e enraizada na prática internacional.

Consequentemente, a centralidade do desenvolvimento econômico para o direito internacional e a formação da comunidade de Estados, por meio de seus princípios e instituições, ajuda a moldar o próprio entendimento sobre meio ambiente adotado pelos atores que constituem as normas internacionais. Por outro lado, esta concepção sobre o que constitui “meio ambiente” é fundamental para a própria operacionalização de conceitos basilares do direito internacional, como o desenvolvimento e a soberania, influenciando diretamente as relações entre determinados grupos de seres humanos, uma vez que a capacidade das sociedades de “controlarem” a natureza é uma espécie de termômetro para o posicionamento das diferentes sociedades nos respectivos estágios do desenvolvimento.

Nesse sentido, necessária para concepções bipolares entre “eu” e “outros” presentes nas relações coloniais e pós-coloniais da ordem internacional é uma certa concepção de humano e não-humano. A divisão entre humanidade e natureza, ou não humanos, possibilitou uma noção de totalidade e unidade que é crucial para construir a imagem do Homem como externo e superior a esse todo – o antropocentrismo. Portanto, uma certa conceituação de humano, natureza e da relação entre eles é central para sustentar os pilares da modernidade sobre os quais se constroem as normas do direito internacional.

Cristina Rojas (2016) afirma que as dinâmicas acima descritas são parte das

[...] lógicas coloniais da modernidade/colonialidade em sua busca por um projeto universal—busca esta sustentada por três divisões: a primeira estabelece a distinção entre natureza e cultura; a segunda divide

modernos de não-modernos; e a terceira estabelece o progresso ao longo de uma concepção linear de tempo (Blaser, 2013; de la Cadena, 2010, 2015; Escobar, 2008; Latour, 1993). Estas divisões, baseadas em pressupostos epistêmicos e ontológicos, têm importantes consequências, incluindo o ordenamento hierárquico entre seres humanos e não-humanos, e a exclusão destes últimos da cena política. (ROJAS, 2016, p. 370)

Diante disso, o presente capítulo pretende abordar precisamente como os atores constituintes do direito internacional atribuem significado ao “meio ambiente” e, mais especificamente, como isso se relaciona a uma ontologia moderna intrínseca à fundação dos institutos basilares da ordem internacional que se constitui a partir de uma separação ontológica fabricada, situada e estrategicamente universalizada entre “natureza” e “cultura”. Além disso, serão observadas as semelhanças entre este olhar hostil aos seres e entes não humanos e a construção antagonista de “outros” humanos por este sujeito moderno que se pretende universal: a “sub-humanidade”, que perde sua qualidade humana, garantidora de direitos, ao se assemelhar ao que se constituiu como “natureza”. Por fim, serão trazidas reflexões sobre algumas violências epistemológicas que atravessam as dinâmicas analisadas.

3.1. O “ambiental” do Direito Internacional

O tratamento legal destinado ao meio ambiente permanece necessariamente numa visão antropocêntrica porque essa visão está no cerne do conceito de meio ambiente

– Cristiane Derani

Fatos científicos pouco compreensíveis ou comoventes sobre danos causados por humanos ao “meio ambiente”, como referências às partes por milhão (“ppm”) de carbono-equivalente emitidas na atmosfera durante as discussões sobre a crise climática, são insuficientes para provocar empatia e apoio à ação coletiva. Por isso, construiu-se uma narrativa quase bélica de “combate” à degradação ambiental e, portanto, de “proteção” ao que se tem como “meio ambiente”. Essa narrativa ambientalista convencional, abraçada pelo direito internacional ambiental, dirige questionamentos sobre, de um lado, o controle humano da

natureza e, de outro lado, o impacto humano na natureza, ao invés de abordar a interdependência entre espécies (TSING, 2012, p. 144).

Esse posicionamento é reflexo do fato de o ambientalismo tradicional representar uma “perspectiva moral antropocentrada”, “uma visão da moralidade que sustenta a existência de valor intrínseco apenas para os membros da espécie humana[...], não havendo qualquer limite direto na utilização da natureza, colocada à sua disposição para satisfazer suas necessidades e preferências”, segundo Daniel Braga Lourenço (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 51). Esta visão pode ser observada, entre outros momentos, na utilização reiterada de pronomes possessivos pela Declaração de Estocolmo, conforme abordado no Capítulo 1 (ONU, 1972), e na constante afirmação de que o sujeito dos direitos e princípios elencados é o ser humano, também indicadas no primeiro capítulo: “defender e melhorar o meio ambiente humano se tornou uma meta imperativa para as gerações presentes e futuras” (ONU, 1972, Item 6); “os seres humanos estão no centro das preocupações pelo desenvolvimento sustentável.” (ONU, 1992, Princípio 1); e “[...] as pessoas estão no centro do desenvolvimento sustentável [...]” (ONU, 2012, Item 6). Estes princípios ilustram o que Braga Lourenço afirma ser uma “instrumentalização da natureza para garantia da melhor qualidade de vida humana”, característica do antropocentrismo.

Mesmo quando essas declarações buscam constituir limites à degradação e exploração ambiental, ainda consideram a superioridade moral do ser humano em relação aos demais seres e entes, uma vez que, conforme Braga Lourenço, essas limitações são relacionadas a projetos humanos, casos específicos em que “limitar o uso”, leia-se a expropriação de seres e entes não-humanos, é considerado justificável. O autor elenca alguns exemplos desses casos de “antropocentrismo moderado”:

[...] preocupações ambientais relacionadas: (a) à economia (conservação de matérias-primas e energia, por exemplo); (b) à estética ou ao paisagismo (proteção de locais de beleza cênica natural); (c) científica (acesso ao patrimônio genético da flora e da fauna para desenvolvimento de fármacos e novas tecnologias); (d) à recreação (conservação de áreas naturais para lazer e entretenimento humano) [...] (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 54).

Portanto, uma vez que o antropocentrismo moderado é baseado em uma racionalidade que supostamente justifica a escolha pelo limite ou não de determinado “uso” da natureza, sempre em nome dos interesses humanos, esses limites podem facilmente ser preteridos em substituição a outros interesses humanos, como o desenvolvimento e o crescimento econômico (*ibid*, p. 56). Isso por vezes é feito nas declarações sobre meio ambiente, inclusive em defesa de causas grandiosas como a erradicação da pobreza, que se torna central em “O Futuro que Queremos” (ONU, 2012). No limite, essas visões antropocêntricas se sustentam na crença de que “[...] somente experiências, estados, necessidades e preferências humanas possuem valor intrínseco.” (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 53).

Além disso, Eduardo Gudynas (2019) aponta que o antropocentrismo estabelece a atribuição de valor aos seres humanos, sendo este indissociável de seus “portadores” e dependente da vontade humana (GUDYNAS, 2019, p. 20). Assim, indica o caráter antropocêntrico dos modos predominantes de entender a natureza em razão de serem “[...] orientados a controlar e manipular o meio ambiente em função de sua utilidade econômica.” (*ibid*, p. 20). Para ele, essa visão é substancialmente embasada pelo viés utilitarista, que faz com que o desenvolvimento seja compreendido “[...] como uma necessária apropriação da Natureza”, uma vez que inclui objetivos de crescimento econômico, cujo combustível é a apropriação de “recursos naturais” (*ibid*, p. 21). Isso pois, conforme argumenta, o utilitarismo se manifesta na dominação sobre não-humanos ou sobre “outros” humanos (*ibid*, p. 22), tendo em vista que esses “outros” adquirem valor de acordo com a utilidade que expressam aos seres humanos “dominantes”, o que depende menos de suas existências como sujeitos e mais de sua estima para o mercado.

Com isso, o “ambientalismo” e sua narrativa assumem uma forma cultural específica, demarcando uma postura externa aos coabitantes não-humanos, uma vez que constitui suas existências na forma reduitiva intitulada “meio ambiente”, opondo-a a quem o nomeia, os seres humanos. Esse posicionamento culmina na implicação de que tudo o que está contido no planeta é uno, à exceção do observador externo humano. Esta posição de externalidade, por sua vez, não só reproduz a lógica moderna de unidade e uniformidade que compele a apagar a diferença, mas também fabrica uma representação do meio ambiente cercado pelos seres humanos,

e não o contrário, como afirmam Natarajan & Khoday (2014, p. 584) – ou mesmo nenhum dos dois.

A redução dos seres e entes não-humanos ao conceito limitado e inferiorizado de “meio ambiente” também implica uma limitação ontológica do próprio ser humano, uma vez que “o reduz a um ser binariamente deslocado da natureza, um autômato movido unicamente pelo próprio interesse e autorrealização” (BRAGA LOURENÇO, 2018, p. 61). Dessa forma, as declarações internacionais ambientais representam uma visão particular acerca do próprio ser humano que reduz sua essência a instintos egoístas e destrutivos, postulando uma “visão irracional e pessimista [além de culturalmente situada] da natureza humana” (*ibid*, p. 62), em vez de aspirar uma humanidade mais solidária e relacional.

Ao legitimar esse entendimento particular sobre “meio ambiente” como algo passível de ser capturado, construído ou protegido – controlado –, o direito internacional ambiental reitera a posição do norte global como fonte de todo o conhecimento válido e aceitável. Com isso, “[...] a insistência na utilidade é difundida culturalmente, invade as interações sociais e corrói as culturas tradicionais de camponeses e indígenas. Pouco a pouco, eles também passam a prestar cada vez mais atenção em critérios de benefício e utilidade.” (GUDYNAS, 2019, p. 24)

Inesperado seria se o direito ambiental rompesse com a visão sobre meio ambiente e natureza que molda até mesmo alguns dos pressupostos basilares do direito internacional em geral. Concepções sobre soberania, desenvolvimento e progresso que os mensuram em proporção ao controle que determinado Estado tem sobre a natureza e que desconsideram a eventual existência de limites desses “recursos” estão sujeitas a suprimir quaisquer tentativas de visão alternativa sobre os entes não humanos.

Conforme abordado no Capítulo 2, a soberania é um conceito fundacional do direito internacional. Contudo, embora os aspectos coloniais de sua constituição tenham sido alvo de escrutínio neste trabalho, a maior parte das obras mencionadas no Capítulo 2, como a de Antony Anghie e Sundhya Pahuja, não abordam a contribuição central de uma visão predatória e antropocêntrica sobre a natureza na operação do princípio da soberania nacional.

Segundo Natarajan & Khoday, durante o iluminismo europeu, a capacidade de transformar a natureza foi vista como um ato primordial de conversão do caos em ordem (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 586) – um movimento de catequização do próprio Estado de Natureza. Tiveram grande papel nisso pensadores desse momento histórico, como John Locke. Colaborou com esse entendimento ao cunhar o conceito predominante de propriedade como a apropriação da terra em razão do direito natural e divino. Isto é, justificou que Deus concedeu a terra para que os seres humanos se apropriassem dela por meio da sua força de trabalho. Postulou, ainda, que aqueles povos que não se relacionassem com a natureza por meio desta lógica de apropriação estariam violando tal direito natural e deveriam ser punidos (ROJAS, 2016, p. 371), uma vez que se a terra não fosse apropriada e “utilizada” – no sentido de tornada útil –, estava sendo desperdiçada e poderia ser proclamada por outrem.

Assim, a capacidade das sociedades de moldar e controlar seu ambiente configurou uma variável definidora de seu posicionamento no espectro entre “estado de natureza” e “civilização” (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 586) e, portanto, de sua posição na comunidade internacional. A soberania foi condicionada à capacidade de uma sociedade “tornar útil” a natureza. Por isso, sociedades não-europeias foram categorizadas com base em seus distintos níveis de controle sobre a natureza. Aquelas que não tivessem relação antagônica e hostil com os entes não humanos necessitavam de tutela ou mandatos, cujo processo de evolução para a maturidade, isto é, para a capacidade de exercer autonomia soberana, incluía a implementação de políticas de controle da natureza (*ibid*, p 587). Nesse sentido, a “punição” pregada por John Locke foi por muito tempo a exclusão de participação política do sistema internacional.

Natarajan & Khoday afirmam que entender a soberania, dentre outros fatores, a partir do relacionamento entre humanos e “natureza”, também contribuiu para justificar a colonização. Nesse sentido, a colonização serviu ao propósito e discurso, dentre inúmeros outros, de difundir esse controle da natureza para os povos que não estavam cumprindo essa missão do direito natural lockiano – ou, em termos mais apaziguáveis, “instruí-los a fazer um uso ótimo de seus arredores” (*ibid*). Simultaneamente, a industrialização das metrópoles pôde ser abastecida com tudo o que era expropriado dos “novos” territórios.

Consequência disso foi a influência fundacional que tais presunções sobre essa “natureza” e a relação com ela tiveram nos processos de descolonização formal. Uma vez que para integrar a comunidade internacional, adquirindo status de igualdade soberana sob o direito internacional, era preciso instituir políticas internas de controle e expropriação da natureza, os Estados pós-coloniais optam – e, em grande medida, desejam – permitir essa exploração “eficiente” da natureza. Isso foi feito mediante a internalização de sistemas e preceitos jurídicos europeus sobre propriedade privada, contratos, posse de terras, entre outros (*ibid*).

A soberania é garantidora de poder para dizer o direito internacional e, se o controle da natureza contribui para a definição deste requisito básico da atuação internacional, aqueles que definem o direito necessariamente precisam subscrever a essa lógica de dominação e, ainda, destacar-se na implementação de políticas de controle ambiental. Com base nesses movimentos necessários para ser considerado apto a construir as normas do direito internacional, não é para menos que as regras contidas nas declarações ambientais sejam permeadas por ideais de progresso, desenvolvimento e dominação – explícita ou revestida de “proteção” – dos demais seres e entes não humanos. Conforme asseveram Natarajan & Khoday: “[...] um Estado soberano é inescapavelmente um Estado de desenvolvimento” (*ibid*, p. 588, tradução livre)⁶⁵. Essa prerrogativa está, inclusive, assegurada no próprio direito internacional ambiental:

Os Estados têm, de acordo com a Carte das Nações Unidas e os princípios do direito internacional, o direito soberano de explorar seus próprios recursos de acordo com suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que as atividades dentro de sua jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites de jurisdição nacional (ONU, 1992, Princípio 2, tradução livre)⁶⁶

O conceito de Estado de Natureza de Thomas Hobbes também contribuiu para a construção da temporalidade linear que é fundamental para a manutenção da

⁶⁵ Trecho original em inglês: “[...] *a sovereign state is inescapably also a developmental state*”.

⁶⁶ Trecho original em inglês: “*States have, in accordance with the Charter of the United Nations and the principles of international law, the sovereign right to exploit their own resources pursuant to their own environmental and developmental policies, and the responsibility to ensure that activities within their jurisdiction or control do not cause damage to the environment of other States or of areas beyond the limits of national jurisdiction*”

retórica do desenvolvimento e corrobora para o entendimento de natureza como algo separado dos seres humanos. Também abordado no capítulo anterior, principalmente no que diz respeito a sua contribuição para sustentar a herança colonial do sistema internacional, o conceito de desenvolvimento é indissociável da concepção moderna sobre meio ambiente. Além disso, sua relação imbricada e co-constitutiva com o sistema internacional e seus muitos regimes e normas opera no cerne do dito “fracasso” do direito internacional ambiental.

Mesmo com tentativas de adaptação desse conceito, como o muito em voga “desenvolvimento sustentável”, as funções de controle da natureza e colonização são constitutivas da ideia de desenvolvimento e, por isso, impedem que revisionismos provoquem efetivas mudanças de comportamento nos soberanos internacionais. Além disso, outras áreas do direito internacional como comércio, finanças, propriedade intelectual, trabalho, economia, investimentos e assim por diante centralizam o entendimento convencional de desenvolvimento em seus preceitos e políticas (*ibid*, p. 588). Portanto, a característica formadora do ideal por desenvolvimento em todo o direito internacional limita o alcance efetivo de variações como o desenvolvimento sustentável.

Inversamente, tais reinvenções do conceito de desenvolvimento contribuem para sua própria manutenção como um princípio estruturante do sistema internacional, revisitando e reinventando discursivamente suas contradições (*ibid*, p. 590). Até mesmo ambientalistas tradicionais, alinhados a uma perspectiva antropocêntrica branda ou moderada, criticam o papel do conceito de desenvolvimento sustentável na promoção de *green washing*, isto é, uma falsa imagem “ecológica”, para políticas convencionais de desenvolvimento e crescimento econômico continuarem sendo a regra mesmo após o estabelecimento de certo consenso na política internacional sobre os danos irreversíveis de “práticas de crescimento ilimitado em um planeta finito” (GÓMEZ-BAGGETHUN, 2019, p. 71).

Segundo o autor, “desde que o relatório Brundtland foi lançado, todas as declarações da cúpula da Terra apoiam o crescimento e a liberalização comercial em nome do desenvolvimento sustentável” (*ibid*, p. 72). A presença central da “erradicação da pobreza” no relatório da Declaração do Rio também é atribuída a

essa “função” do desenvolvimento sustentável, que mudou a ênfase em “justiça social” para a atenuação da pobreza, retirando o foco dos “ricos” para os “pobres” (*ibid*). Nesse sentido, Gómez-Baggethun aponta que o desenvolvimento sustentável remodelou os princípios ambientais para acomodar os imperativos de crescimento econômico e desenvolvimento, de modo que o “[c]rescimento não era mais apresentado como a causa dos problemas ambientais, mas como o remédio” (*ibid*).

A ideia indispensável ao conceito de desenvolvimento sobre crescimento ou progresso ilimitado, compatível com critérios para alcançar o “estágio de maturidade” de Rostow, quando haveria alto consumo de massa por todas e todos, é absolutamente inconciliável com qualquer noção sobre limitação do controle da natureza e do uso seus “recursos”, como busca – conservadora e colonialmente – o direito internacional ambiental. Diante da força desse imaginário de desenvolvimento no sistema internacional, as tentativas limitadas do direito ambiental que subscrevem a um entendimento moderno sobre natureza são absorvidas, de maneira similar às tentativas do G77 de implacar mudanças estruturais no sistema internacional ao subscrever aos mesmos valores e princípios que possibilitaram as mesmas desigualdades que o grupo buscava combater.

Contudo, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável está longe de ser efetivamente esperançoso. Mesmo que reitere a noção sobre limites à expropriação da “natureza”, justamente por manter sua raiz na moralidade antropocêntrica, nos termos de Daniel Braga Lourenço, acaba representando uma revisão que mantém esse ideal de pé, apenas buscando a minimização dos desastres ambientais que constroem os projetos de seres humanos – especialmente do norte global. Conforme provoca Ailton Krenak: “[...] Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?” (KRENAK, 2019, p. 22).

Nesse sentido, é mais conveniente focar no potencial infinito e não questionador do desenvolvimento sustentável, uma vez que a ideia antropocêntrica de desenvolvimento ajuda na “manutenção dos culturalmente e economicamente dominantes como tal” (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 589). O efeito perverso dessas distorções discursiva e normativamente construídas sobre as dinâmicas da operacionalização do ideal pelo desenvolvimento é a distração da

ligação entre esse desenvolvimento, o crescimento das desigualdades globais e a degradação ambiental (*ibid*, p. 590). Portanto, Natarajan & Khoday afirmam:

[...]sustainable development has instead resulted in both rich and poor engaging in an ever more sustained pursuit of development, with international lawyers lauding the economic growth potential provided by investing in green technology and innovating financial instruments that enable emissions trading, carbon offsetting, and so on (ibid)

O antropocentrismo e a consequente centralidade dos interesses humanos por desenvolvimento e crescimento econômico, tanto no direito internacional ambiental quanto no direito internacional de modo geral, anulou o potencial transformador que esse regime pretendeu exercer. Em virtude disso, a construção de um novo campo para a regulação internacional, o meio ambiente global, afirma e expande essa busca por desenvolvimento, a qual depende da compreensão e captura do planeta como uma totalidade. Com isso, o direito internacional ambiental cumpre seu papel dentro da missão do direito internacional de difundir e universalizar determinadas visões de mundo – e, conseqüentemente, violentamente silenciar entendimentos alternativos. Pode-se dizer, portanto, que o ambientalismo leva a lógica da modernidade para um extremo ontológico (ARGYROU *apud* NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 584), colocando esse “todo” como seu “outro” por meio de um duplo movimento todoroviano derradeiro. Nesse sentido, conforme afirma Daniel Braga Lourenço,

Esse projeto de dominação da natureza ficará tanto mais facilitado quanto forem encontradas explicações para embasar o domínio humano sobre o mundo natural. Nesse sentido, há que se observar que a filosofia, notadamente a filosofia ocidental, de modo geral, reverberando o senso comum, formatou modos explanatórios da realidade a partir da prevalência da experiência humana de mundo. (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 69)

3.2. A “metáfora da natureza”

A bela estratificação sociocosmológica da modernidade começa a implodir diante de nossos olhos. Imaginava-se que o edifício podia

se apoiar apenas sobre seu andar térreo, a economia, mas eis que nos esquecemos das fundações.

– *Deboráh Danowski & Eduardo Viveiros de Castro*

A construção colonial do entendimento sobre “meio ambiente” foi normatizada pelo direito internacional ambiental e está diretamente relacionada com a busca incessante pelo ideal de desenvolvimento. Contudo, conforme afirmado por Argyrou, essa visão sobre natureza contida no ambientalismo moderno envolve um extremo ontológico (ARGYROU *apud* NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 584). Esse entendimento, que é reflexão da própria criação de uma noção de “natureza”, pressupõe uma divisão ontológica entre natureza e cultura. Diante disso, é pertinente dialogar com contribuições que abordam a divisão ontológica moderna entre natureza e humanidade, ou não-humanos e humanos.

Cristina Rojas aborda essa separação como parte da lógica da modernidade, que se funda em premissas coloniais universalizantes. Segundo a autora, esse projeto universal moderno se ancora na construção de três noções relacionadas: a primeira é a divisão entre cultura/natureza (não-humanos, ou “extra-humanos”); a segunda, entre modernos/não-modernos (ou “extra-modernos”); e, por último, o progresso em uma temporalidade linear (ROJAS, 2016, p. 370). Este foi instrumental para a análise realizada ao longo do Capítulo 2 sobre a construção e universalização do conceito de desenvolvimento. A primeira e segunda, por sua vez, serão abordados nesta e na próxima seção, respectivamente.

Rojas afirma que por meio da divisão entre natureza e cultura foi estabelecida uma ordem hierarquizada entre seres humanos e não-humanos que exclui o último grupo de vida política e o nega agência. Por sua vez, afirma que essa discriminação se relaciona, ainda, com separação e hierarquização de sujeitos modernos e não modernos, com a assimilação ou extinção dos últimos, o que será abordado na próxima seção. Também relembra que o movimento polarizante entre natureza e cultura está presente, dentre outras, nas supracitadas obras fundacionais dos conceitos modernos de Estado e Direito como de Thomas Hobbes e John Locke. Thomas Hobbes, com a definição de Estado de Natureza, permitiu aproximar

grupos ameríndios e outros grupos colonizados à natureza e a esse estado como modo de justificadamente privar suas vidas de valor. Assim, os autores discursivamente opõem a natureza ao ser humano “moderno”, atribuindo a ela caráter pejorativo – o caótico Estado de Natureza – e passivo – a função de ser “apropriada” (ROJAS, 2016, p. 371).

Rob Walker também aborda a separação entre natureza e homem como condição de possibilidade para exclusões políticas e ontológicas. Segundo ele, o homem moderno se define como tal precisamente por ser um sujeito à parte do mundo objetivo da natureza (WALKER, 2016, p. 98), o que faz com que a separação entre natureza e cultura seja constituinte da subjetividade e do imaginário moderno.

Importante para a (re)produção e o fortalecimento dessa divisão entre natureza e cultura é o sistema de produção e consumo capitalista. Segundo Nancy Fraser, o conceito marxiano de acumulação primitiva, isto é, a configuração de condições de possibilidade para o capital se tornar uma estrutura universal das relações sociais, por meio de processos violentos de desapropriação e expropriação (FRASER, 2014, p. 60), apenas faz sentido se revelarmos algumas condições subjacentes às próprias pré-condições do capitalismo observadas por Marx (FRASER, 2014, *passim*). Fraser argumenta:

nos faltam concepções do capitalismo e da crise capitalista que são adequadas ao nosso tempo [...] os pensamentos de Marx falham em considerar sistematicamente gênero, ecologia e poder político como princípios estruturantes e eixos de desigualdade nas sociedades capitalistas (FRASER, 2014, p. 56, tradução livre)⁶⁷

A primeira questão subjacente a que Fraser se refere, que constitui uma condição de possibilidade para os próprios processos violentos de acumulação primitiva é a divisão entre produção de mercadorias e reprodução social, o que inclui as maneiras de cuidar que produzem e mantêm laços sociais, formando os sujeitos humanos do capitalismo. A reprodução social é um pano de fundo indispensável para os processos de produção de mercadorias. Além disso, a

⁶⁷ Trecho original em inglês: “we lack conceptions of capitalism and capitalist crisis that are adequate to our time (...) Marx’s thought fails to reckon systematically with gender, ecology and political power as structuring principles and axes of inequality in capitalist societies”.

distinção entre ambos é profundamente genderizada, uma vez que a divisão sexual do trabalho originalmente faz com que o trabalho reprodutivo não-remunerado seja associado às mulheres e o trabalho remunerado na produção, aos homens.

A segunda dessas premissas subjacentes é precisamente a divisão entre natureza e cultura. De acordo com Fraser, é condição de possibilidade oculta do capitalismo a capacidade da natureza de suportar a vida e se renovar, o que leva à anexação da natureza pelo capital, tanto como fonte de “*inputs*”, ou matéria prima, quanto na função de absorver os “*outputs*”, resíduos e descartes desse processo de produção e consumo. A natureza se torna, pois, um recurso para o capital, sendo continuamente expropriada para a sustentação desse sistema. Segundo a autora, o capitalismo presume uma divisão clara entre o domínio natural, percebido como gratuito e disponível para apropriação, e um domínio econômico, percebido como esfera de valor, produzida por e para seres humanos. Acompanhando esta distinção, está o fortalecimento de uma distinção pré-existente entre a economia e a natureza, esta última tida como objetiva e a-histórica (*ibid*, p. 63).

Conforme mencionado na seção anterior, o discurso foi, em certa medida, ressignificado a partir dos debates promovidos pelo direito internacional ambiental, uma vez que o discurso científico dominante nesse campo alega que a natureza não é capaz de se renovar ou absorver resíduos na velocidade necessária para a preservação de um modo de vida *humano* – e capitalista. Contudo, diante disso, a “solução” apresentada pelos mecanismos desse regime internacional, é apaziguadora, por meio de soluções tecnológicas que atenuem o impacto da produção de mercadorias no meio ambiente, e de soluções mercadológicas, que precifiquem os ditos “recursos naturais”, tornando-os cada vez menos acessíveis, para que o modo de produção e consumo capitalista não precise ser fundamentalmente questionado.

A terceira condição de possibilidade para a acumulação primitiva latente diz respeito à dependência política do capitalismo com relação ao poder público para estabelecer suas normas constitutivas. Com a finalidade de sustentar as muitas condições contraditórias que são necessárias para sua manutenção, como garantir o empreendimento privado, contratos e trocas comerciais – ou defender o ideal pelo desenvolvimento, mesmo em normas ambientais –, o capitalismo necessita

legitimar suas características centrais por meio de normas e instituições. Diante disso, Fraser aponta para a divisão entre política e economia e entre público e privado (*ibid.*, p. 65).

Donna Haraway (2015) também aponta para o capitalismo como responsável pelas múltiplas e cognitivamente impalpáveis crises que os mundos humanos e não humanos enfrentam, o chamado antropoceno. Para Haraway, a parcela de responsabilidade do sistema capitalista, e não necessariamente de todas as humanas e humanos, para essa catástrofe contemporânea é tamanha que a autora defende o uso de outros termos para essa conjunção de desastres (im)previsíveis: capitaloceno, ou plantationceno⁶⁸ – em referência ao sistema agrícola de uso e manejo da terra durante as invasões e ocupações coloniais nas américas –, ou até mesmo “chthuluceno” – em referência ao termo originalmente da mitologia grega que se refere às forças sub/sobre/extra-humanas das entranhas da Terra, do submundo (HARAWAY, 2015).

Contudo, Dipesh Chakrabarty (2009) argumenta que o Antropoceno – ou outro nome mais apropriado – é um problema civilizatório para além dos processos do capitalismo. Diz respeito à própria relação do ser humano com o mundo. Nesse sentido, a divisão ontológica entre natureza/cultura se alimenta e se alastra com os mecanismos de expropriação e de alienação do capitalismo, mas não pode ser resumida a tal (CHAKRABARTY, 2009).

Nesse sentido, há extensa especulação teórica acerca do momento de “origem” dessa demarcação ontológica tão característica. Defende-se que originou-se nas primeiras experiências humanas de cultivo agrícola; sugere-se que é pertencente à modernidade, desde os tempos da filosofia “clássica” – lê-se, greco-romana; ou que é fruto dos processos de colonização e conquista do “Novo Mundo”, a partir do contato com os ameríndios; ainda, aponta-se para os processos de industrialização europeu como o pontapé inicial desse descolamento do humano dos seus arredores (CUDWORTH & HOBDEN, 2014).

⁶⁸ Bruno Latour defende o uso deste termo, afirmando que “é produtivo porque se refere a determinado e historicamente específico modo de apropriar a terra, isto é, uma apropriação da terra como se a terra não estivesse lá (LATOUR et al., 2018, p. 5).

De todo modo, essa divisão está intrinsecamente constituída nas categorias que formam as subjetividades dominantes, as instituições e as normas, incluindo o direito conforme existe hoje, como resultado de processos contínuos de universalização dessa visão. Mas essa visão ontológica é culturalmente situada. E similarmente ao que ocorre com as distinções mencionadas acima, aqueles que não subscrevem a este modo ontológico de compreender e se relacionar com a denominada “natureza”, são inferiorizados e condenados por tal violação, conforme postulou John Locke a respeito da transgressão que os povos não-modernos supostamente cometiam ao não reivindicar seu direito natural à propriedade por meio da apropriação da terra (LOCKE *apud* ROJAS, 2016, p. 371).

Determinados seres humanos em um espaço geográfico e temporal específico (mesmo que debatíveis) passaram a se ver como separados da natureza, a esconder sua “animalidade” (CUDWORTH & HOBDEN, 2014, pp. 750-754). Esse excepcionalismo humano, conforme classifica Donna Haraway, é “a premissa de que a humanidade sozinha não é uma teia espacial e temporal de dependências interespecies”⁶⁹ (HARAWAY, 2008, p. 11, tradução livre).

Mario Blaser utiliza o conceito de ontologia política para argumentar que o que está em jogo nesses dois contrastes são as duas grandes divisões que vão articular a história e a pré-história da antropologia: por um lado, natureza/cultura, que pode ser grossamente interpretada como a divisão entre humanos e não humanos; por outro lado, modernos/extra-modernos, isto é, aqueles que fazem e aqueles que “não são capazes” de fazer a primeira distinção (BLASER, 2013).

Ailton Krenak aborda o debate a partir de sua própria experiência, afirmando sua posição ontológica distinta disso que ele nomeou como “a metáfora da natureza”⁷⁰: “[...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. [...] Tudo em que eu

⁶⁹ Em inglês: “the premise that humanity alone is not a spatial and temporal web of interspecies dependencies”.

⁷⁰ Ailton Krenak utilizou a expressão “metáfora da natureza” para se referir à criação de uma natureza separada e externa à própria experiência humana durante sua fala no evento “Constelações Insurgentes: fim do mundo e outros mundos possíveis”, organizado e promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O vídeo completo do evento está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k5SP0GHjWfw>>. Acesso em: maio de 2020.

consigo pensar é natureza” (KRENAK, 2019, pp. 16-17)⁷¹. Como exemplo desta vivência, o autor conta que, na região habitada pelo povo Krenak, há uma serra conhecida como Takukrak, que não apenas tem nome, como também personalidade. Todos os dias, é Takukrak quem indica se o dia será propício para realizar atividades ou se é momento para reclusão, a depender de sua aparência (simpática ou mal-humorada). Também reconhece as constelações familiares das regiões montanhosas dos Andes, cujas montanhas têm relações de parentesco umas com as outras, de acordo com os povos andinos (*ibid*, p. 18).

Krenak cita exemplos similares sobre diversos povos, das mais diversas localidades: uma senhora Hopi, ameríndia dos Estados Unidos da América, que conversa com sua irmã, constituída materialmente na forma de uma pedra (*ibid*, p. 17). Os Massai, no Quênia, que tiveram que contestar o projeto colonial de transformar a montanha com a qual se relacionavam em um parque (*ibid*, p. 19). O xamã Yanomami Davi Kopenawa, afirma: “[d]escendo desses habitantes da terra das nascentes dos rios, filhos e genros de *Omama*” (KOPENAWA & ALBERT, 2010, p. 65). Esses e outros milhares de exemplos representam lembranças concretas de que apenas uma parte da “humanidade” busca se descolar artificialmente dos seus arredores extra-humanos (*ibid*, p. 21).

Contudo, esse processo de universalização da separação entre natureza e cultura não é estático e passado, mas contínuo. Constantemente, as referências ficcionais, a arte não questionadora, o sistema de educação formal, os discursos de líderes de Estado, as normas, os programas e as políticas (re)constroem a subjetividade humana moderna, descolando-a do que entendemos como natureza, reforçando a “existência” desse conceito abstrato e externo: a ontologia da natureza exógena.

Isso ocorre por meio da reprodução social de seres humanos desconectando dos ciclos alimentares, planetários, do conhecimento e entendimento sobre as plantas, no apagamento do valor histórico do conhecimento milenar e ancestral

⁷¹ Ailton Krenak ilustra esse entendimento enraizado em sua visão de mundo ao descrever a etimologia da palavra “Krenak”, nome de seu povo: “kre, que significa cabeça, a outra, nak, significa terra. Krenak é a herança que recebemos dos nossos antepassados, das nossas memórias de origem, que nos identifica como “cabeça da terra”, como uma humanidade que não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra.” (KRENAK, 2019, p. 48)

como “saber tradicional”. Também são fundamentais para o afastamento constante dos entes, seres e processos não humanos a exclusão e o distanciamento cada vez maiores, por cadeias produtivas cada vez mais longas, da participação no processo produtivo de tudo que acabamos conhecendo apenas como “mercadoria”, ou “produto”.

A pesquisa de Sabina Galeano, apresentada no XXXII Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAS), em 2019, representa com delicadeza e precisão os processos políticos e sociais pelos quais essa ontologia é produzida diariamente. Galeano realizou pesquisa de campo em *El Tiple*, região agrícola na Colômbia, buscando observar os processos descritos como contínuos e silenciosos de “expropriação alimentar”, como chama. Acarreta na transformação do espaço e do uso da terra, assim como em mudanças

Primeiramente, a autora analisa o sentido histórico do desenvolvimento na região, a qual foi “invadida” pelo monocultivo da cana de açúcar, cuja área de ocupação territorial cresceu 213% entre 1973 e 2017. Isso ocorreu pelo emprego de imaginários e discursos eugenistas e civilizatórios, como a difusão da ideia de progresso, associada com a chegada da cana de açúcar e da monocultura, e de certas concepções sobre a natureza. Para ela, dentre essas estratégias silenciosas de expropriação estão inclusas, ainda, o uso de agrotóxicos como o glifosato nas plantações; a monopolização da água; a inundação de territórios; as queimadas; o êxodo rural por falta de oportunidades (*ibid*). Desse modo, a partir dos anos 1960, as fazendas tradicionais foram gradativa, mas bruscamente, substituídas pela agroindústria, sob justificativa discursiva do progresso e pelo uso de tecnologias de controle da terra.

Anteriormente, as fazendas “tradicionais” da região, como a autora chama, geravam uma relação dos camponeses com a terra pelo cultivo familiar de hortas e legumes. Os fazendeiros ensinavam seus filhos sobre suas técnicas e processos, trocavam excedentes entre si, comentavam sobre os infortúnios e os êxitos das plantações: criavam e mantinham laços de solidariedade (*ibid*).

Após o processo de “desenvolvimento” do campo, Galeano conclui que os jovens não demonstram mais interesse em recuperar os laços de solidariedade perdidos porque não cresceram nesse espaço, com essas relações, e não se

identificam com essas perdas. Ela reflete que a expropriação alimentar acarreta a diminuição do controle efetivo da população sobre os alimentos que consome, reflexo do rompimento, quase sempre involuntário, da relação com a natureza como base de subsistência (*ibid*).

Esse rompimento, conseqüentemente, gera efeitos severos na saúde, nas relações sociais e nas subjetividades das populações locais. Sua saúde fica prejudicada porque os químicos usados nos monocultivos contaminam a água. Além disso, uma vez que diminuíram substancialmente o cultivo e, por sua vez, a trocar seus excedentes uns com os outros, acabaram adquirindo uma alimentação padronizada, baseada em produtos industrializados e ultraprocessados – 70% dos *tipleños* reportam insegurança alimentar. Socialmente, também houve a perda de modos tradicionais de relação com a terra e dos laços de solidariedade que eram criados ao redor da comida. Não há mais transmissão de conhecimento intergeracional e há maior dificuldade em encontrar determinados alimentos, o que a autora classifica como “perda de saberes e sabores” (*ibid*). A *commodificação* da natureza transforma populações locais em mercadorias também.

Movimento similar foi observado a partir de pesquisa realizada em conjunto com um grupo de camponeses da região andina, no Peru. Mariela, uma camponesa e *rondera* de El Tambo, afirmou: “os tempos são outros, Adrianita”. Se refere ao descompasso dos campesinos mais jovens com o “meio ambiente”, uma vez que preferem comer o arroz, alimento do litoral, diferentemente das batatas. Isso significa que essa geração não produz seus próprios alimentos, perdendo a relação direta e profunda com a terra e os ciclos de seus arredores. Dessa forma, “o que comem está em paralelo com o ‘estado do mundo’ e explica a falta de correspondência dos jovens com o ambiente. Comer arroz em detrimento da batata, por exemplo, implica cortar os fios de produção de corpos com o sangue do território” (PENAFIEL et. al., 2019, p. 133). Segundo as autoras:

[os camponeses d]estacaram que os jovens não hesitam em resolver os problemas da agricultura com o uso de agrotóxicos, enquanto antigamente eram mais criativos com a terra. Outra informação que compartilharam como ‘mau costume’ é o uso de sacolas plásticas, quando antes se usava o alforje. Comer alimentos não produzidos localmente, assim como alimentar os porcos com produtos de fora e não com o milho da própria terra, associa-se ao fato de que as pessoas não estão correspondendo

mais ao ambiente e, ao não fazê-lo, tampouco assumem responsabilidades. (*ibid*, p. 134)

Conforme apontado pelos camponeses, o fato de se sentirem menos conectados com seus companheiros não-humanos e os processos em que estão envolvidos torna esses jovens subjetivamente menos “responsáveis” pela defesa desses seres e entes naturais.

o papel das Rondas ou dos guardiões das lagoas é de lutar pelas relações que produzem vida para eles(elas), de não permitir chegar a esses outros tempos em que o mundo seria de “tudo comprado”. As críticas sobre ingerir alimentos que não são produzidos localmente (como o arroz) geram outros corpos que não se conectam com a vida do campo. (*ibid*, p. 139)

Por isso, não se envolvem diretamente nas lutas contra grandes empreendimentos que ameaçam as lagoas da região, que são parte da construção histórica e cultural local. Por sua vez, são menos sensíveis ao esgotamento da relação direta com essas lagoas posteriormente por efeito da crise climática e não aparentam se importar, como as gerações mais velhas, com a descontinuidade de relação com esses entes, cuja água abastecia o consumo local até então.

Nesse sentido, em paralelo à fabricação histórica e constante dessa natureza exógena, ocorre a produção de subjetividades modernas e a assimilação ou extinção das subjetividades “dissidentes”. A produção da natureza humana como “agente racional”, seres individualizados, *homo economicus*, entre outros, quebra a autopercepção humana como espécie, como animal, bicho. Como água e ar. Não conhecemos os ciclos dos nossos co-habitantes não humanos e acreditamos que precisamos de números, indicadores e métricas para nos dizer quando irá chover, quando e como será a colheita e quando a lua estará cheia – nesses esses números produzidos por nós confiamos. Esses conhecimentos milenares são estrategicamente apagados, desconhecidos, esquecidos, para dar lugar a outro mundo, um mundo que se pretende único.

Portanto, subjacentes a alegações sobre um “padrão de civilização” estão questões sobre o que significa ser humano. Aqueles que se inserem no clube da “civilização avançada” o fazem em relação a sua capacidade de ser independente da natureza. Isso reproduz a dualidade entre a natureza humana e não-humana, no sentido de que os civilizados são considerados separados e superiores aos não-

civilizados e, por isso, têm o direito de domina-los de modos que se equiparam às relações humanas com a natureza não-humana. O processo de produção do “outro” que qualquer alegação civilizacional requer envolve, então, uma afirmação sobre o status “menos-que-humano” do “outro” (CUDWORTH & HOB DEN, 2014, p. 1).

3.3. (Sub-)Humanidade

Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos [...] [s]ão caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade.

- Ailton Krenak

Conforme aponta o duplo movimento de Todorov, o processo de separação e criação dos “eus” e “outros” implica a exclusão de tudo que se afirma ser parte constituinte do “outro” que há dentro de si. Portanto, para criar e excluir um “outro”, é preciso criar uma concepção pura do “eu”. Neste caso, a humanidade sem a “natureza”. Assim, indaga Ailton Krenak: “como é que, ao longo dos últimos 2 mil ou 3 mil anos, nós construímos a ideia de humanidade? Será que ela não está na base de muitas das escolhas erradas que fizemos, justificando o uso da violência?” (KRENAK, 2019, p. 11). Nesse sentido, os homens modernos buscaram e seguem buscando suprimir sua “animalidade”, constante lembrança de que são, na verdade, parte integrada da “natureza” ao passo que acusam seus “outros” de serem culpados de possuir essa animalidade como método para diferenciá-los.

Para isso, fortaleceram o senso de autonomia humana em relação às demais espécies, tornando-se seus mestres e não-conviventes com esses seres que passaram a definir negativamente o que é ser humano. Conforme afirma Yoriko Otomo, “o humanismo fundamentando a ideia de jurisdição secular é profundamente genderizado” (OTOMO, 2016, p. 16). Isto é, ao definir e universalizar uma “essência humana” homogênea, paradoxalmente à pluralidade de existências humanas, o direito internacional legitimou a escolha sobre qual seria o modelo de humanidade.

Portanto, necessária para a manutenção do conceito de humanidade é a exclusão daqueles humanos que destoam desse modelo que foi universalizado, o que depende de sua inferiorização, dominação e exploração. Diante disso, Cristina Rojas afirma que a divisão entre natureza e cultura, ou humanos e não-humanos, se conecta diretamente com a divisão entre modernos e não-modernos, em referência à punição pregada por John Locke aos povos que não são “capazes” de controlar sua natureza (ROJAS, 2016, p. 371). Rob Walker também aborda a separação entre natureza e “homem”, reiterando que o homem moderno se define como tal precisamente por ser um sujeito à parte do mundo objetivo da natureza. Com essa separação do homem e da natureza, a última foi excluída do mundo da humanidade, o que, em termos modernos e jurídicos, significa ter autonomia, capacidade de agir no mundo; e isso teve consequências para as existências não-humanas e não-modernas (WALKER, 2016, p. 109):

o humano foi distinguido do não-humano, em parte como uma divisão entre homem e natureza e em parte como uma divisão entre aqueles que são propriamente humanos e aqueles que são menos humanos: aqueles que estão mais próximos da natureza, não tão dignos de participarem no mundo do homem moderno (*Ibid*, p. 108)

Assim, a universalização do modelo de humanidade que se distingue da natureza enseja a criação de outra separação: a divisão entre aqueles que são propriamente humanos e aqueles que são “menos” humanos em razão de sua proximidade aos demais seres. Uma vez que “a natureza” está fora do tempo e do espaço, representada como estática; objetiva; imutável; é utilizada também como mecanismo discursivo para afastar determinados grupos de humanos do tempo presente da “humanidade”. Na medida em que se aproximam da natureza, se distanciam do ideal de civilização e de qualquer concepção sobre presente ou futuro representada apenas nas vivências “modernas”. Nesse sentido, esses humanos “outros” estão no mesmo espaço, a comunidade internacional – ao menos após terem sua soberania reconhecida –, mas pertencem ao passado daqueles que moldam a humanidade a sua semelhança.

Marisol de la Cadena conceitua como “antropo-cego”⁷² esse processo de criação de um mundo por meio do qual outros “mundos” que não concebem uma

⁷² Em inglês: “*Anthropo-not-seen*”.

divisão entre natureza e cultura são obrigados a operar com essa distinção, mesmo que sua existência a extrapole. Dessa forma, a exclusão da categoria humano ocorre por meio de processos violentos que submetem esses “sub-humanos” à mesma exploração destinada aos seres e entes não-humanos. Uma vez que o antropocentrismo constituinte da metafísica ocidental considera a humanidade um requisito para a atribuição de valor intrínseco, a não-humanidade é justificativa para o tratamento degradante, motivo pelo qual são empregados mecanismos de “desumanização” a esses “outros” de modo a legitimar processos de inferiorização e exploração.

Teve papel fundamental no emprego desses mecanismos a expansão europeia, marcada pelos projetos colonizadores e missões civilizatórias. Dessa forma, no discurso colonizador, esses humanos “outros” foram inferiorizados em razão de sua proximidade com a natureza (não-modernidade), por meio de ferramentas retóricas como a mencionada desumanização e a animalização e em paralelo ao tratamento hostil à natureza não-humana. Conforme constata Davi Kopenawa:

Os colonos, os fazendeiros e os mineiros mataram seus ancestrais. [...] Uma vez dizimados e vencidos, receberam aquele bocado de terra. [...] Vão sujar todos os rios e os lagos, e no final tomarão posse do que resta de nossas terras. Não vão deixar nada vivo! Pensam que não somos humanos e nos detestam igualmente a todos! [...] De onde vem essa brutal vontade deles de destruir a floresta e seus habitantes? (KOPENAWA & ALBERT, 2010, p. 434) (grifo da autora)

Conforme abordado em mais de uma ocasião ao longo do presente trabalho, a principal ferramenta discursiva para inferiorizar os ameríndios e justificar políticas de extermínio e assimilação foi e é sua associação com o temido Estado de Natureza hobbesiano. Representando o caos e a desordem, foi construído em oposição à uniformidade e homogeneidade ordenadas que pretendia instaurar o Estado-Nação europeu.

Isso foi operado simbolicamente, principalmente, pelo uso de termos centrados na ideia de selvajaria: aquelas eram terras selvagens, com homens selvagens (INAYATULLAH & BLANEY, 2012, p. 50). Esse arcabouço simbólico construiu o imaginário europeu sobre os povos ameríndios, cujas imagens e categorias representativas se inserem em um contexto que tem como objetivos

defender uma noção de superioridade cultural e preservar a ideia da unidade da criação e o papel restaurativo da Igreja (*ibid*).

O mito do selvagem preso no passado foi um recurso meticuloso para que fosse possível construir a imagem de “outros” inferiores enquanto assegurava-se a narrativa da humanidade homogênea que havia sido criada à semelhança de Deus. Dessa forma, a religião e, mais especificamente, o cristianismo, desempenhou papel crucial na difusão do arquétipo do homem selvagem “pecador”, cuja redenção seria alcançada pela sua conversão. Tal redenção se baseava na crença de que ninguém, nem mesmo os deploráveis selvagens, estavam além do alcance divino, e as missões civilizatórias supostamente tinham como um de seus objetivos, se não o principal, de “salvação” dos povos indígenas (*ibid*, pp. 51-52).

Uma vez que para a criação do “outro” é necessária a separação radical com o “eu”, quaisquer possíveis semelhanças entre os “eus” e seus outros são eliminadas por um processo que polariza sujeitos em interação como completamente opostos, de maneira a personificar o bem e o mal. Assim, indígenas foram considerados não apenas não-civilizados, mas selvagens de modo que eram associados com animais (“*beasts*”). Para tanto, eram comuns representações estereotipadas do canibalismo, apesar da baixa evidência de sua prática à época, e a associação de tentativas de resistência à dominação europeia com a barbaridade, incivilidade e até mesmo o satanismo (*ibid*, p. 53).

Inayatullah & Blaney também argumentam que durante as guerras religiosas na Europa dos séculos XVI e XVII tanto católicos quanto protestantes convenientemente compararam uns aos outros com “índios” (*ibid*, p. 90). Nesse sentido, os termos da selvajaria e a comparação com os indígenas também se difundiram nos territórios europeus para caracterizar os diversos “outros” – camponeses, pobres e bruxas são alguns (*ibid*, p. x). Nesse sentido, os autores descrevem a demonização como uma maneira de “indianizar” o outro, argumentando que a caça às bruxas da época parecem revelar as “bruxas” como irmãs genderizadas dos “índios”. E vice-versa: indígenas foram feminilizados como método para justificar sua subordinação (*ibid*).

Então, as mulheres, cujo conhecimento sobre o mundo foi associado à magia e bruxaria foram demonizadas e exterminadas nesses processos violentos de “caça às bruxas”⁷³. Donna Haraway também inter-relaciona esses sistemas de violência, especismo e gênero, mesmo que não com essas palavras, apontando que, assim como as mulheres, os seres não-humanos são simbolicamente construídos como objetos a serviço do homem e do Estado (HARAWAY, 2004).

Assim como nos processos de inferiorização simbólica dos povos nativos das américas, a subjugação das mulheres foi justificada retoricamente com o auxílio de diversos mecanismos narrativos. Um deles é a animalização, a projeção de arquétipos animais na figura da mulher, de modo a associar determinadas conotações a esses corpos. Com isso, as mulheres são gatas, piranhas, vacas, cachorras e cobras. Por outro lado, os animais que adquirem conotação mais positiva, vitoriosa, são os predadores – leão, urso, tigre –, o que corrobora para o entendimento que relaciona a animalização e a masculinidade tóxica.

O antropólogo Edmund Leach estuda o campo da antropologia da linguagem, abordando as categorias animais e as obscenidades verbais. Segundo ele, o insulto animal, “em que um ser humano é equiparado a um animal de outra espécie”, é uma das categorias do idioma da obscenidade (LEACH, 1983, p. 173). Afirmar que existe, ainda, uma relação de ponderação desses insultos com a comestibilidade de cada animal e seu valor ritualístico para cada cultura, uma vez que alguns deles são vistos como parentes dos humanos (o autor aponta peixes, aves e mamíferos) e, outros, como inimigos (para Leach, répteis e insetos). O primeiro grupo indicado por Leach é simbolicamente construído de maneira mais amistosa e pacífica, enquanto os demais são demonizados e construídos como a personificação do mal – cobras, crocodilos, dinossauros e inseto frequentemente protagonizam ficções científicas de terror e asco (*ibid*, p. 182).

De fato, parece existir uma relação com a comestibilidade e valor ritualístico para a classificação dos animais não-humanos – o que se reflete na linguagem. Contudo, essa categorização simbólica não necessariamente se reflete

⁷³ Silvia Federici desenvolve pesquisa aprofundada acerca dos processos de caça às bruxas do continente europeu, atribuindo essas violências sistêmicas contra as mulheres europeias como uma condição de possibilidade para a instauração do sistema capitalista. Cf.: FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

integralmente nas práticas violentas em relação a esses animais – basta observar as atrocidades cometidas com os mamíferos, peixes e aves pelas indústrias alimentícias, de vestimenta, de cosméticos e de turismo. Nesse sentido, parece influenciar também a relação com a crença do distanciamento que esses animais têm de sua selvageria e bestialidade, isto é, o quanto eles podem ser controlados – domesticados – pelos humanos, fator não abordado pelo autor.

Leach menciona, ainda, a associação ritual e verbal entre o “comer” e o sexual. Diante disso, sugere que “o modo pelo qual os animais são categorizados em relação a sua comestibilidade terá alguma correspondência em relação ao modo pelo qual seres humanos são categorizados com respeito às relações sexuais” (*ibid*, p. 184). Para tanto, aponta quatro categorias gerais, apesar de não universais, pelas quais as mulheres são categorizadas pelo “eu” masculino, relacionando-as com quatro categorias que este “eu” categoriza os animais não-humanos: (i) mulheres muito próximas (uma categoria incestuosa de “irmãs”) e animais de estimação, ambos fortemente não “comestíveis”; (ii) parentes não tão próximas (as “primas” de primeiro grau cujas relações sexuais são oficialmente proibidas mas, subliminarmente, até esperadas) e animais de fazenda, que são comestíveis, mas dentro de certas circunstâncias e representados simbolicamente com afeto; (iii) amigas que não são parentes (potenciais afetos) e animais de caça, categorias em que se alterna amizade (proteção) e inimizade (destruição); (iv) mulheres desconhecidas e animais selvagens, com os quais, via de regra, nenhuma relação é vista como possível (não se encontram sob controle humano e não são comestíveis).

Percebendo a relação na construção e operação sociopolítica dos binômios natureza/cultura e feminino/masculino, uma corrente ecofeminista têm apontado para a construção social e histórica do gênero como uma compatibilidade das mulheres com a natureza, dentro de cada cultura. Diante disso, “[d]enunciam que, aquilo que recebe o nome de desenvolvimento, na verdade, encobre uma estratégia de colonização vinda do Ocidente, que tem sua base em relações de domínio sobre a mulher e sobre a Natureza” (BARRAGÁN et al., 2019, p. 104).

Outras autoras, como Maria Mies, articulam também essas relações com os processos de colonização, afirmando que “[...] o corpo das mulheres é a terceira colônia, além dos Estados colonizados e da Natureza submetida” (*ibid*). A autora

relaciona, ainda, a maneira como as ciências econômicas invisibilizam ambas as mulheres como fonte de valor monetário por seus trabalhos forçados de reprodução social e a natureza como “abastecedora de recursos naturais”, similarmente à obra de Nancy Fraser (*ibid*, p. 105).

Nessa toada, Donna Haraway afirma que “existe uma história sócio-política por trás do discurso colonialista ocidental das categorias binárias sexo/gênero e natureza/cultura” que “estrutura o mundo como objeto do conhecimento, em termos de apropriação, pela cultura, dos ‘recursos’ da natureza” (HARAWAY, 2004, p. 217). Contudo, reitera que

[u]ma variada literatura recente, liberatória e oposicional, tem criticado esta dimensão epistemológica e lingüística, etnocêntrica, de dominação daqueles que habitam categorias “naturais” ou vivem nas fronteiras mediadoras dos binarismos (mulheres, povos de cor, animais, o meio ambiente não humano) (*ibid*)

Haraway menciona a obra de Hazel Carby para relacionar a interseção entre essas retóricas discursivas na experiência das mulheres negras. Nesse sentido, Carby argumentou que essas mulheres foram constituídas como “fêmeas”, diferentemente das mulheres brancas. Sua representação animal foi ressaltada para demarcar sua sub-humanidade e consequentes sexualização e ausência de direitos, asseguradas também pela escravização de seus corpos, que se tornam objetos a serem adquiridos, usados e destruídos ou alienados (*ibid*).

Anna Tsing aborda também a relevância do sistema de ocupação territorial e disposição das terras nos períodos coloniais chamado *plantation* para as hierarquizações raciais modernas. Isso pois, apesar da humanidade universal pregada pela fé cristã, alguém precisava trabalhar nas plantações. Diante disso, a biologia desempenhou função essencial para a construção das diferenças constitutivas entre homens brancos livres e trabalhadores não-brancos forçados. As pessoas de cor trabalhavam a cana porque, teoricamente, eram biologicamente mais aptas para tal serviço; já as pessoas brancas as possuíam em razão de sua suposta vantagem intelectual. A pré-disposição biológica (em paralelo à “invenção da raça”) foi um instrumento discursivo eficaz para justificar a inferioridade de um grupo, uma vez que, sendo um fator biológico, é um dado da natureza e, portanto, imutável e inquestionável.

Com essa e outras estratégias, implementadas por projetos expansivos e políticas escravagistas, os povos nativos africanos foram inseridos em uma construção simbólica de dupla inquietação, procurando regular sua conduta em função dessas normas pela instrumentalização de si e dos outros. Achille Mbembe atribui isso aos aspectos de animalidade e “coisidade”, que transformam o negro em um homem-coisa, o qual, inserido nesse sistema, “deve abraçar sua condição de sujeito solúvel e fungível, a fim de atender à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se um outro”. (MBEMBE, 2018, pp. 16-17).

Grovogui (1996) também aborda a associação à natureza como mecanismo para legitimar o processo violento de diáspora e escravização da população africana. Afirma que os conquistadores ocidentais passaram a invocar os arquétipos de bruxas, selvagens e animais – todos aspectos intoleráveis de si mesmos –, para caracterizar as pessoas que eles subordinavam, exploravam ou marginalizavam. Nesse sentido ilustra Ailton Krenak:

Os quase-humanos são milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida. (KRENAK, 2019, p. 70)

Nesse sentido, os diversos mecanismos discursivos brevemente mencionados apontam para a desumanização como condição de possibilidade ou facilitadora para a opressão e expropriação, em razão da humanidade ser um dos requisitos para o reconhecimento do sujeito como tal. Dessa forma os “outros”, apesar das múltiplas diferenças e sobreposições em suas construções subjetivas e controle político-econômico-social, são retoricamente escanteados para a “zona de não-ser” a que se refere Frantz Fanon (FANON, 2018, p. 26).

Com isso, a esses grupos é atribuído o mesmo papel que se destina à natureza: de passividade, de objeto a ser apropriado, conquistado, expropriado, assimilado e aniquilado. Portanto, ser excluído da categoria “humano” implica ter sua agência e seu protagonismo negados, além de sujeição à exploração e violência. É incontestável que os processos de privação de humanidade desses grupos foram violentos e marcam opressões históricas persistentes. Não obstante, é preciso questionar o fato de a “humanidade” representar um requisito para que algo ou

alguém não seja violado. Enquanto a relação com os não-humanos for marcada pela dominação, conquista, violência e opressão, a não-humanidade permanecerá sendo utilizada como justificativa para tratamento degradante de outros humanos.

Por isso, algumas tentativas de abordar outras dimensões de produção de exclusões, ao ignorar essa separação fundacional entre natureza e cultura se mostraram insuficientes. Foi o caso do programa modernidade/colonialidade/decolonialidade (“MCD”), um esforço teórico sobre o ‘internacional’ que falhou em abordar a divisão cultura/natureza – assim contribuindo para a produção dessa fronteira – e, portanto, permaneceu um “discurso abstrato sem corpo”, afetando o tratamento de outras dimensões, conforme alega Cristina Rojas (ROJAS, 2016, p. 377).

O temido Estado de Natureza passa a estar presente também em figuras e grupos políticos como “Estados falidos”; refugiados; migrantes; minorias religiosas; pessoas sexualmente diversas; entre outros corpos “outros”. Diante disso, o segundo passo do duplo movimento de Todorov cuida da erradicação desses outros construídos, pela conversão aos padrões hegemônicos ou pelo extermínio dos modos de vida e crenças “destoantes”. Essa erradicação, apesar de legitimada e justificada por meio de poderosos mecanismos discursivos e simbólicos, foi realizada pela implementação de projetos e políticas de efetivo controle e extermínio desses corpos dissidentes – humanos e não-humanos – e de seus saberes.

Portanto, os projetos colonizadores desempenharam papel central na perpetuação desse silenciamento de corpos e saberes. Isso pois as missões civilizatórias e coloniais ajudaram a difundir a superioridade ao conhecimento colonizador moderno, em detrimento de alternativas epistemológicas não-colonizadas, conferindo, assim, categorias de sujeitos que conhecem e objetos a serem conhecidos.

O silenciamento de conhecimentos e de quem tem autorização para produzir esses conhecimentos é, também, relacionado com a divisão entre natureza e humanos modernos. Conforme atesta Cristina Rojas, a existência de uma natureza exógena possibilita considerar conhecimentos modernos particulares como

universais, pois se baseiam na observação externa e, portanto, imparcial, desse mundo objetivo e estático. Isso contribui para a desvalorização de conhecimentos relacionais que não cumprem os termos da divisão entre natureza humana e não humana e que não subscrevem à descrição moderna do método científico de tomar conhecimento (ROJAS, 2016, p. 372).

Linda Smith (1999) aborda a desvalorização desse conhecimento não-moderno como o processo de colonização do saber. Isso para se referir, mais especificamente, à tomada de saberes e seres pela ciência ocidental, que então lhes confere nova roupagem para que virem, de fato, “ciência”. Trata-se, pois, de um processo de “refinamento” do conhecimento nativo para ordenar uma hierarquia do saber, onde no topo configuram os saberes europeus e modernos. Dessa forma, a taxonomização vira a chave para a subalternização do conhecimento local. Esse processo resulta na desvalorização e deslegitimação desse conhecimento, que é descartado a menos que seja manipulado e posto na gramática metodológica da “ciência”.

Roxanne Doty (1996) é outra autora que afirma como as dinâmicas do imperialismo, do colonialismo e das relações entre Norte e Sul produziram significados e identidades (pp. 1-2). Para ela, esses contextos permitiram que o primeiro grupo construísse realidades enquanto ao segundo grupo foi negada agência sobre as próprias narrativas (p. 3). A partir disso, extrai a necessidade de revelar, por meio da lógica da equivalência, essas supostas essências fundacionais como construções arbitrárias do nexo entre poder e conhecimento. Isso pois, enquanto “[a] lógica da diferença tenta fixar as posições dos agentes sociais como diferenças estáveis e positivas”, como foi feito pelas Teorias da Modernidade, “[a] lógica da equivalência revela a natureza contingente e instável dos sistemas de diferenças e subverte as identidades positivas criadas pelas diferenças” (DOTY, 1996, pp. 11-12).

Harding (2011) também aborda a função da ciência e da tecnologia na construção desses papéis identitários colonizadores e, por sua vez, a necessidade de desconstruir o monopólio científico ocidental. Segundo essa autora, foi amplamente empregado discurso de que a desejada Paz Mundial requeria maior investimento em pesquisa científica, uma vez que prosperidade econômica era fundamental para

alcançar relações sociais democráticas, as quais, por sua vez, se mostravam necessárias para relações pacíficas. No entanto, não bastava qualquer forma de pesquisa, visto que somente a racionalidade científica ocidental era tida como capaz de aumentar a prosperidade econômica (pp. 1-2). Quebrando tal presunção, Davi Kopenawa descreve a epistemologia Yanomami:

Não é porque nossos maiores não tinham escolas que eles não estudavam. Somos outra gente. Morremos bebendo o pó da árvore *yãkoana hi*, para que os *xapiri* levem nossa imagem para longe. Assim podemos ver terras muito distantes, subir para o peito do céu ou descer ao mundo subterrâneo. Trazemos palavras desconhecidas desses lugares, para que os habitantes de nossa casa possam ouvi-las. Esse é o nosso modo de ficar sabedor, desde sempre. Não é possível desenhar as palavras dos espíritos para ensiná-las, pois são inumeráveis e não têm fim. Não daria em nada querer escrevê-las todas. Quando os brancos estudam, cravam seu olhar em velhos desenhos de palavras. Depois relatam seu conteúdo uns aos outros. Não veem nem ouvem eles mesmos as imagens dos seres do primeiro tempo, por isso não podem conhecê-las de fato. Nós, ao contrário, sem caneta nem peles de papel, viramos fantasmas com a *yãkoana* para ir muito longe, contemplar a imagem dos seres no tempo do sonho. Então, os *xapiri* nos ensinam suas palavras e é desse modo que nosso pensamento pode se expandir em todas as direções. Sem nos juntarmos com nossos antigos para beber *yãkoana* e sem fazermos descer os espíritos da floresta, não poderíamos aprender nada. (KOPENAWA & ALBERT, 2010, p. 459).

Ramón Grosfoguel aborda esses processos de genocídio e epistemicídio dos sujeitos coloniais como indissociáveis: a destruição de conhecimentos está, portanto, ligada à destruição de seres humanos (e não-humanos). Segundo o autor,

os projetos neoliberais, militares, internacionais, de direitos humanos estão informados pela autoridade do conhecimento Norte-cêntrica que se impõe por meio de mecanismos institucionais [...]. Essa autoridade não é democrática, impõe-se à base da superioridade do conhecimento imposta pela dominação ocidental capitalista do mundo e tem uma história de longa duração (GROSFOGUEL, 2016, p. 26)

Nesse sentido, analisa quatro grupos que foram alvo dessas violências. Primeiramente, os mulçumanos e judeus na conquista de Al-Andalus, expulsos de

seus territórios (“colonização de população”) ou obrigados à conversão para o cristianismo, ambas táticas de destruição de sua espiritualidade, conhecimento e memória coletiva – como também foram as queimas de suas bibliotecas (*ibid*, p. 34). Ao longo do século XVI, contudo, houve uma transformação de um sistema de poder com base em diferenças religiosas para um embasado em diferenças raciais, muito em razão do encontro com os povos nativos nas “conquistas” das Américas e Ásia, uma vez que foram diagnosticados como “povos sem religião”, o que, para o imaginário cristão da época era equivalente a “povos sem alma” e, por sua vez, não-humanidade/animalidade (*ibid*, pp. 35-37; 40). Posteriormente, discussão similar predominou os processos de conquista dos povos africanos da África e sua escravização nas Américas, mas a dúvida era sobre terem ou não biologia humana (*ibid*, p. 38). Por fim, mulheres guardiãs de conhecimento indu-europeu foram queimadas vivas durante a “caça às bruxas” no continente como forma de destruição do conhecimento “não-científico” ancestral que transmitiam entre gerações (*ibid*, p. 41). Este último movimento é apontado por Ivone Gebara como tendo ocorrido em paralelo ao estabelecimento moderno do método científico, comparando a dominação masculina das mulheres confinando-as ao espaço doméstico com a dominação da natureza pelo “espírito científico masculino” (GEBARA apud BARRAGÁN et al., 2019, p. 106). Segundo Grosfoguel, esse extermínio caracterizou a consolidação do patriarcado cristão, que “destruía formas autônomas e comunais de relação com a terra” (GROSFOGUEL, 2016, p. 42).

A ausência desses conhecimentos extra-modernos nos textos do direito internacional ambiental é também reflexo desse genocídio/epistemicídio – adicionaria, ainda, “ecocídio. Contudo, também representa a contribuição do direito internacional para o silenciamento ensurdecedor de qualquer conhecimento que não seja produzido pela “humanidade” que assim se cunhou. Portanto, como consequência dos processos violentos de conquista, epistemicídio, genocídio e ecocídio, os homens ocidentais foram dotados do privilégio epistêmico de definir o que é verdade e o que é melhor para todos, resultando em estruturas de racismo/sexismo epistêmico (*ibid*, p. 25).

Diante disso, é coerente que predominem nas declarações internacionais ambientais objetivos de desenvolvimento e crescimento econômico e,

principalmente, uma visão oposicional da natureza. É consequência lógica das premissas modernas que essas declarações ambientais preguem a cooperação internacional entre norte e sul que envolve o assistencialismo e a dependência; a transferência tecnológica; e a implementação de políticas desenvolvimentistas e imperiais, calcadas no desprezo por modos alternativos de vida, de relação com os seres e entes não-humanos e de produção epistemológica.

Em face a isso, é imperativo tomar consciência do que Natarajan & Khoday nomeiam “mantras analíticos”, como os conceitos de soberania, desenvolvimento, humanidade, natureza e conhecimento, para nomear alguns, histórica e reiteradamente ensinados e difundidos para que não seja possível pensar em outros termos, “mesmo quando a ética e a moral convocam diferentes formas de pensar” (NATARAJAN & KHODAY, 2014, p. 592). Sobre isso, Ailton Krenak traz palavras de dissidência e inspiração:

As andanças que fiz por diferentes culturas e lugares do mundo me permitiram avaliar as garantias dadas ao integrar esse clube da humanidade. E fiquei pensando 'Por que insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade?'. Será que não estamos sempre atualizando aquela nossa velha disposição para a servidão voluntária? Quando a gente vai entender que os Estados nacionais já se desmancharam, que a velha ideia dessas agências já estava falida na origem? Em vez disso, seguimos arrumando um jeito de projetar outras iguais a elas, que também poderiam manter a nossa coesão como humanidade. Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (KRENAK, 2019, p.13-14).

INTERLÚDIO III

(INTERESTELAR, 2014)

“O ar assobia enquanto corre por um trocador e um filtro. Então o segundo par de portas abre. Cooper pisca – a luz é ofuscante.

Eles estão em um corredor selado no meio de uma enorme estufa subterrânea. Através do vidro, Cooper consegue ver cerca de um acre de plantação de milho. Cooper olha para as plantas. Elas estão todas seriamente murchando.

[Cooper] A praga.

[Brand] No último século estavam limitadas a uma ou duas espécies. Mas essa mira em tudo. Essencialmente é mais eficiente em consumir a nossa comida do que nós somos.

[Cooper] Mas não afeta o milho.

[Brand] Ainda não. Mas irá. Nós criamos uma dúzia de maneiras que podem. É só uma questão de tempo antes das mesmas desenvolverem lá. (batida) A missão é para resgatar a nós. Humanidade.

[Cooper] Não. Não. Estamos reconstruindo. Nós vamos encontrar alguma coisa. Alguma nova tecnologia. Sempre encontramos.

[Brand] (balança a cabeça) Quem irá encontrá-la? As universidades são uma piada. Pessoas como você estão reduzidas a vasculhar só para sobreviver. A Terra já teve o suficiente de nós. Nós temos duas, talvez três gerações mais. Então nosso tempo aqui acabou.

[Cooper] Você sabe disso há quanto tempo? E você não tentou falar pra ninguém?

[Brand] Qual seria o sentido? Para que a humanidade pudesse gastar os últimos cinquenta anos de sua vida lutando pelas migalhas? É melhor que eles não saibam.

[Cooper] É por isso que vocês estão procurando por um planeta com oxigênio. Água.

[Brand] Um novo lar para a humanidade. Nós vamos estabelecer uma colônia, e então retornar para levar mais pessoas do outro lado.

[Cooper] Mas vocês ainda só seriam capazes de salvar algumas centenas. Talvez mil.

[Brand] Seria melhor se nós todos morrêssemos?”

4. Direitos da Natureza, Alternativas Sistêmicas e Futuros (im)Possíveis

Os xapiri já estão nos anunciando tudo isso, embora os brancos achem que são mentiras. Com a imagem de Omama, repetem para eles a mesma coisa: “Se destruírem a floresta, o céu vai quebrar de novo e vai cair na terra!”. Mas os brancos não ouvem. Sem ver as coisas com a yãkoana, a engenhosidade deles com as máquinas não vai torná-los capazes de segurar o céu e consolidar a floresta. Mas eles não têm medo de desaparecer, porque são muitos. Contudo, se nós deixarmos de existir na floresta, jamais poderão viver nela; nunca poderão ocupar os rastros de nossas casas e roças abandonadas. Irão morrer também eles, esmagados pela queda do céu. Não vai restar mais nada. Assim é. Enquanto existirem xamãs vivos, eles conseguirão conter a queda do céu. Se morrerem todos, ele vai desabar sem que nada possa ser feito, pois só os xapiri são capazes de reforçá-lo e torná-lo silencioso quando ameaça se quebrar. É dessas coisas que nós, xamãs, falamos entre nós. O que os brancos chamam de futuro, para nós, é um céu protegido das fumaças de

*epidemia xawara e amarrado com
firmeza acima de nós!*

*Mais tarde, na floresta, talvez
morrámos todos. Mas não pensem os
brancos que vamos morrer sozinhos.
Se nós nos formos, eles não vão viver
muito tempo depois de nós.*

– *Davi Kopenawa*

Implicada nos processos descritos no capítulo anterior está a imposição de uma determinada relação com a natureza como algo exógeno, externo. Isso deslegitima e inferioriza outras formas de relação com seres e entes extra-humanos e, conseqüentemente, essas “outras” subjetividades e formas de organização sociopolítica são ausentadas, via de regra, dos espaços de poder institucional. Isso ocorre inclusive pelo silenciamento no direito internacional ambiental, que se propõe a proteger o meio ambiente, mas falha por replicar a lógica violenta de conquista do “outro” (humano e não-humano) pelo sujeito moderno. Diante disso, é necessário indagar sobre as alternativas a essa ontologia hierarquizante, que produz e reproduz processos e lógicas de opressão e conquista. Nesse sentido, o presente capítulo buscará observar, em um primeiro momento, quais futuros estão sendo propostos e construídos por essas normas e pelas alternativas que potencialmente estão surgindo na via institucional, assim como promover reflexões acerca dos obstáculos e limites encontrados por essas alternativas na medida em que encontram respaldo pelas instituições.

Um dos caminhos que têm sido apontados por movimentos de alternativas sistêmicas ao desenvolvimento e ao antropocentrismo do direito internacional ambiental é o reconhecimento dos chamados “direitos da natureza”. A subjetividade jurídica de não humanos e entes naturais como conceito não é novidade, mas recentemente algumas decisões judiciais têm ousado reconhecer esses sujeitos jurídicos não-humanos. Nesse sentido, os direitos da natureza têm sido uma aposta lida como promissora por muitas e muitos que buscam construir futuros mais inclusivos e solidários. Mas como se dá a incorporação dessa proposta com seu potencial transformador por instituições que subscrevem às categorias modernas e

antropocêntricas que são fundacionais ao direito e ao sistema internacional? Para quais futuros é possível caminhar com a liderança de atores que dependem dessas categorias para operar?

A primeira seção deste capítulo dialoga com essas perguntas. Para isso, trará breve descrição da “Cúpula dos Povos”, documento que propõe uma visão alternativa a “O Futuro Que Queremos”, declaração final da Rio +20 e que foi elaborado durante fórum alternativo que foi realizado paralelamente. Em seguida, serão feitas ponderações sobre as categorias definidoras de subjetividades do direito à luz de casos recentes de reconhecimento dos direitos da natureza por tribunais nacionais, com ênfase à Corte Constitucional da Colômbia.

Com isso, é necessário realizar uma pergunta ainda mais abrangente: quais futuros somos capazes de imaginar? Será que somos capazes de sonhar com futuros que se sustentem em categorias alternativas sobre subjetividade, humanidade e relação com a natureza? Interagindo com esses questionamentos, a segunda e última seção deste capítulo abordará algumas concepções apocalípticas sobre o colapso ambiental, com as categorias de antropoceno e fim de mundo postas para dialogar. Além disso, serão trazidas inspirações presentes no conceito ameríndio de “sonho” de modo a refletir sobre os limites e as possibilidades de vislumbrar e efetivamente caminhar para futuros que concebem a natureza humana em sua interdependência específica e que sejam mais gentis com seus “outros”.

Com isso, busca-se abordar a possibilidade de uma reconstrução do que nós, brancos, chamamos de futuro, conforme aponta Davi Kopenawa, e como isso se relaciona com uma necessidade de auto-reflexividade presente. Tendo em vista que as heranças coloniais, antropocêntricas e hostis à alteridade presentes na subjetividade moderna operam até mesmo para ofuscar a capacidade de imaginar futuros alternativos, coloca-se a provocação sobre com que (im)possibilidades somos capazes de sonhar. O “impossível” aqui cumpre o papel de instigar a ruptura com as próprias categorias fundacionais que aparentam limitar as possibilidades de para onde caminhar. Se as nossas possibilidades são limitadas, então sonhemos com o impossível.

4.1. Futuros em Construção

[Q]uando nós falamos que o nosso rio é sagrado, as pessoas dizem: 'Isso é algum folclore deles'; quando dizemos que a montanha está mostrando que vai chover e que esse dia vai ser um dia próspero, um dia bom, eles dizem: 'Não, uma montanha não fala nada'. Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, consideramos que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos.

– Ailton Krenak

Diante da predominância da divisão moderna entre natureza e cultura nos pilares do direito internacional, refletindo-se na visão do direito internacional ambiental sobre meio ambiente e sua “proteção”, cabe observar a tentativa de construir preceitos desafiadores em resposta ao mais recente grande documento desse regime. Para esse esforço, diversos membros da sociedade civil organizaram a Cúpula dos Povos, um fórum alternativo à conferência Rio +20.

A Cúpula dos Povos ocorreu em 2012, e seu documento final foi construído coletivamente por múltiplos atores da sociedade civil, de movimentos sociais e camponeses e lideranças de todos os povos indígenas e comunidades “tradicionais” remanescentes no Brasil⁷⁴. O objetivo da redação do documento foi uma resposta à

⁷⁴ Mais informações disponíveis em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html>. Acesso em: maio, 2020.

abordagem da Economia Verde⁷⁵ presente na conferência “oficial”, assim como um posicionamento de todas e todos que não tinham o mesmo peso nas negociações intergovernamentais.

De início, o título do documento indica quais foram os enfoques dos debates que ocorreram durante a conferência extra-oficial: “Declaração Final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental - Em Defesa dos Bens Comuns e Contra a Mercantilização da Vida.” O primeiro item cuida de mencionar a diversidade de atores, grupos, movimentos e povos que está buscando a convergência por meio do evento e manifesta no documento. Além disso, incorpora posicionamento sobre as relações de humanos entre si e com não-humanos, em trecho que afirma: “[...]somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza.” (CÚPULA DOS POVOS, 2012, Item 1).

Mais à frente, é realizada crítica às ditas soluções apresentadas na Rio +20, argumentando-se que, nelas, predominam interesses econômicos, financeiros e corporativos, em detrimento de direitos dos povos, dos bens comuns da humanidade e da natureza (*ibid*, Itens 3 e 4). Além disso, em oposição diametral a “O Futuro que Queremos”, este documento oferece caminhos concretos como opções a serem seguidas, como a defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo e a mudança da matriz energética.

Podem, ainda, ser observadas as epistemologias do Sul como pilares transversais no documento, sendo mencionadas no Item 10, que defende a ressignificação dos sistemas de conhecimento e valorização dos saberes e práticas produtivas do Sul como “projeto contra-hegemônico transformador” (*ibid*, Item 10). Menções explícitas que merecem destaque são a alusão ao bem viver como

⁷⁵ Cf. CAMILA MORENO. As roupas verdes do rei: Economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva In DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs). Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Editora Elefante, 2019. e THOMAS FATHEUER, LILI FUHR & BARBARA UNMÜBIG. Crítica à Economia Verde. Tradução de Theo Amon. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

forma de existir com a natureza, o respeito a cosmovisões diferentes e a defesa dos bens comuns (*ibid*, Item 12), assim como o apreço pelas economias locais (*ibid*, Item 15). Metodologicamente, notamos a locução em conjunto com os povos, contrastando-se às afirmações verticais que aparentam figurar no documento das Nações Unidas.

No campo do direito, há o reconhecimento dos “direitos da natureza” (*ibid*, Item 36), um conceito que é muitas vezes levantado como uma estratégia jurídica para a flexibilização da visão antropocêntrica que normalmente está presente nas normas. Se trata da tentativa de retirar a centralidade humana dos ordenamentos legais pela ampliação de subjetividade jurídica à natureza, isto é, pela tentativa de reconhecimento de entes naturais e não-humanos como sujeitos de direitos. Isso porque, conforme mencionado, as normas constitutivas dos ordenamentos jurídicos são criadas ao redor da centralidade humana, o que infere quem, ou o ou o que, é passível de ter direitos e garantias.

Segundo Cormac Cullinan, os direitos da natureza seriam como os direitos humanos, isto é, inalienáveis e intrínsecos à simples existência do portador de direitos. Consistem na ideia de que todo ser ou aspecto da natureza, incluindo os seres humanos, deve, no mínimo, ter o direito de existir, de ocupar um local físico e de interagir com outros seres de modo a cumprir seu papel único nos processos ecológicos (CULLINAN, 2019).

Contudo, a definição dos direitos da natureza e, principalmente, de como se daria sua aplicação prática, não é consensual. Daniel Braga Lourenço, refletindo sobre esses significados, indaga sobre o efetivo alcance dessa expressão:

[o] termo ‘direito’, no contexto dos direitos da natureza, estaria sendo empregado em um sentido técnico/filosófico/legal (compreensão da natureza como um autêntico sujeito de direito, com valoração inerente em sentido moral) ou somente para simbolicamente reforçar a ideia de que humanos deveriam respeitar? (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 397).

Diante disso, o autor aborda como tanto Alberto Acosta como Eduardo Gudynas, grandes defensores do reconhecimento desses direitos, estariam mais alinhados a uma crença no potencial simbólico do termo, não necessariamente

alegando a existência de valoração inerente aos entes e seres naturais. Braga Lourenço, portanto, aponta que Gudynas e Acosta não se opõem à instrumentalização da natureza para finalidades humanas, em alguma medida, estabelecendo serem a favor das atividades de pesca, pecuária, agricultura e outras atividades humanas (*ibid*, p. 398). Assim, demonstra que “[...] a preocupação não é com o uso em si dos animais e da natureza de modo geral, mas sim com o modo de utilizá-los (ou seja, como utilizar racional e razoavelmente os ditos ‘recursos naturais’)” e aponta para uma “[...] tentativa de conciliação entre a categoria de valor instrumental e a de valor inerente [...]” (*ibid*, pp. 398-399).

Com o intuito de melhor compreender como se dão as tentativas de reconhecimento e implementação dos “direitos da natureza”, assim como as tensões práticas dessa dita tentativa de conciliação entre a valoração instrumental ou inerente dos seres e entes naturais, é importante observar algumas decisões judiciais recentes que os reconheceram. Essas decisões estão abrindo espaços institucionais para o debate acerca da representação jurídica do que se entende por “natureza”.

Em 2016, a Corte Constitucional da Colômbia reconheceu o Rio Atrato como um “sujeito de direitos biocultural”, em razão de sua relação de unidade profunda com as populações indígenas e ribeirinhas que com ele interagem nos seus modos de vida. Nesse sentido, a Corte concedeu o que convencionou chamar de “personalidade jurídica ecossistêmica” à bacia hidrográfica do Rio Atrato, em virtude de sua interdependência com as comunidades humanas locais.

Na página 42 da decisão que reconheceu esses direitos, a corte menciona as Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Esta última determina, em seu artigo 34⁷⁶, que qualquer um detém competência para representar legalmente os interesses do meio ambiente. Já a primeira, por meio de seu artigo 71, estabelece que:

Natureza ou Pacha Mama, onde a vida é realizada e produzida, tem o direito de ter sua existência e a manutenção de seus ciclos, estruturas, funções e processos evolutivos vitais amplamente respeitados. Toda pessoa, comunidade, vilarejo ou nacionalidade

⁷⁶ Cabe salientar que esta provisão por si só não significa que as normas bolivianas são ecocêntricas, uma vez que o artigo anterior da Constituição da Bolívia, de número 33, estabelece que “as pessoas têm direito a um meio ambiente saudável, protegido e equilibrado”, colocando a preservação do meio ambiente como instrumental para satisfazer um direito humano.

pode demandar das autoridades públicas o cumprimento dos direitos da natureza.⁷⁷

A decisão também citou o caso do rio Whanganui da Nova Zelândia, local onde as comunidades originárias locais Maori e Tuhoe conseguiram firmar acordos com o governo pelo reconhecimento de subjetividade jurídica de três entes não humanos, após cerca de 150 anos de disputas com o poder colonial britânico: o rio Whanganui (2017), o parque nacional Te Urewera (2014) e o monte Taranaki (2017).

No que diz respeito aos fundamentos da decisão, a Corte reconheceu que o rio Atrato e suas populações ribeirinhas e indígenas formam uma única entidade. Nesse sentido, alegou romper com a falsa separação entre natureza e cultura, reconhecendo a ligação intrínseca entre os dois expressamente (p. 43) e alegando a que o rio é um “sujeito de direitos biocultural”. Normativamente, a decisão foi embasada em uma série de documentos internacionais assinados, ratificados e incorporados pela Colômbia. De modo geral, tais acordos⁷⁸ afirmam que os Estados devem respeitar a relevância espiritual da terra e das águas para as comunidades indígenas, assim como preservar seus rituais e práticas culturais que dependem dessas entidades naturais. Os “direitos bioculturais”, de acordo com a definição da Corte Constitucional, comportam os

direitos que têm as ‘comunidades étnicas’ de administrar e exercer tutela de maneira autônoma sobre seus territórios e os recursos naturais que formam seu habitat, onde se desenvolve sua cultura, suas tradições e sua forma de vida com base na relação especial que têm com o meio ambiente e a biodiversidade (p. 43) (grifo da autora)

Ambas a Constituição do Equador e a decisão da Corte Constitucional da Colômbia apresentam riscos que devem ser incluídos nos debates acerca dos direitos da natureza. Ambos os casos trazem à tona o problema de comunicação envolvido no cotidiano da performatividade jurídica desses seres e entes. Isto é, quem detém legitimidade para saber, dizer e pleitear as vontades da “natureza”?

⁷⁷ Tradução Livre.

⁷⁸ International Labor Organization’s Indigenous and Tribal Peoples Convention (1989), United Nation’s Convention on Biological Diversity (1992), United Nation’s Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (2007), Organization of American States’ Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (2016) and UNESCO’s Convention for Safeguarding Intangible Cultural Heritage (2003).

Quem deve ser “porta-voz” dessa infinidade de seres e entes não-humanos? Quem, efetiva e contenciosamente, “tutela” esses direitos? É possível não haver relação de tutoria ou mentoria em relação à atuação jurídica da “natureza”? Além disso, conforme questiona Daniel Braga Lourenço, “Quais os critérios para a adjudicação de conflitos de interesses de seres que possuem valoração inerente?” São algumas das questões que terão que ser enfrentadas na prática jurídica cotidiana ao implementar esses direitos. No limite, o direito de dizer as vontades da natureza acaba restando às canetas e à boa vontade dos intérpretes da lei, os juízes e tribunais, cuja visão ética em relação aos entes naturais pode ser a mais variada, desde o antropocentrismo ilimitado ao ecocentrismo holístico, nos termos de Daniel Braga Lourenço (2019).

O posicionamento adotado pela Corte Constitucional colombiana parece ser no sentido de evitar esses riscos de implementação, adotando entendimento mais rigoroso que concede direitos, ou status de “personalidade jurídica ecossistêmica”, apenas àqueles entes não-humanos que se relacionam de modo interdependente com comunidades humanas, mantendo, assim, a centralidade antrópica da jurisprudência deste tribunal.

Essa mesma corte decidiu de maneira similar em outro caso que merece atenção, envolvendo a busca pelo reconhecimento de parcela da Floresta Amazônica como sujeito de direitos⁷⁹. O caso foi trazido por 25 crianças e adolescentes que alegaram ter direito a um meio ambiente saudável e seguro, que estaria sendo violado em razão das atividades de desmatamento da floresta em curso.

Além de conceder limitação das atividades de deflorestação, a Corte reconhece que é necessário que a sociedade vá além de impedir o desmatamento, reavaliando seu relacionamento com o “mundo natural”. Com isso, a Corte alega que a natureza é uma comunidade à qual pertencemos e não uma mercadoria a ser explorada, reconhecendo que a parcela colombiana de floresta amazônica possui os direitos de uma pessoa, devendo o governo, seus órgãos e as pessoas da Colômbia trabalhar para proteger e restaurar a floresta.

⁷⁹ Para mais informações, ver: <<https://loe.org/shows/segments.html?programID=18-P13-00016&segmentID=1>>. Acesso em 10 de novembro, 2019.

Todos esses casos representam uma possível tendência do Poder Judiciário em ser o primeiro espaço a reconhecer os “direitos da natureza”. Contudo, mesmo quando um país possui reconhecimento prévio acerca desses direitos, sua implementação pode se desvirtuar de seus contextos e objetivos constituintes⁸⁰. Além disso, mesmo os casos de “sucesso”, onde há o reconhecimento normativo desses direitos, são extremamente raros, o que ajuda a compreender porque a Corte Colombiana precisou recorrer a normas internacionais sobre direitos indígenas, que afirmam a interdependência relacional dos entes naturais nos modos de vida originários, para obter fundamentos legais para decidir. Isto é, não há muito respaldo normativo para se apoiar quando reconhecendo um conjunto quase inédito de sujeitos de direitos. Nesse sentido, foi necessário realizar um movimento de corporificar o rio em com as populações indígenas e ribeirinhas para que seus direitos fossem reconhecidos na medida em que suas vidas se entrelaçam. Portanto, ainda se condiciona o reconhecimento do rio como sujeito de direitos a sua relação com seres humanos.

Diante disso, as tentativas mais bem-sucedidas em prol do reconhecimento dos direitos de não-humanos, que efetivamente conseguiram obter sucesso nas vias judiciais, o fazem na medida em que a existência desses entes se entrelaça com existências humanas. O rio Atrato e a floresta amazônica colombiana tiveram seus direitos reconhecidos porque, se não tivessem, sua exploração e degradação atingiriam os direitos das comunidades que dependem deles para sua sobrevivência ou que não se distinguem deles ontologicamente – porque depender da interrelação com outras espécies e entes não-humanos para sobreviver não é uma exceção aplicada a apenas a algumas comunidades humanas.

Embora afirme expressamente reconhecer a falácia da separação entre natureza e cultura e apesar do peso do reconhecimento desses direitos pelas instituições, fruto de inúmeras disputas no campo político e jurídico⁸¹, parece que as circunscrições jurídicas e institucionais dos operadores do direito limitam o efetivo apoio à construção prática de concepções diferentes sobre a divisão entre natureza e cultura. Assim, pode ter sido necessário que o colegiado da Corte

⁸⁰ Ver: WANDERLEY, Fernanda. Entre el extractivismo y el Vivir Bien: experiencias y desafíos desde Bolivia V. II, Vol. 12, 2017, pp. 211-248.

⁸¹ Cf. GUDYNAS (2019).

Constitucional colombiana estabelecesse argumentos que conectassem o rio às populações humanas que com ele conviviam para que seus direitos fossem reconhecidos juridicamente.

Portanto, apesar da relevância do precedente judicial pioneiro pelo reconhecimento de direitos a um corpo hídrico, a decisão ainda condiciona tal reconhecimento à interação deste ente com seres humanos. Isto é, seres e entes não humanos, de acordo com a jurisprudência deste tribunal, são portadores de direitos somente nas situações excepcionais de configuração de interdependência de seus processos com comunidades humanas extra-modernas no sentido de sua relação com a natureza não-humana. Esse movimento remete ao apontamento de Daniel Braga Lourenço sobre uma “tentativa frustrada de conciliação entre a categoria de valor instrumental e a de valor inerente, já que, se algo possui valor inerente, esse valor é derivado de suas propriedades não relacionais, ou seja, a eliminação ou lesão de uma entidade com valor inerente não poderia ser justificada com base nas consequências dessa eliminação em relação a terceiros” (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 399).

Vale ressaltar que esta fundamentação que aproxima do humano para reconhecer sua subjetividade jurídica não necessariamente parte de grupos que reivindicam o reconhecimento dos direitos da natureza. Também pode decorrer apenas da interpretação consolidada no entendimento firmado pelos ministros ou juízes integrantes da corte à qual o caso foi submetido, não dialogando com o pedido original. Ou pode mesmo representar uma contradição de fundo de alguns postulantes desses direitos. Pode ser, ainda, que mesmo os membros da corte não subscrevam completamente a essa crença, contudo, sejam constrangidos pelas categorias existentes no direito, que devem embasar os fundamentos jurídicos para decidir.

Contudo, Braga Lourenço aponta que essas contradições conceituais se encontram também nas exposições teóricas acerca do tema, conforme citação de Eduardo Gudynas que o autor traz:

Em outras palavras, a postura biocêntrica⁸² dos direitos da natureza não invalida, senão acompanha

⁸² Importante notar a categorização ética incorreta dos direitos da natureza como uma postura “biocêntrica”, conforme apontado por Daniel Braga Lourenço. O autor indica, por outro lado, que

e reforça, a perspectiva antropocêntrica clássica dos direitos humanos que se estendem sobre o meio ambiente. Estes incluem, por exemplo, o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado (art. 14 da Constituição do Equador) (GUDYNAS apud BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 400).

Apesar de reconhecer a possibilidade de coexistência do reconhecimento do valor inerente e instrumental de determinado ser, Braga Lourenço aponta que não é o caso dos autores que postulam os direitos da natureza, Acosta e Gudynas, pois ambos admitem atividades humanas que, mesmo em escala não-industrial, como a pesca e a agropecuária, violam interesses fundamentais dos animais não-humanos, por exemplo, como a vida, a integridade física e psicológica (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 401).

Diante disso, o autor questiona sobre a efetividade da criação do conceito, tendo em vista seu objetivo primário simbólico, na transformação concreta da consideração que essas sociedades têm em relação à natureza de um paradigma antropocêntrico para algum mais inclusivo (*ibid*, p. 404). Conclui que:

Embora o direito possua um inegável papel transformador, e não se possa desprezar o caráter normativo de previsões como essas, a inserção dos chamados direitos da natureza no sistema jurídico pode gerar um efeito reverso consistente na vulgarização excessiva da terminologia. Essa popularização da terminologia, que possui um lado positivo, pode acabar por prejudicar e esvaziar o próprio conteúdo material da proposta ética que lhe dá sustento. Nesse sentido, não funcionaria como uma alavanca, mas como uma âncora, no que se refere ao efetivo rompimento do antropocentrismo. Todos poderiam passar a defender a ideia de direitos da natureza, porque ela é simpática, mas sem alterar, de maneira significativa ou substancial, o seu modo de interagir com o mundo natural. (*ibid*, p. 405)

Os limites da força dos direitos da natureza se relacionam, em grande medida, com o fato de o direito conforme foi construído categorizar seus interlocutores como “pessoas” ou “coisas”, sendo as duas grandes categorias jurídicas para definir quem configura como sujeito e quem é objeto nas disputas por direitos. A princípio, “pessoa” é sinônimo de ser humano, sujeito dos dispositivos

os “direitos da natureza” teriam, na verdade, embasamento ecocêntrico (BRAGA LOURENÇO, 2019, pp. 389-391).

jurídicos⁸³, e “coisa” é a categoria que abarca tudo aquilo que não se enquadra no primeiro grupo: os objetos. Não há, a princípio, sobreposição entre as categorias ou categorias híbridas, compostas por ambos os conceitos. Se não é ser humano, é “coisa”, pois, incapaz de ter legitimidade jurídica e de ser portador de direitos.

Tendo isso em vista, não-humanos, como exógenos à subjetividade e pessoalidade humana, são considerados “coisas” do ponto de vista jurídico, o que leva muitos pleitos pelo reconhecimento de seus direitos a utilizarem estratégias no sentido de buscar flexibilizar a categoria “pessoa”, ampliando-a pra acolher também não humanos. Alguns desses pleitos justificam a expansão da categoria “pessoa” com base na proximidade que determinados seres têm dos humanos, como as características compartilhadas de sentiência – grosseiramente, a capacidade de sentir, ter consciência e percepção.

Com base nessas estratégias, predominantes nos pleitos jurídicos de direitos dos animais, a categoria “pessoa” abarcaria tanto animais humanos quanto não humanos. Contudo, os seres, vivos ou não, que não preenchem os requisitos designados para serem considerados pelo direito, mesmo nessa busca por ampliação da categoria “pessoas”, não se enquadram nessa estratégia, pois os argumentos que essa abordagem constrói são na linha de que não humanos devem ter direitos na medida em que se assemelham aos seres humanos. Isso dificulta não só o reconhecimento da subjetividade jurídica de animais com maior distanciamento biológico dos seres humanos, como insetos ou répteis, como também o reconhecimento de direitos a viventes e não-viventes naturais, como os casos trazidos aqui. Nestes casos, acaba-se buscando fundamentos na função que esses seres e entes desempenham para a manutenção do equilíbrio ecossistêmico no qual os seres humanos se inserem, ou na reprodução dos modos de vida de determinados seres humanos.

A grande questão com esta estratégia e, no limite, esta visão metafísica, é que não abre mão da centralidade humana, pois mantém os seres humanos como ponto de referência. É o que ocorre na decisão mencionada da Suprema Corte colombiana. O conceito cunhado de “seres bioculturais” insere os povos

⁸³ Com exceções, contudo: pessoas jurídicas; truts, joint ventures, espólios, Estados e embarcações são alguns exemplos (BRAGA LOURENÇO, 2019, p. 396).

“tradicionais” nesta relação intrínseca com a natureza e os responsabiliza por representar seus interesses. Na prática, isso não expande as concepções existentes sobre sujeitos e objetos, ou pessoas e coisas, abrindo novos rumos para as relações de humanos entre si e com não humanos, mas, inversamente, segrega um grupo de seres humanos para o “lado” da natureza na divisão entre natureza e cultura. Isso reitera o *status quo* que diferencia e inferioriza tanto entes e seres não humanos como os humanos que se relacionam diretamente com eles, conforme apontado por Cristina Rojas (2016) e abordado no capítulo anterior.

Nesse sentido, vale atentar para o uso de termos religiosos, como “sagrado” para se referir à relação entre os povos “tradicionais” mencionados nas decisões e os elementos não humanos que tiveram sua subjetividade jurídica reconhecida. Marisol de la Cadena (2015) aborda o uso da categoria moderna de “religião” como instrumento para os seres humanos “modernos” buscarem compreender ou abarcar metafisicamente a relação de seus irmãos ameríndios com a dita “natureza”. São mesmo sagradas as montanhas?

Nos Andes, desde a fé colonial antiga até as montanhas sagradas de hoje (como os “modernos” descrevem) a linguagem da religião é utilizada como instrumento para a tradução entre mundos que performam descontinuidades ontológicas entre humano e o não-humano e os mundos que não concebem tais barreiras. Uma vez que os seres humanos “modernos” se compreendem ontologicamente como distintos das montanhas andinas, separados pela fabricada divisão entre natureza e cultura, necessitam de um intermediário, como a religião, para conseguir compreender a relação dos povos andinos com as montanhas. Por isso, afirmam que as montanhas são sagradas para eles: é inserido o elemento religioso entre os humanos andinos e os entes “montanhas”, uma vez que é inconcebível que esses povos se relacionem diretamente com elas. Contudo, o instituto moderno de religião não é capaz de abarcar a totalidade desta relação, sendo utilizado como um instrumento de tradução entre mundos, alienígena ao efetivo caráter dessa relação. Apesar disso, de la Cadena aponta que a sacralidade das montanhas também não se distancia por completo da dinâmica que compõe a relação entre esses entes e os povos andinos.

Diante disso, a autora cunha o conceito “não só” para indicar a adequação da categoria moderna “religião” para mediar a relação entre os povos andinos e suas co-existentes montanhas. Segundo a autora, a estima dos povos andinos pelas montanhas é algo que se assemelha às concepções modernas de “sagrado”, mas não só, no sentido de que os significados imbricados nessa relação não se limitam a isso, extrapolando a própria categoria religiosa, apesar de também não se distanciarem dela por completo (DE LA CADENA, 2015).

Esse conceito de “não só” abriga excessos entre o conceito de montanhas e o de seres da terra (“*earth beings*”) e está permeado por uma divergência entre, de um lado, os povos andinos junto dos seres da terra e, de outro lado, os humanos “modernos” separados da natureza, que são dois personagens performados pelas práticas religiosas andinas. Há, ao mesmo tempo, imanência entre os povos andinos e as montanhas e, de outro lado, a relação entre ser humano e natureza dada pelo catolicismo andino – e há uma divergência entre eles.

Nesse sentido, de la Cadena traz o conceito de equivocação para lidar com essa tentativa inadequada e frustrada de categorizar existências extra-modernas por categorias modernas. Portanto, há um equívoco quando se intitula a relação entre os andinos e as montanhas de “religião”. Todavia, é mais complexo do que isso, pois há, de certa forma, uma relação que se assemelha à religião moderna – mas “não só”. Pode ser algo que não cabe na categoria existente de “religião”, por mais plural que ela possa ser.

Este conceito é interessante para instigar reflexões acerca da insuficiência e inelasticidade das categorias jurídicas que definem seus sujeitos e objetos: as “pessoas” e as “coisas”. Segundo Henare et al., mesmo as obras que contestam esta segregação comportam uma distinção *a priori* entre pessoas e coisas, matéria e significado, representação e realidade, uma vez que, mesmo em desconstrução ou negação, utilizam essa separação como referencial (HENARE et al., 2007, p. 2).

Henare et al. alegam que as distinções entre “pessoa” e “coisa” e entre “palavra” e “coisa” são duas oposições fundamentais para a própria metafísica ocidental, e que são convencionalmente utilizadas para estigmatizar os povos “extra-modernos”, ou “não-modernos”, de maneira negativa, sob a justificativa de que “confundem” essas distinções. Essa atribuição de estigma decorre, na verdade,

do fato de as categorias modernas, nos termos de Marisol de la Cadena, serem equivocadas para abarcar essas outras significações do mundo contidas nas vivências de povos extra-modernos, que extrapolam essas próprias categorias. Algo similar parece ocorrer em relação às existências extra-humanas, que não se encaixam nas categorias que o direito necessita para operar e, portanto, não conseguem ser traduzidas e termos jurídicos.

Esta tentativa de enquadramento gera uma série de ambiguidades e ansiedades, produzindo também margens, zonas cinzentas, existências e experiências que extrapolam esse binarismo e que não são compreendidas pelas categorias existentes no direito. A ambiguidade decorre de seu aparente duplo status de sujeito e objeto, a depender de quem conduz a narrativa. Por sua vez, a ansiedade é produzida pela necessidade jurídica de encaixar esses seres, entes e elementos em alguma das categorias – insuficientes – existentes. O direito não é capaz de lidar com sujeitos-objetos ambivalentes, o que é fonte tanto de fascínio quanto de aversão e, no final das contas, esvazia de significado a tentativa de emplacar “direitos da natureza”.

Essas tensões provocadas pelas tentativas de fazer essas existências caberem na gramática jurídica apontam para um eventual esgotamento das categorias jurídicas que a constituem. Isso pois os limites dessas categorias são revelados quando postas para dialogar com sujeitos para os quais elas não foram pensadas. Essa constatação traz à tona o dilema da dificuldade da crítica imanente, isto é, a inevitável indagação sobre a (im)possibilidade de conceber alternativas completamente destoantes da gramática em que estamos inseridos. É possível construir futuros efetivamente alternativos à lógica de desenvolvimento e à divisão antropocêntrica entre natureza e cultura com base nas próprias categorias que sustentam essas ideias? Quais são, realmente, os “futuros que queremos”?

4.2. Futuros em Sonhos

Para algumas pessoas, a ideia de sonhar é abdicar da realidade, é renunciar ao sentido prático da vida. Porém, também podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos, nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e

mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades

– Ailton Krenak

A análise realizada na seção anterior traz luz para a insuficiência de buscar construir futuros partindo das mesmas categorias que sustentam certas dicotomias, hierarquias e exclusões. Portanto, é necessário questionar essas próprias categorias fundacionais, não só do direito internacional (geral e ambiental), como do sistema internacional e estatal como um todo, como estratégia argumentativa para superá-las. Diante disso, algumas dessas categorias foram abordadas ao longo dos capítulos anteriores: o ideal de desenvolvimento, crescimento econômico, a colonialidade, a separação entre natureza e cultura, entre modernos e “não-modernos”, o que se relaciona com certo entendimento sobre humanos, não-humanos e sub-humanos. Ailton Krenak afirma que

[o] nosso apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno. Essa configuração mental é mais do que uma ideologia, é uma construção do imaginário coletivo. (KRENAK, 2019, p. 58)

Dipesh Chakrabarty foi um dos primeiros autores a evidenciar o conceito cada vez mais em voga de antropoceno nas ciências sociais. Trata-se de uma categoria indicativa de uma suposta nova era geológica da Terra que estaria iniciando, marcada pelas inúmeras crises ambientais provocadas e/ou intensificadas por certo grupo de seres humanos. Chakrabarty aborda o conceito a partir de sua experiência como historiador e antropólogo. Afirma que imperava uma crença tradicional de que os fenômenos chamados naturais se moviam em escala completamente incomensurável com os fenômenos tidos como sociais, o que era refletido no campo da história pela divisão disciplinar entre a “história humana” e a “história natural”, cuja separação se fundamentava na concepção de que tais “histórias” se movem em escalas temporais completamente incomunicáveis (CHAKRABARTY, 2009, p. 3).

Destaca-se, contudo, que o objetivo da presente discussão é abordar a ideia do antropoceno como categoria analítica abraçada por acadêmicas das ciências

humanas, de modo a observar as implicações desse fenômeno nas vidas, nos entes, nos processos e interações humanas e não humanas. Nesse sentido, é preciso reconhecer que existem debates extensos sobre sua nomenclatura, conforme mencionado no capítulo anterior; sobre a datação do início desse período; ou sobre o reconhecimento oficial de uma nova era planetária, todas discussões relevantes no campo, mas que extrapolam a pretensão e a pertinência no caso deste texto. Cabe notar, porém, a relevância da contestação sobre esse reconhecimento da espécie humana como uma “força geológica”. Isabelle Stengers, por exemplo, aponta que nós não somos a força de nada, mas um “poder de distúrbio” (STENGERS et al., 2018, p. 16). Parece mais enriquecedor, portanto, abraçar a categoria do antropoceno como um conceito guarda-chuva para observar e fazer frente às incalculáveis destruições em massa causadas pela ação de seres humanos que universalizaram certo conceito de humanidade em relação à expropriação da “natureza”.

De todo modo, a “chegada” da era do antropoceno, segundo Chakrabarty, encadeou um colapso das diferenças de escala na história. Isso pois, uma vez que o ser humano, movido por determinadas lógicas, ideais, técnicas e instrumentos, tornou-se uma verdadeira “força geológica”, o dito tempo da natureza passa a se mover no ritmo do tempo dessa humanidade destruidora. Diante dessa alteração histórica devida à convergência dos cursos temporais entre humanos e não-humanos, em grande parte consequente da expansão industrial e colonial euro-americana, o autor aponta para algumas conclusões.

Primeiramente, indica o início desse colapso da antiga distinção entre a história natural e a história humana. Segundo Chakrabarty, acadêmicos que escrevem sobre a crise climática atual destoam do que historiadores ambientais têm dito até então. Cientistas climáticos⁸⁴ defendem que o ser humano moderno se tornou algo maior do que um agente biológico, obtendo características geológicas, tamanhas as repercussões da expropriação maciça do que se entende por natureza (*ibid*, p. 6). O ser humano sempre interagiu com a natureza, pelo entendimento da ontologia moderna e ocidental predominante. A diferença é que esse agente se

⁸⁴ Cabe notar que Dipesh Chakrabarty adota posicionamento não-questionador do entendimento consensual desses cientistas climáticos, tomando como verdadeiras as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) das Nações Unidas.

tornou uma “força da natureza” pela definição geológica, tendo alterado até mesmo processos físicos básicos da Terra, como o clima (*ibid*, p. 7).

Chakrabarty afirma, ainda, que a crise climática, refletida pelo capital global, acentuará a lógica capitalista de que alguns ganharão temporariamente em detrimento de outros. Mas toda essa crise não pode ser reduzida a uma história sobre o capitalismo, uma vez que outros modos de produção, como o socialismo soviético, também adotaram uma matriz industrial e desenvolvimentista. Além disso, o antropoceno representa uma crise de outra ordem, já que não há botes salvavidas para os ricos e privilegiados na crise planetária, diferentemente de uma crise econômica – apenas enquanto há possibilidade de “adaptação” e isolamento.

Até certo ponto, a crise já se tornou irreversível, com a extinção em massa de espécies não-humanas, a devastação de habitats e biomas inteiros, a alteração alarmante nos processos climáticos e os efeitos adversos de todas essas transformações, com peso maior para as populações e grupos sociais que não têm condições de se “adaptar”⁸⁵. Sobre essa pujante veracidade desse conglomerado de crises antropogênicas, Donna Haraway sugere: “pergunte a qualquer refugiado, de qualquer espécie” (HARAWAY, 2015, p. 161). Diante disso, uma questão metafísica que tem se colocado com as “crises ambientais”⁸⁶ cada vez mais agravantes é que, na medida que lógicas e práticas destrutivas são reiteradas no presente e projetadas para o futuro, a própria existência de um futuro é posta em questão. Assim, se as proposições que integram os “futuros que queremos” talvez sejam a razão de sequer termos um futuro para querer. A existência de um futuro pode, na verdade, depender da rejeição desse futuro proposto pela comunidade de nações.

Sobre o assunto, Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro apontam que o antropoceno é um novo paradigma do ponto de vista geológico, porque seu caráter alarmista e apocalíptico indica também o fim das próprias épocas, ao menos para a humanidade. Com isso, afirmam:

⁸⁵ Ver: “Environmental Justice Atlas”, disponível em: <<https://ejatlas.org/>>, acesso em maio de 2020. E MARTINEZ-ALIAR, JOANES. Environmental Justice. In Kothari, Ashish et al (eds). Pluriverse. A post-development dictionary (New Delhi: Tulika Books, Authors Upfront, 2019).

⁸⁶ As aspas, indicando ironia ou desconforto com o uso acrítico do termo, decorrem de incômodo com a responsabilização no dito “meio ambiente” que a expressão “crises ambientais” acaba colocando. As crises não são do ambiente, mas de alguns seres humanos que expropriam outros seres e entes com políticas de ecocídio calcadas em lógicas de conquista e desenvolvimento.

Decerto, a finitude empírica da espécie é algo que a grande maioria das pessoas letradas aprendeu a admitir desde, pelo menos, Darwin. Sabemos que "mundo começou sem o homem e terminará sem ele", na frase tão lembrada e tão plagiada de Levi-Strauss (1955: 477-78). Mas quando as escalas da finitude coletiva e da finitude individual entram em uma trajetória de convergência, essa verdade cognitiva se torna subitamente uma verdade afetiva difícil de administrar. Uma coisa é saber que a Terra e mesmo todo o Universo vão desaparecer daqui a bilhões de anos, ou que, bem antes disso mas em um futuro ainda indeterminado, a espécie humana vai se extinguir [...] [O]utra coisa, bem diferente, é imaginar a situação [...] de que as próximas gerações (as gerações próximas) tenham de sobreviver em um meio empobrecido e sórdido, um deserto ecológico e um inferno sociológico. Uma coisa, em outras palavras, é saber teoricamente que vamos morrer; outra é receber de nosso médico a notícia de que estamos com uma doença gravíssima, com provas radiológicas e outras à mão (DANOWSKI & VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 29).

Esses autores se propuseram o desafio de encarar com seriedade as narrativas sobre o fim do mundo, que se relacionam com os acontecimentos do antropoceno. E não é apenas o conhecimento “científico” e ocidental que aponta para esse colapso de processos ecológicos decorrente da ação de determinados seres humanos. O xamã Yanomami Davi Kopenawa aponta que os espíritos *xapiri*, guardiões da floresta (mas “ não só”), o alertaram em suas viagens internacionais para falar aos “brancos” sobre seu conhecimento, para as atrocidades que cometem historicamente com sua terra, com a floresta e com o céu serem conhecidas. Para isso, denunciaram a Kopenawa:

onde os brancos vivem, o céu é baixo e eles não param de cozer grandes quantidades de minério e de petróleo. Por isso as fumaças de suas fábricas sobem sem trégua para o peito do céu. Isso o torna muito seco, quebradiço e inflamável como gasolina. Ressecado pelo calor, torna-se frágil e se desfaz em pedaços, como uma roupa velha. Tudo isso preocupa muito os *xapiri*. Em meu sonho, eles tentavam curar o céu doente, fazendo girar a chave da chuva, para afastar a raiva do braseiro que o devorava. Exaltados, despejando torrentes de água sobre as chamas, gritavam para os brancos: “Se vocês destruírem o céu, vão todos morrer com ele!”. Mas estes não davam nenhuma atenção a seus gritos de alerta (KOPENAWA & ALBERT, 2010, p. 432).

Portanto, apesar de sua responsabilização, “não são apenas as sociedades que integram a civilização dominante, de matriz ocidental, cristã, capitalista-industrial, mas toda a espécie humana, a própria ideia de espécie humana, que está sendo interpelada pela crise” (DANOWSKI & VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.

16). Contudo, a parcela dominante dessa sociedade obtém os meios para adiar o enfrentamento das consequências dessa crise, de modo que pode manter sua confortável miopia para os problemas coletivos. Enquanto isso, muitos mundos já estão sendo ameaçados e ainda mais mundos já tiveram seus fins.

Nesse sentido, Danowski e Viveiros de Castro observam que a perspectiva iminente do fim do mundo implica, em primeiro lugar, uma deformação paradoxal nos parâmetros espaciotemporais diante do enfrentamento de um futuro que não será, o que traz à tona um passado originário, antes do próprio tempo, uma vez que o pré-começo é a única referência existente para um pós-fim. Em segundo lugar, o fim de mundo se torna possível a partir do momento que se determina “para quem este mundo que termina é *mundo*, quem é o mundano ou o ‘mundanizado’ que *define o fim*” (*ibid*, pp. 35-37). Em entrevista concedida à Revista VIS, Viveiros de Castro afirma que

A Terra não vai acabar, evidentemente. Tem uma quantidade imensa de organismos que seguirão vivendo muito bem, como as bactérias e vários tipos de animais. No entanto, não é que o mundo humano irá acabar, é que ele irá piorar. Os camponeses pobres de Bangladesh, por exemplo: o mundo já acabou para eles; o que eles têm, a terra deles, está sendo comida pelo mar que está subindo, pelas enchentes gigantescas que acontecem uma vez por ano com as monções, as pessoas vivem miseravelmente e, com sorte, a próxima geração irá trabalhar em uma rede de shopping gigantescas da Zara. Esse tipo de situação, que é para nós o fim do mundo em sentido metafórico, já aconteceu e está acontecendo para cinquenta por cento da população mundial, talvez mais. (DANOWSKI & VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 260)

Nesse sentido, Donna Haraway afirma que “agora mesmo, a Terra está cheia de refugiados, humanos e não, sem refúgio” (HARAWAY, 2015, p. 160). Para os principais enunciadores do direito internacional, contudo, de fato, seu mundo nunca teve um fim, mas talvez tenha com as consequências imprevisíveis e incontroláveis de suas políticas ecocidas. Inversamente, Ailton Krenak provoca: “[c]omo os povos originários do Brasil lidaram com a colonização, que queria acabar com o seu mundo? [...] Muitas dessas pessoas não são indivíduos, mas ‘pessoas coletivas’, células que conseguem transmitir através do tempo suas visões sobre o mundo.” (KRENAK, 2019, p. 28). Portanto, resta perguntar: quais mundos terão seu fim com o antropoceno?

Viveiros de Castro sugere que, na verdade, o “mundo” que irá “acabar” é esse mundo ocidental, colonial, da humanidade que se opõe e se apropria da “natureza” e não reconhece suas interrelações com os não-humanos. Em razão disso, propõe encarar a experiência de quase morte como uma possibilidade de uma mudança ontológica, como um novo paradigma de humanidade. Mas, segundo Viveiros, o modo de produção capitalista sem perspectivas de limites significativos é tão arraigado e sofisticado em sua ideia de necessidade de crescimento contínuo e eterno que será preciso encarar o fim de mundo para que se atente para os problemas que já existem para muitos. Afirma, contudo, que essa catástrofe só ganhará dimensões transformativas quando atingir significativamente os países tidos como desenvolvidos, pois “[...] se morrerem milhões de africanos, ninguém vai perceber [...]” (DANOWSKI & VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 264). Portanto, parece mais promissora a possibilidade de enxergar o “fim” como um recomeço.

Diante disso, Erika Cudworth e Stephen Hobden sugerem repensar o padrão civilizacional, cujo carro-chefe é o reconhecimento do enraizamento humano na natureza não-humana (CUDWORTH & HOB DEN, 2014, p. 748). Já em 1995, Arturo Escobar apontava que, diante do que esperam tanto os países do norte quanto do sul global, talvez finalmente transcendendo essas diferenças, esteja um potencial aprendizado do que significa ser humano em paisagens pós-humanistas, isto é, pós-homem e pós-modernidade⁸⁷ (ESCOBAR, 1995, p. 226).

Donna Haraway defende que esse repensar o humano deve ser direcionado a evidenciar as relações interdependentes com os mais-que-humanos. Para ela, um modo de viver/morrer no atual período que nomeia de Chthulucene, conforme mencionado no capítulo anterior, é unir forças para reconstituir refúgios, tornar possível recuperações biológicas-culturais-políticas-tecnológicas robustas, o que deve incluir o luto por perdas irreversíveis (HARAWAY, 2015, p. 160). Desse modo, sugere “construir parentescos” como uma forma de pôr isso em prática.

todos os terráqueos são parentes no sentido mais profundo, e já passou o tempo de praticar melhor cuidado de coleções de espécies (não espécies uma de cada vez). Parentesco é um tipo de palavra congregadora. Todas as criaturas compartilham uma “carne” comum, lateralmente, semioticamente e

⁸⁷ No sentido literal, após a predominância de.

genealogicamente. Ancestrais acabam se revelando estranhos muito interessantes; parentesco não é familiar (fora do que pensamos ser família ou genes), excepcional, assombroso, vigente (*ibid*, p. 162, tradução livre)⁸⁸.

Similarmente, Anna Tsing afirma que “a natureza humana é um relacionamento interespecies” (TSING, 2012, p. 1), argumentando que seu estudo sobre a trajetória de um cogumelo a levou a perceber que é impossível ignorar as interdependências das espécies que nos dão vida na Terra, o que, por sua vez, abre portas para vislumbrar paisagens multiespecies como protagonistas das histórias do mundo (*ibid*). Desse modo, defende que uma concepção interespecies da espécie humana não só poderia mudar o entendimento predominante sobre os “outros” não-humanos, como também ajudaria a compreender e superar as “redes de domesticação nas quais nós humanos emaranhamos a nós mesmos” (TSING, 2012, p. 144).

Isabelle Stengers recorre ao conceito de animismo para buscar reivindicar essas coletividades afetivas. Para ela, alguém não é animista de modo geral, mas na medida das interconexões que geram transformações metamórficas na capacidade de afetar e ser afetado. Nesse sentido, sugere que o animismo pode ser um nome para reivindicar essas interconexões, contra o insistente desmembramento, pois ele afirma tudo aquilo que é necessário para não nos escravizarem: que não estamos sozinhos no mundo (STENGERS, 2017, p. 15). De maneira convergente quanto aos “fins”, Haraway torce para que, com intenso comprometimento e colaboração com outros terranos, seja possível fazer florescer ricas constelações multiespecies que incluam os seres humanos (HARAWAY, 2015, p. 160).

Contudo, é preciso salientar que repensar o que significa ser humano, diante da sobreposição de crises climáticas, ecológicas e humanas, é também um discurso situado para o grupo de humanos que pertence ou que busca pertencer à “humanidade” moderna, expansionista e extrativista. Outros povos e sociedades estão vivendo em relacionalidade com seus “outros”, reconhecendo essa interdependência interespecífica, antes mesmo deste conceito excludente e violento

⁸⁸ Trecho original em inglês: “[...] all earthlings are kin in the deepest sense, and it is past time to practice better care of kinds-assemblages (not species one at a time). Kin is an assembling sort of word. All critters share a common “flesh,” laterally, semiotically, and genealogically. Ancestors turn out to be very interesting strangers; kin are unfamiliar (outside what we thought was family or gens), uncanny, haunting, active.”

de “humanidade” ser universalizado por meio de normas e políticas simbólicas. Por conta disso, parece pertinente recorrer ao conhecimento dessas vivências humanas multiespécies de modo a buscar inspirações para futuros coletivos. Nesse sentido, retomo a pergunta: com que futuros somos capazes de sonhar?

O sonho, aqui, é compreendido conforme algumas ontologias ameríndias. Ailton Krenak descreve o sonho como uma “tradição de diferentes povos que têm no sonho um caminho de aprendizado, de autoconhecimento sobre a vida, e a aplicação desse conhecimento na sua interação com o mundo e com as outras pessoas” (KRENAK, 2019, p. 52). Davi Kopenawa, por sua vez, tece palavras reveladoras sobre as possibilidades contidas no sonho quando há abertura e conhecimento para tal, com base em sua vivência xamânica. Explica que o sonho é a forma como os xamãs adquirem conhecimento dos espíritos *xapiri*, comparando com a prática ocidental de estudar. Dessa forma, bebem pó da árvore *yãkoana hi* – mas às vezes não é necessário –, com propriedades capazes de intermediar essa conexão com os *xapiri* durante o transe e o sonho, que leva os xamãs a lugares distantes e para conhecerem outros espíritos. Reconhece que essa habilidade do sonho transcendental é limitada pelos homens “brancos”, em relação à prática dos xamãs, afirmando que:

Quando dormem, só veem no sonho o que os cerca durante o dia. Eles não sabem sonhar de verdade, pois os espíritos não levam sua imagem durante o sono. Nós, xamãs, ao contrário, somos capazes de sonhar muito longe. As cordas de nossas redes são como antenas por onde o sonho dos *xapiri* desce até nós diretamente. Sem elas, ele deslizaria para longe, e não poderia entrar em nós. Por isso nosso sonho é rápido, como imagens de televisão vindas de terras distantes. Nós sonhamos desse jeito desde sempre, porque somos caçadores que cresceram na floresta. *Omama* pôs o sonho dentro de nós quando nos criou. Somos seus filhos, e por isso nossos sonhos são tão distantes e inesgotáveis.

Os brancos dormem deitados perto do chão, em camas, nas quais se agitam com desconforto. Seu sono é ruim e seu sonho tarda a vir. E quanto afinal chega, nunca vai longe e acaba muito depressa. Não há dúvida de que eles têm muitas antenas e rádios em suas cidades, mas estes servem apenas para escutar a si mesmos. Seu saber não vai além das palavras que dirigem uns aos outros e dos lugares onde vivem. [...]

Nós somos outros. [...] logo percebemos, na escuridão, seus inúmeros caminhos luminosos enredados se aproximando, cintilantes como o brilho da lua. Então começamos a responder a seus chamados e, assim, seu valor de sonho chega a nós. Nosso corpo permanece deitado na rede, mas nossa imagem e nosso sopro de vida voam com eles. [...] Voamos em sonho, para muito longe de nossa casa e de nossa terra, pelos caminhos de luz dos *xapiri*. De lá pode-se ver todas as coisas do céu, da floresta e das águas que os nossos antigos viram antes de nós. O dia dos espíritos é a nossa noite, é por isso que eles se apossam de nós durante o sono, sem sabermos. É esse, como eu disse, nosso modo de estudar. São eles que nos permitem sonhar tão longe. [...] Sempre estamos prontos para sonhar. [...] É assim que os xamãs sonham! (KOPENAWA & ALBERT, 2010, pp. 460-462).

A categoria indígena do sonho envolve mais do que é possível compreender neste trabalho. Contudo, parece conter tremendo potencial para inspirar a ruptura com as categorias modernas e coloniais que levam a caminhos míopes e inférteis, se não apocalípticos. Diante disso, abraçar essa categoria pode se mostrar instrumental para buscar possibilidades de sonhos a serem vividos.

Isabelle Stengers menciona Donna Haraway para concordar que novas narrativas são necessárias. Não “ finais felizes”, mas narrativas que resistam à ideia de que os seres humanos são incapazes de divergir da lógica predominante e predatória (STENGERS, 2017, p. 17). Dessa forma, como é possível pensar em modos de vida solidários, cíclicos, inclusivos e coletivos, que reconheçam sua existência multiespécies e rompam com padrões violentos em relação à alteridade? Alguns movimentos, chamados de alternativas ao desenvolvimento, alternativas sistêmicas, visões de “outros mundos”, pluriversais, pós-desenvolvimentistas, entre outras nomeações, propõem a se inserir justamente como algumas dentre as muitas possibilidades, cada uma atravessada por seus embates internos e obstáculos, de construção coletiva. Alguns deles já foram mencionados neste trabalho, como o animismo e os direitos da natureza; alguns outros serão explorados brevemente a seguir.

O bem viver, conforme define Pablo Solón, parece buscar inserir nesse ideário. Dentre seus elementos centrais estão, primeiramente, uma visão sobre o

todo, ou “Pacha”⁸⁹, que abarca uma visão do tempo em espiral, que abarca a coexistência entre passado, presente e futuro e invalida qualquer conceito sobre desenvolvimento e progresso, sob a premissa de que tudo se transforma de maneira cíclica (SOLÓN, 2019, p. 24). Em segundo lugar, a convivência na multipolaridade, o que implica conviver com as diferenças, em vez de anulá-las, em oposição ao paradigma moderno (*ibid*, p. 27). Em terceiro lugar, a busca pelo equilíbrio, que vislumbra uma harmonia dos seres humanos e não humanos, e desses grupos endogenamente. Por fim, a descolonização dos sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais que imperam sobre os seres e territórios, que comanda “fazer da memória um sujeito histórico” (*ibid*, p. 29).

Significa responder às injustiças cometidas contra outros seres – humanos e não humanos –, derrubar falsas barreiras entre a humanidade e a natureza, dizer em voz alta aquilo que pensamos, superar o medo de ser diferente e restaurar o equilíbrio dinâmico e contraditório que foi rompido por um sistema e um modo de pensar dominantes (*ibid*, p. 33)

Apesar dos múltiplos embates abraçados por essa que é tida como uma proposta viva, o conceito sofre duras críticas e encontra muitos obstáculos em suas tentativas de implementação. Uma dessas críticas é tecida por correntes ecofeministas, que denunciam que “[...] muitas vezes, nos discursos sobre o Bem Viver, em um essencialismo cultural, acaba-se atribuindo às mulheres indígenas o papel de guardiãs da cultura, vestindo traje tradicional, enquanto os homens ocidentalizam seu visual ao migrar para a cidade”. Alguns, como Pablo Solón, alegam, ainda, que o bem viver estaria passando por uma crise de credibilidade social (*ibid*, p. 22) em virtude das reconfigurações e cooptações que o distanciaram da realidade material e das lutas sociopolíticas que o originaram.

Conforme assevera Solón, apesar de o *buen vivir*, o plurinacionalismo e os direitos da *Pacha Mama* terem se consolidado formalmente nas Constituições da Bolívia e do Equador, essas vitórias, frutos de longas disputas políticas pelos povos

⁸⁹ Cabe notar as contribuições feministas comunitárias e populares latino-americanas que apontam para o machismo presente no uso do termo Pacha Mama como sinônimo de Mãe Terra, uma vez que referencia somente à fertilidade, criticando também as construções narrativas que forçam a Pacha Mama ao matrimônio com o “Pai Cosmos”, confinando-a à dominância masculina.. Por outro lado, reiteram que a Pacha Mama (Mapu) é “como um todo que vai além da Natureza visível, que vai além dos planetas, que contém a vida, as relações estabelecidas entre os seres e a vida, suas energias, suas necessidades e seus desejos.” (BARRAGÁN, 2019, pp. 116-117).

e movimentos sociais desses países, não se refletiram em mudanças político-programáticas, uma vez que “os governos da Bolívia e do Equador querem que o conceito se ajuste à prática, e não que as políticas sigam de verdade o caminho subversivo do Bem Viver” (*ibid*). Diante disso, são fundadas as críticas que alegam a reclusão do conceito de bem viver à dimensão discursiva, tendo em vista a alienação das próprias forças sociais que supostamente foram responsáveis por invocar e legitimar esse discurso de resistência, conforme apontado por Fernanda Wanderlei (WANDERLEI, 2017).

Eduardo Gudynas também critica a operacionalização discursiva do conceito em contextos políticos, apontando que Evo Morales utiliza o termo “Pacha Mama” quando está alinhado a seus interesses de denunciar retoricamente condutas de países industrializados que agredem os seres não humanos. Contudo, segundo Gudynas, o governo de Morales “[...] aplica uma ética da Pacha Mama somente para esses temas [mudanças climáticas e capitalismo global] e em escala planetária, e não para o que acontece no próprio país”, em referência às políticas extrativistas incentivadas durante seus mandatos (GUDYNAS, 2019, p. 159). Ana Carolina Delgado (2018) também observa as tensões políticas e disputas de poder acerca de conceitos relacionados à proposta ameríndia do bem viver, como o *Suma Qamaña*, alegando que “[...] a ênfase atribuída pelos acadêmicos ao seu potencial ontológico sem considerar sua face estratégica poderá levá-los a despolitizar o termo, reproduzindo um padrão desenvolvido por outros teóricos e mesmo pelo governo.” (DELGADO, 2018, p. 237).

A fim de pavimentar diálogos que versem sobre a equiparação não-antropocêntrica ou colonial entre humanos e não-humanos nas normas e decisões jurídicas e, por sua vez, afastar-se de práticas que ancoram e contribuem para a reprodução de modelos de desenvolvimento constituídos na exploração de humanos e não humanos, é preciso encarar com seriedade obras que visem construir novos caminhos sistêmicos, agregando ao cuidado de evitar que essas construções se descolem das realidades materiais sociopolíticas e, no caso do presente trabalho, jurídicas.

O bem viver abraça a necessidade de “viver com afeto, com cuidado, com autocompreensão e com empatia pelos demais.” (SOLÓN, 2019, p. 26).

Relacionam-se com essa pretensão algumas compreensões ecofeministas de resgatar de saberes antigos sobre a interconexão de todas as vidas. Um ponto de contato entre as diversas abordagens ecofeministas seria a visão de conexões históricas, materiais e ideológicas entre a subjugação de mulheres e a dominação da natureza. Dialogam com abordagens feministas, decoloniais e de ecologia (KHOTARI et al., 2019, p. 163-164).

Com isso, o ecofeminismo defende, de modo geral, que a emancipação humana em relação às práticas historicamente genderizadas só pode ser alcançada com a libertação de todos os seres “outros”. Portanto, buscam fomentar essas “libertações” por meio de economias de solidariedade regenerativas baseadas no compartilhamento, dos comuns frente à propriedade privada e no valor de uso em detrimento do valor de troca. Visam, enfim, uma visão de mundo calcada no cuidado pela diversidade de todas as formas de vida (*ibid*, pp. 165-166). Donna Haraway reitera sua crença no potencial imaginativo das abordagens feministas: “se há de existir ecojustiça multiespécies, a qual também pode abarcar diversas pessoas humanas, é mais que tempo das feministas exercerem a liderança na imaginação, teoria e ação para desvendar os laços de ambas genealogia e parentesco, e parentesco e espécies (HARAWAY, 2012, p. 161).

Outro conceito e prática que compartilham visão relacional é o Ubuntu, originário do sul do continente africano e baseado na visão do humano como imbricado em relações sociais e biofísicas. Considera o “desdobramento do ser humano em relação a outros seres humanos e ao mundo mais-que-humano da natureza não-humana” (*ibid*, p. 323). O lema Ubuntu “nós somos, portanto eu sou” demonstra o caráter relacional constituinte dessa proposta de visão de mundo que visa nortear como nos relacionamos uns com os outros, sendo um grande aliado para a proposta de Donna Haraway sobre repensar o que significa ser humano. Sugere, assim, uma obrigação moral de se importar e cuidar dos outros, que se estende para todas as vidas e existências e foi reinvocada após os processos de descolonização no continente africano, uma vez que havia sido violentamente silenciado por meio dos processos colonizadores. Diante disso, o si, a comunidade e a natureza são intrinsecamente emaranhados e só são capazes de se realizarem coletivamente, através de relações (*ibid*, p. 324).

Também estão construindo e reproduzindo concretamente outras formas de relacionar-se com os seres e entes não humanos e de mover-se de acordo com seus ciclos as práticas agroecológicas, fazendo frente às práticas predadoras da agroindústria monocultora, transgênica e venenosa. Suas práticas combinam conhecimentos das ciências “naturais” e “sociais”, flexibilizando essa fronteira e buscando unir a “pesquisa científica ecológica e agrícola; práticas agrícolas empíricas; e a necessidade de elaborar uma abordagem com e para movimentos sociais rurais”, estando diretamente ligado às demandas políticas das comunidades camponesas (TOLEDO, 2019, p. 86). Isso pois reconhece que “sustentabilidade agrícola não pode ser alcançada simplesmente por inovações tecnológicas de natureza ambiental e agronômicas, mas pela necessária mudança institucional nas relações de poder, isto é, ao considerar fatores sociais, culturais, agrícolas e políticos” (*ibid.*, p. 87). Com isso, também se propõe a romper limites epistemológicos, ao unir conhecimento convencionalmente “científico” com o conhecimento de agricultores familiares “tradicionais” transmitido oralmente por gerações.

Contudo, esses conceitos solidários frequentemente são invocados de maneira deslocada de sua pretensão fundacional, de modo a promover interesses políticos específicos e, não raro, conflitantes com os próprios objetivos dessas propostas dissidentes, conforme bastante explorado em relação ao bem viver. Parece que, apesar de todo o esforço envolvido nas lutas pelo reconhecimento dessas formas holísticas de relacionalidade e de tantas existências extra-modernas que as praticam ancestral e cotidianamente, as categorias constitutivas das instituições modernas que operam nos moldes estatais podem não estar equipadas para incorporá-los de maneira fidedigna.

Apesar disso, perigo ainda maior é o descarte de ideias potencialmente transformadoras das categorias basilares de lógicas de expropriação e ecocídio⁹⁰ sob o argumento de serem “impossíveis”, descartando essas proposições como “utopias irrealizáveis” e desqualificando o papel dos sonhos. É preciso, portanto, encarar com seriedade essas utopias, ou o labirinto do *business as usual* seguirá se consolidando como a única possibilidade de futuro – um recurso discursivo

⁹⁰ Conceito que, diferentemente de uma espécie de genocídio, ao contrário, o engloba, uma vez que o extermínio de todos os seres abarca, também, a extinção em massa de humanos.

silenciador de sonhos, segundo convoca Davi Kopenawa e conforme a gravidade da situação humana e planetária demanda. Portanto, deve-se evitar a falácia da impossibilidade de futuros solidários, coletivos e interespecies, de modo a investir em práticas de construção desses sonhos (im)possíveis.

o tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. (KRENAK, 2019, pp. 26-27)

INTERLÚDIO IV

(POTIGUARA, 2019)

Nosso ancestral dizia: Temos vida longa!
Mas caio da vida e da morte
E range o armamento contra nós.
Mas enquanto eu tiver o coração acesso
Não morre a indígena em mim e
E nem tampouco o compromisso que assumi
Perante os mortos
De caminhar com minha gente passo a passo
E firme, em direção ao sol.
Sou uma agulha que ferve no meio do palheiro
Carrego o peso da família espoliada
Desacreditada, humilhada
Sem forma, sem brilho, sem fama.

Mas não sou eu só
Não somos dez, cem ou mil
Que brilharemos no palco da História.
Seremos milhões, unidos como cardume
E não precisaremos mais sair pelo mundo
Embebedados pelo sufoco do massacre
A chorar e derramar preciosas lágrimas
Por quem não nos tem respeito.
A migração nos bate à porta
As contradições nos envolvem
As carências nos encaram
Como se batessem na nossa cara a toda hora.
Mas a consciência se levanta a cada murro
E nos tornamos secos como o agreste
Mas não perdemos o amor.

Porque temos o coração pulsando

Jorrando sangue pelos quatro cantos do universo.
Eu viverei 200, 500 ou 700 anos
E contarei minhas dores pra ti
Oh! Identidade
E entre um fato e outro
Morderei tua cabeça
Como quem procura a fonte da tua força
Da tua juventude
O poder da tua gente
O poder do tempo que já passou
Mas que vamos recuperar.
E tomaremos de assalto moral
As casas, os templos os palácios
E os transformaremos em aldeias de amor
Em olhares de ternura
Como são os teus, brilhantes, acalentante identidade
E transformaremos os sexos indígenas
Em órgãos produtores de lindos bebês
guerreiros do futuro
E não passaremos mais fome
Fome de alma, fome de terra, fome de mata
Fome de história
E não nos suicidaremos
A cada século, a cada era, a cada minuto
E nós, indígenas de todo o planeta,
Só sentiremos a fome natural
E o sumo de nossa ancestralidade
Nos alimentará para sempre
E não existirão mais úlceras, anemias, tuberculoses
Desnutrição
Que irão nos arrebatam
Porque seremos mais fortes que todas as células cancerígenas juntas

De toda a existência humana.

E os nossos corações?
Nós não precisaremos catá-los
aos pedaços mais do chão!
E pisaremos a cada cerimônia nossa
Mais firmes
E os nossos neurônios serão tão poderosos
Quanto nossas lendas indígenas
Que nunca mais trememos diante das armas
E das palavras e olhares dos que “chegaram e não foram”.
Seremos nós, doces, puros, amantes, gente e normal!
E te direi identidade: Eu te amo!
E nos recusaremos a morrer,
A sofrer a cada gesto, a cada dor física, moral e espiritual.
Nós somos o primeiro mundo!

Aí queremos viver pra lutar
E encontro força em ti, amada identidade!
Encontro sangue novo pra suportar esse fardo
Nojento, arrogante, cruel...
E enquanto somos dóceis, meigos
Somos petulantes e prepotentes
Diante do poder mundial
Diante do aparato bélico
Diante das bombas nucleares.

Nós, povos indígenas,
Queremos brilhar no cenário da História
Resgatar nossa memória
E ver os frutos de nosso país, sendo divididos
Radicalmente
Entre milhares de aldeados e ‘desplazados’
Como nós.”

Considerações Finais

Se, por fim, os brancos ficassem mais sensatos, meu pensamento poderia recuperar a calma e a alegria. Eu diria a mim mesmo: “Que bom! Os brancos acabaram ganhando sabedoria. Eles começam a ter amizade pela floresta, pelos humanos e pelos xapiri”.

– Davi Kopenawa.

Debates sobre o "fim do mundo", conceito abstrato, carregado e apocalíptico, no sentido de ser um verdadeiro mito de ordem bíblica, carregam o risco de introduzir na discussão um elemento ficcional, podendo tirar a urgência e a relevância dos temas discutidos ao longo do trabalho: desigualdades estruturais produzidas em relação ao direito internacional ambiental, impedindo-o de adotar postura verdadeiramente recíproca em relação aos seres e entes não humanos, e suas fundações e repercussões políticas, sociais e ontológicas.

Contudo, o fim do mundo nunca foi tão presente. Não só pelos efeitos apocalípticos do colapso ambiental provocado por determinados seres humanos, como também pelo reconhecimento cada vez maior de mundos que constantemente são obrigados a encarar seu fim. Nesse sentido, o debate sobre o “fim” trazido por Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro é justamente no sentido de exaltar que isso é o que está em disputa: o mundo terá um fim? Qual(s) mundo(s) terá(o) um fim?

A maneira deste trabalho encarar estas questões em relação a seu objeto de análise, o direito internacional ambiental, não foi buscando responder se esse instituto deve ser “jogado fora”, alternativa redutiva e ingênua, ou validando o meio jurídico como um instrumento efetivo para construir caminhos, igualmente ingênuo e incondizente com as análises aqui contidas. Por outro lado, optou por empregar um olhar atento para as questões fundacionais e metafísicas que atravessam e estão em jogo quando se dão as negociações do direito internacional ambiental, encarando essa estratégia como um movimento inevitável.

Portanto, este trabalho não pretende consolidar uma contribuição para a filosofia do direito, tampouco busca apontar para “respostas” determinantes sobre

a metafísica do direito internacional. Representa, por outro lado, um movimento de observação dos limites desse direito conforme foi concebido e conforme opera na ordem internacional. Com isso, busca materializar a intensão de convidar ao encontro com a diferença, de maneira distinta da pretensão do sujeito moderno de conquistar, mas de modo a pensar; provocar; refletir. Só na relação com a diferença, provocada por meio deste encontro, somos convidados a pensar de outra forma.

Diante disso, o primeiro capítulo apontou para a centralidade humana nas normas do direito internacional ambiental que supostamente foram elaboradas para olhar para o “meio ambiente”, essa construção conglomerada de seres e entidades não-humanas⁹¹. Tal antropocentrismo também se reflete no lugar central que o conceito de desenvolvimento ocupa nessas declarações ambientais, uma vez que elas são representativas dos interesses, mesmo quando conflitantes, de determinado grupo de seres humanos, abraçando inúmeras exclusões e silenciamentos. Assim, inverossímil e contraintuitivamente, as declarações ambientais consolidam e legitimam soluções tecnológicas, mercadológicas e, até mesmo (principalmente) desenvolvimentistas.

Tendo isso em vista, o capítulo seguinte olha para os processos históricos de construção simbiótica entre o ideal pelo desenvolvimento e o direito internacional, observando como a própria construção do sistema de Estados-nações se funda e se difunde no encontro colonial e no ideal pelo desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento passa a funcionar como um instrumento para garantir a promessa de universalidade do direito internacional, calcado nas construções falaciosas das teorias da modernização e nos processos coloniais. Perpassando essas dinâmicas está, ainda, a universalização e normatização de uma lógica moderna da diferença que é hostil à alteridade, uma vez que opera pela constante fabricação e exclusão de “outros”.

⁹¹Importante salientar alguns dos muitos caminhos em aberto que poderiam auxiliar a compreender essas dinâmicas com maior profundidade, mas que extrapolam o escopo da presente pesquisa, como a análise dos anais das conferências que ensejaram nas declarações analisadas, que forneceria mais informações acerca das discussões travadas durante as negociações dos textos analisados; a história oral de participantes dessas conferências sobre suas impressões *in loco* das políticas internas e dinâmicas pessoais entre os atores-chave; observar analiticamente outras declarações de direito internacional ambiental, como acordos vinculados a regimes temáticos; realizar trabalho de campo e observação participante nos próprios espaços de negociação do direito internacional ambiental.

Um desses “outros” é o “meio ambiente”, mais um conceito basilar para a construção do direito internacional ambiental, que o capítulo 3 buscou observar. Neste capítulo, foi abordada a visão sobre “meio ambiente” contida no direito internacional ambiental e em uma concepção de ambientalismo convencional que com ele se constitui. Mais especificamente, foram ressaltados os aspectos antropocêntricos e modernos dessa construção de seres e entes não humanos como um “meio ambiente”: unificado e exógeno à experiência humana. Essa produção é condição de possibilidade para as premissas do direito internacional, da soberania e do desenvolvimento sobre apropriação e controle da natureza, central para os projetos de modernização, crescimento econômico e para a própria (re)produção da ordem internacional moderna.

Dessa forma, o direito internacional ambiental se calca na construção de uma “metáfora da natureza” como algo separado da existência do ser humano, divisão essa que é culturalmente situada aos humanos que buscam pertencer a uma humanidade moderna, dominadora e conquistadora. Essa divisão perversa e fabricada entre a natureza e a cultura não só elimina a agência e a dignidade dos seres e entes não humanos, negando-os a própria existência em “função” própria, como também exclui reiteradamente a humanidade de seres humanos que estão a sua margem: mulheres, povos originários, pessoas de cor, pessoas não-hetero ou cis-normativas, comunidades “tradicionais” de modo geral; que é extirpada de sua humanidade, pré-requisito essencial para a consideração igualitária de sua integridade e direitos. Para tal, são utilizados mecanismos discursivos e políticos que equiparam esses grupos ao “lado” da natureza no espectro moderno: são as bruxas e piranhas, os selvagens, os animais – a sub-humanidade. Assim como seus corpos e mentes, seus conhecimentos e suas formas de obtê-los são silenciados e apagados da validação científica: são “saberes” e “rituais” que são apropriados, taxonomizados e “transformados” em conhecimento e metodologia.

Por fim, o quarto capítulo se propôs a olhar para algumas alternativas, como exercício para buscar outras possibilidades de futuro, distintas das que estão em construção. No entanto, a análise de casos judiciais que efetivamente reconheceram a proposta dos “direitos da natureza” apontam que, mesmo quando anunciando uma consideração da relação interdependente entre humanos e natureza, utilizam fundamentos para decidir que apontam para uma real valoração instrumental desses

seres e entes não-humanos. Isso porque os entes naturais que tiveram seus direitos reconhecidos foram contemplados com tal reconhecimento somente em função de sua proximidade relacional com determinados grupos de seres humanos. Enquanto esta não for a experiência ontológica de toda a humanidade, tal argumento revela uma instrumentalização desses entes naturais, que só possuem valor na medida de sua conexão e utilidade para seres humanos.

Essa conclusão aponta para um possível esgotamento das possibilidades que conseguem penetrar os limites institucionais do direito, como um campo que se sustenta em categorias modernas de produção exógena e apropriação da natureza e de outros humanos. Diante disso, coloca-se a necessidade de romper com essas categorias e caminhar para outros imaginários coletivos. Assim, o Capítulo 4 passa a questionar: se esses são os futuros que nossas categorias permitem construir, quais são os futuros que somos capazes de imaginar para além delas? Para engajar com esses questionamentos, levanta provocações sobre o enfrentamento do “fim do mundo”, que pode, e talvez precise, ser encarado como um fim do mundo moderno que se funda e se reproduz na conquista de outros mundos. Com isso, engaja com debates sobre a ressignificação do que foi universalizado como “humanidade”, de modo a difundir subjetividades humanas que não se definam em relação oposicional a seus outros, mas, pelo contrário, que se fundem em sua própria interdependência e existência multiespécies.

Para tanto, o capítulo explorou, ainda, contribuições acerca do papel fundamental dos sonhos para algumas experiências ameríndias, que são capazes de se conectar com os *xapiri* para viajar a terras distantes e aprender sobre suas origens, significados e as ameaças do que os cercam. Além disso, trouxe inspirações em tentativas concretas de construções de futuros verdadeiramente coletivos, solidários e gentis, enfatizando a necessidade de sonhar com amanhã (im)possíveis, diante da insuficiência dos caminhos que nossas limitadas categorias fundacionais apresentam como “possíveis”.

Nesse sentido, a proposta é recusar os falsos “messias” que se apresentam para salvar (certa parcela da) humanidade do consórcio de crises ambientais e humanas que se apresentam nessa anunciação apocalíptica: a tecnologia, capaz de manipular essa “natureza” incontrolável, como vislumbrado em Oryx e Crake; o

Estado, capaz de conduzir os povos colonizados a “vencer o jogo da colonização” pelas mesmas regras extrativistas de controle da natureza, como em *Pantera Negra*; a boa e velha “ciência”, que permitirá o total abandono desse mundo destruído, de modo que a humanidade se safe e persevere, mesmo depois do “fim” que provocou, como em *Interestelar*. Em todos os casos, os maiores “salvamentos” que esses messias conseguem articular são do ideal pelo desenvolvimento e dessa humanidade que a ele subscreve.

Dessa forma, os futuros-presentes distópicos que se apresentam nas ficções e provavelmente no médio prazo são tentativas de se esquivar da necessidade de encarar mudanças estruturais e categóricas. O foco é retirado das violências que essas lógicas de progresso e apropriação precisam gerar para operar, para enfatizar a permanência desses processos. O controle da natureza e de “outros” dissidentes – que não desejam nem necessitam a controlar – é a única resposta conhecida por essa humanidade que se vê, ineditamente, ameaçada. Contudo, as tecnologias e técnicas usuais são cada vez menos capazes de antever ou de dar conta da imprevisibilidade e grandiosidade dos fenômenos não-humanos, que se intensificam como fruto da atividade humana de controla-los. Proporcionalmente, as “respostas”, que se apresentam na forma de reinvenções tecnológicas e técnicas de mensuração e controle desses entes não-humanos, se aproximam cada vez mais de distopias perturbadoras.

Seria lamentável se, mais uma vez, terminássemos assistindo à reconstituição do dualismo Natureza/Cultura através dos gestos mesmos que o denunciam como insubsistente, com os cientistas naturais mesmerizados pelos “parâmetros geofísicos” e equipados com uma noção de “humanidade” vaga e de escassa eficácia política, enquanto os cientistas sociais simplesmente rebatizam de “justiça ambiental” a perene e incontornável luta pelos direitos dos deserdados da Terra (DANOWSKI & VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 26).

Portanto, mostra-se necessário reiterar o convite para encarar essa experiência de quase morte como uma (im)possibilidade de mudança ontológica, de construção e reafirmação de um novo paradigma de humanidade. Assim, conforme propõe Donna Haraway, “uma maneira de viver e morrer bem como

criaturas mortais no Chthuloceno é unir forças para reconstituir refúgios, para tornar possível a parcial e robusta recuperação e recomposição biológica-cultural-políticotecnológica, a qual deve incluir enlutar perdas irreversíveis” (HARAWAY, 2016, p. 101, tradução livre)⁹².

Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair? Quem disse que a gente já não caiu? (KRENAK, 2019, p. 57)

⁹² Trecho original em inglês: “*One way to live and die well as mortal critters in the Chthulucene is to join forces to reconstitute refuges, to make possible partial and robust biological-cultural-politicaltechnological recuperation and recomposition, which must include mourning irreversible losses*”.

Referências Bibliográficas

ANGERMULLER, Johannes. *Poststructuralist discourse analysis: Subjectivity in enunciative pragmatics*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014. 163 p.

ANGHIE, Antony. *Imperialism, sovereignty and the making of international law*. Cambridge University Press, 2007.

ARGYROU, Vassos. *The logic of environmentalism: anthropology, ecology and postcoloniality*. Oxford, Nova York: Berghahn Books, 2005.

ATWOOD, Margaret. Oryx e Crake. Rocco, 2003. Pp. 31-36.

BANERJI, Debashish; PARANJAPE, Makarand R. (Ed.). **Critical Posthumanism and Planetary Futures**. Springer, 2016.

BARRAGÁN, Margarita Aguinaga; LANG, Miriam; CHÁVEZ, Dunia Mokrani; SANTILLANA, Alejandra. **Pensar a partir do feminismo: Críticas e alternativas ao desenvolvimento**. em DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs). *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Elefante

BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *International Relations and the Problem of Difference*. New York; London: Routledge, 2012.

BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *Savage Economics: Wealth, Poverty, and the Temporal Walls of Capitalism*. Abingdon: Routledge, 2010.

BLASER, Mario. *Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe: Toward a Conversation on Political Ontology*. **Current Anthropology** 54, no. 5, 2013: 547-68.

BRAGA LOURENÇO, Daniel. **Qual o Valor da Natureza? Uma introdução à ética ambiental** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

CADENA, Marisol de la. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 95-117, 2018.

CAMILA MORENO. **As roupas verdes do rei: Economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva** em DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs). *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-*

extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Elefante

CARBY, Hazel. *Reconstructing Womanhood: the Emergence of the Afro-American Woman Novelist*. New York, Oxford University Press, 1987

CHAKRABARTY, Dipesh. *The climate of history: Four theses*. **Critical inquiry**, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.

CLAMMER, John. *Culture, development and socialtheory. Towards an integrated socialdevelopment*. Nova York: Zed Books, 2012.

CUDWORTH, Erika; HOB DEN, Stephen. *Civilisation and the Domination of the Animal*. **Millennium**, v. 42, n. 3, p. 746-766, 2014.

CULLINAN, Cormac. **Nature Rights in** KOTHARI, Ashish et al. *Pluriverse: A Post-Development Dictionary*. Delhi: Tulika Books e Authors Up Front, 2019.

CÚPULA, DOS POVOS. Declaração Final da Cúpula dos Povos na Rio+ 20 por Justiça Social e Ambiental-Em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização da vida. **Rio de Janeiro**, v. 22, 2012.

DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. La biblioteca de Babel Uma conversa com Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski. [Entrevista concedida a] Daniel Steegmann Mangrané e Michelle Farias Sommer. **Revista VIS: Revista do Programa de Pós-graduação em Arte da UnB, Brasília**, V.15, nº 1, p. 256-267, janeiro-junho, 2016.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie Editora, 2014.

DE LA CADENA, Marisol. *Earth beings: Ecologies of practice across Andean worlds*. Duke University Press, 2015

DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (Ed.). *A world of many worlds*. Duke University Press, 2018.

DELGADO, Ana Carolina Teixeira. Suma Qamaña as a strategy of power: politicizing the Pluriverse. **Carta Internacional**, v. 13, n. 3, 2018.

DOTY, Roxanne Lynn. ***Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations***. Minneapolis: Minnesota Press, 1996.

EPSTEIN, Charlotte. ***Against International Relations Norms: Postcolonial Perspectives***. London and New York: Routledge, 2017.

EPSTEIN, Charlotte. *Constructivism or the eternal return of universals in International Relations. Why returning to language is vital to prolonging the owl's flight*. ***European Journal of International Relations***, v. 19, n. 3, p. 499-519, 2013.

ESCOBAR, Arturo. ***Encountering Development: The Making and Unmaking of the third world***. Princeton Studies in Culture/Power/History. Princeton University Press. Princeton. New Jersey, 1995.

EYERLIN, Ulrich; MARAUHN, Thilo. ***International environmental law***. Bloomsbury Publishing, 2011.

FANON, Frantz. ***Pele negra, máscaras brancas***. SciELO-EDUFBA, 2008.

FRASER, Nancy, *Behind Marx's Hidden Abode: For an Expanded Conception of Capitalism*. ***New Left Review***, no. 86, p. 55-72, 2014.

GALEANO, Sabina B. ***Acaparamiento de tierras y despojo cotidiano en El Tiple, Valle del Cauca, Colombia: un análisis desde los los Cambios en la cultura alimentaria***. XXXII Congreso ALAS Peru 2019 - Associação Latino-americana de Sociologia, 2019.

GASPER, Des; PORTOCARRERO, Ana Victoria; LERA ST CLAIR, Asuncion. *Climate Change and Development Framings: A Comparative Analysis of the Human Development Report 2007/8 and the World Development Report 2010*. ***ISS Working Paper Series/General Series***, v. 528, n. 528, p. 1-30, 2011.

GERSCHENKRON, Alexander. ***Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays***. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University, 1962.

Gómez-Baggethun, Erik. "Sustainable Development". In: Kothari, Ashish et al (eds). *Pluriverse. A postdevelopment dictionary*. Nova Deli: Tulika Books, Authors Upfront, 2019. pp. 71-74.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GROVOGUI, Siba N'Zatioula. *Sovereigns, Quasi Sovereigns, and Africans: Race and Self-Determination in International Law*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1996.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais**. Editora Elefante, 2019.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, capitalocene, plantationocene, chthulucene: Making kin. *Environmental humanities*, v. 6, n. 1, p. 159-165, 2015.

HARAWAY, Donna. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARDING, Sandra. *Beyond Postcolonial Theory: Two Undertheorized Perspectives on Science and Technology*, in Harding, S (ed). *The Postcolonial Science and Technology Studies Reader*. Durham e Londres: Duke University Press, 2011.

HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari, eds. *Thinking through things: theorising artefacts ethnographically*. Routledge, 2007.

HUMPHREYS, Stephen; OTOMO, Yoriko. *Theorising international environmental law*. In: ORFORD, Anne; HOFFMANN, Florian; CLARK, Martin (Ed.). *The Oxford handbook of the theory of international law*. Oxford University Press, 2016.

INTERESTELAR. Direção de Christopher Nolan. Syncopy Films e Lynda Obst Productions, 2014. 1 Blue-Ray Disc (169 min).

JESPERSEN, Otto. *Language: Its Nature, Development and Origin*. London: Allen & Unwin, 1959.

JOHNS, Fleur. *Non-Legality in International Law: Unruly Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Editora Companhia das Letras, 2019.

KOTHARI, Ashish et al. *Pluriverse: A Post-Development Dictionary*. Delhi: Tulika Books e Authors Up Front, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANG, Miriam & BRAND, Ulrich. Green Economy. In Kothari, Ashish et al (eds). *Pluriverse. A post-development dictionary*. New Delhi: Tulika Books, Authors Upfront, 2019.

LATOUR, Bruno et al. *Anthropologists are talking—about capitalism, ecology, and apocalypse*. *Ethnos*, v. 83, n. 3, p. 587-606, 2018.

LEACH, Edmund. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. **Edmund Leach**. São Paulo: Ática, p. 170-98, 1983.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NATARAJAN, Usha; KHODAY, Kishan. *Locating nature: Making and unmaking international law*. *Leiden Journal of International Law*, v. 27, n. 3, p. 573-593, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **“O Futuro que Queremos”**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. A Carta das Nações Unidas. San Francisco, 1945. Disponível em: <<https://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>>. Acesso em Novembro, 2019.

_____. **A ONU e o Meio Ambiente**. [s.d] [s.l]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em Maio, 2020.

_____. *African Convention on the Conservation of Nature and Natural Resources*, 1968.

_____. *Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio*, 1985.

_____. *Convention on Fishing and Conservation of Living Resources of the High Seas*, 1958.

_____. *Convention on Wetlands of International Importance Especially as Waterfowl Habitat*, 1971.

_____. *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Declaração Universal de Direitos Humanos*, 1948.

_____. *Protocolo de Montreal para a Proteção da Camada de Ozônio*, 1987.

_____. *UN Conference on the Conservation and Utilization of Resources*, 1949.

_____. *Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano*. Estocolmo, 1972.

OTOMO, Yoriko. *Unconditional Life: The Postwar International Law Settlement*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

OTTO, Dianne. *Subalternity and International Law: The Problems of Global Community and the Incommensurability of Difference*, em Eve Darian-Smith and Peter Fitzpatrick (eds.) *Laws of the Postcolonial*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999, pp.145-180.

PANTERA negra. Direção de Ryan Coogler. Burbank: Marvel Studios, 2018. 1 Blue-Ray (134 min).

PAHUJA, Sundhya. The postcoloniality of international law. *Harvard International Law Journal*, v. 46, pp. 459-469, 2005.

_____. *Decolonising international law: development, economic growth and the politics of universality*. Cambridge University Press, 2011.

PENAFIEL, Adriana Paola Paredes; ALVARADO, Consuelo Belania Plasencia; SCHMALFUSS, Franciele. A percepção de mudanças climáticas pelos (as)

camponeses (as) de Cajamarca: movimento e produção de conhecimento ao seguir o caminho das águas. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 2, n. 1, p. 117-142, 2019.

PIETERSE, Jan Nederveen. *Development Theory. Deconstructions/Reconstructions*. London: SAGE Publications, 2010.

PORTO, Antônio J. M.; SANTOS, Laura M.; MELLO, Maria Thereza L.; ARAUJO, Adriana M. P. Reflexões sobre a dependência mineral em Mariana. In FALCÃO, J.; PORTO, A. J. M.; ALCÂNTARA, P. A. F. (org.). *Depois da Lama. Mariana e as consequências de um desastre construído*. Belo Horizonte: Letramento, 2016, pp. 9-31.

POTIGUARA, Eliane. Identidade Indígena. In _____. **Metade cara, metade máscara**. Rio de Janeiro: Grumín, 2019.

RIST, Gilbert. *The history of development: From western origins to global faith*. Londres: Zed Books Ltd., 2019.

ROJAS, Cristina. *Contesting the Colonial Logics of the International: Toward a Relational Politics of the Pluriverse*. **International Political Sociology**, v. 10 (4), p. 369-382, 2016.

Ronald B. Mitchell. **International Environmental Agreements Database Project**, 2020. Disponível em: <<http://iea.uoregon.edu/>> Acesso em: 01 May 2020.

ROSTOW, Walt Whitman; ROSTOW, Walt W. *The stages of economic growth: A non-communist manifesto*. Cambridge university press, 1990.

SILVA, Carmem Luci da Costa. O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem. **DELTA**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 419-433, mar. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502018000100419&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 nov. 2019.

SMITH, L.T. *Decolonizing Methodologies. Research and Indigenous Peoples*. Londres e Nova York: Zed Books, 1999.

SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. Editora Elefante, 2019.

STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. **Caderno de leituras**, n. 62, p. 1-15, 2017.

TESHOME, Roman Girma. Social Justice Quests in the Process of Development-induced Displacement. **EJIL:Talk! Blog of the European Journal of International Law**. 12, Novembro, 2019. Disponível em: <<https://www.ejiltalk.org/social-justice-quests-in-the-process-of-development-induced-displacement/>>. Acesso em maio, 2020.

THOMAS FATHEUER, LILI FUHR & BARBARA UNMÜBIG. **Crítica à Economia Verde**. Tradução de Theo Amon. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

TOLEDO, VICTOR M. Agroecology. In Kothari, Ashish et al (eds). Pluriverse. A post-development dictionary (New Delhi: Tulika Books, Authors Upfront, 2019).

TORDIN, Cristina. Produção massal de colônias de abelhas sem ferrão e uso comercial para a polinização agrícola serão apresentados na 21ª Agrishow. Embrapa, 2, abril 2014. Disponível em: <<http://www.cnpma.embrapa.br/nova/mostra2.php3?id=1182>>. Acesso em maio 2020.

TRUMAN, Harry S. *Inaugural speech*. Harry S Truman Presidential Library, 1949.

TSING, Anna. *Unruly Edges: Mushrooms as Companion Species* For Donna Haraway. *Environmental humanities*, v. 1, n. 1, p. 141-154, 2012.

ULMER, Jasmine B. *Posthumanism as research methodology: Inquiry in the Anthropocene*. **International Journal of Qualitative Studies in Education** 30, no. 9, 2017: 832-848.

UNEP. **Towards a Green Economy**: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication: A Synthesis for Policy Makers. Nairobi: United Nations Environment Programme. 2011. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em maio, 2020.

WALKER, R. B. J. *On the Protection of Nature and the Nature of Protection* (2005) in *Out of Line: Essays on the Politics of Boundaries and the Limits of Modern*, pp. 97-112. London and New York: Routledge, 2016.

WANDERLEY, Fernanda. *Entre el extractivismo y el Vivir Bien: experiencias y desafíos desde Bolivia* V. II, Vol. 12, 2017, pp. 211-248.

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO⁹³

Chapter I

DECLARATION OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE HUMAN ENVIRONMENT

The United Nations Conference on the Human Environment,

Having met at Stockholm from 5 to 16 June 1972,

Having considered the need for a common outlook and for common principles to inspire and guide the peoples of the world in the preservation and enhancement of the human environment,

I

Proclaims that:

1. Man is both creature and moulder of his environment, which gives him physical sustenance and affords him the opportunity for intellectual, moral, social and spiritual growth. In the long and tortuous evolution of the human race on this planet a stage has been reached when, through the rapid acceleration of science and technology, man has acquired the power to transform his environment in countless ways and on an unprecedented scale. Both aspects of man's environment, the natural and the man-made, are essential to his well-being and to the enjoyment of basic human rights-even the right to life itself.

2. The protection and improvement of the human environment is a major issue which affects the well-being of peoples and economic development throughout the world; it is the urgent desire of the peoples of the whole world and the duty of all Governments.

3. Man has constantly to sum up experience and go on discovering, inventing, creating and advancing. In our time, man's capability to transform his surroundings, if used wisely, can bring to all peoples the benefits of development and the opportunity to enhance the quality of life. Wrongly or heedlessly applied, the same

⁹³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano. Estocolmo, 1972. Disponível em: <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1>. Acesso em: Maio, 2020.

power can do incalculable harm to human beings and the human environment. We see around us growing evidence of man-made harm in many regions of the earth: dangerous levels of pollution in water, air, earth and living beings; major and undesirable disturbances to the ecological balance of the biosphere; destruction and depletion of irreplaceable resources; and gross deficiencies, harmful to the physical, mental and social health of man, in the man-made environment, particularly in the living and working environment.

4. In the developing countries most of the environmental problems are caused by under-development. Millions continue to live far below the minimum levels required for a decent human existence, deprived of adequate food and clothing, shelter and education, health and sanitation. Therefore, the developing countries must direct their efforts to development, bearing in mind their priorities and the need to safeguard and improve the environment. For the same purpose, the industrialized countries should make efforts to reduce the gap themselves and the developing countries. In the industrialized countries, environmental problems are generally related to industrialization and technological development,

5. The natural growth of population continuously presents problems for the preservation of the environment, and adequate policies and measures should be adopted, as appropriate, to face these problems. Of all things in the world, people are the most precious. It is the people that propel social progress, create social wealth, develop science and technology and, through their hard work, continuously transform the human environment. Along with social progress and the advance of production, science and technology, the capability of man to improve the environment increases with each passing day.

6. A point has been reached in history when we must shape our actions throughout the world with a more prudent care for their environmental consequences. Through ignorance or indifference we can do massive and irreversible harm to the earthly environment on which our life and well-being depend. Conversely, through fuller knowledge and wiser action, we can achieve for ourselves and our posterity a better life in an environment more in keeping with human needs and hopes. There are broad vistas for the enhancement of environmental quality and the creation of a good life. What is needed is an enthusiastic but calm state of mind and intense but

orderly work, For the purpose of attaining freedom in the world of nature, man must use knowledge to build, in collaboration with nature, a better environment. To defend and improve the human environment for present and future generations has become an imperative goal for mankind-a goal to be pursued together with, and in harmony with, the established and fundamental goals of peace and of world- wide economic and social development.

7. To achieve this environmental goal will demand the acceptance of responsibility by citizens and communities and by enterprises and institutions at every level, all sharing equitably in common efforts. Individuals in all walks of life as well as organizations in many fields, by their values and the sum of their actions, will shape the world environment of the future. Local and national governments will bear the greatest burden for large-scale environmental policy and action within their jurisdictions. International co-operation is also needed in order to raise resources to support the developing countries in carrying out their responsibilities in this field. A growing class of environmental problems, because they are regional or global in extent or because they affect the common international realm, will require extensive co-operation among nations and action by international organizations in the common interest. The Conference calls upon Governments and peoples to exert common efforts for the preservation and improvement of the human environment, for the benefit of all the people and for their posterity.

II

Principles

States the common conviction that:

Principle 1

Man has the fundamental right to freedom, equality and adequate conditions of life, in an environment of a quality that permits a life of dignity and well-being, and he bears a solemn responsibility to protect and improve the environment for present and future generations. In this respect, policies promoting or perpetuating apartheid, racial segregation, discrimination, colonial and other forms of oppression and foreign domination stand condemned and must be eliminated.

Principle 2

The natural resources of the earth, including the air, water, land, flora and fauna and especially representative samples of natural ecosystems, must be safeguarded for the benefit of present and future generations through careful planning or management, as appropriate.

Principle 3

The capacity of the earth to produce vital renewable resources must be maintained and, wherever practicable, restored or improved.

Principle 4

Man has a special responsibility to safeguard and wisely manage the heritage of wildlife and its habitat, which are now gravely imperilled by a combination of adverse factors. Nature conservation, including wildlife, must therefore receive importance in planning for economic development.

Principle 5

The non-renewable resources of the earth must be employed in such a way as to guard against the danger of their future exhaustion and to ensure that benefits from such employment are shared by all mankind.

Principle 6

The discharge of toxic substances or of other substances and the release of heat, in such quantities or concentrations as to exceed the capacity of the environment to render them harmless, must be halted in order to ensure that serious or irreversible damage is not inflicted upon ecosystems. The just struggle of the peoples of all countries against pollution should be supported.

Principle 7

States shall take all possible steps to prevent pollution of the seas by substances that are liable to create hazards to human health, to harm living resources and marine life, to damage amenities or to interfere with other legitimate uses of the sea.

Principle 8

Economic and social development is essential for ensuring a favourable living and working environment for man and for creating conditions on earth that are necessary for the improvement of the quality of life.

Principle 9

Environmental deficiencies generated by the conditions of under-development and natural disasters pose grave problems and can best be remedied by accelerated development through the transfer of substantial quantities of financial and technological assistance as a supplement to the domestic effort of the developing countries and such timely assistance as may be required.

Principle 10

For the developing countries, stability of prices and adequate earnings for primary commodities and raw materials are essential to environmental management since economic factors as well as ecological processes must be taken into account.

Principle 11

The environmental policies of all States should enhance and not adversely affect the present or future development potential of developing countries, nor should they hamper the attainment of better living conditions for all, and appropriate steps should be taken by States and international organizations with a view to reaching agreement on meeting the possible national and international economic consequences resulting from the application of environmental measures.

Principle 12

Resources should be made available to preserve and improve the environment, taking into account the circumstances and particular requirements of developing countries and any costs which may emanate from their incorporating environmental safeguards into their development planning and the need for making available to them, upon their request, additional international technical and financial assistance for this purpose.

Principle 13

In order to achieve a more rational management of resources and thus to improve the environment, States should adopt an integrated and co-ordinated approach to

their development planning so as to ensure that development is compatible with the need to protect and improve environment for the benefit of their population.

Principle 14

Rational planning constitutes an essential tool for reconciling any conflict between the needs of development and the need to protect and improve the environment.

Principle 15

Planning must be applied to human settlements and urbanization with a view to avoiding adverse effects on the environment and obtaining maximum social, economic and environmental benefits for all. In this respect, projects which are designed for colonialist and racist domination must be abandoned.

Principle 16

Demographic policies which are without prejudice to basic human rights and which are deemed appropriate by Governments concerned should be applied in those regions where the rate of population growth or excessive population concentrations are likely to have adverse effects on the environment of the human environment and impede development.

Principle 17

Appropriate national institutions must be entrusted with the task of planning, managing or controlling the environmental resources of States with a view to enhancing environmental quality.

Principle 18

Science and technology, as part of their contribution to economic and social development, must be applied to the identification, avoidance and control of environmental risks and the solution of environmental problems and for the common good of mankind.

Principle 19

Education in environmental matters, for the younger generation as well as adults, giving due consideration to the underprivileged, is essential in order to broaden the basis for an enlightened opinion and responsible conduct by individuals, enterprises

and communities in protecting and improving the environment in its full human dimension. It is also essential that mass media of communications avoid contributing to the deterioration of the environment, but, on the contrary, disseminate information of an educational nature on the need to protect and improve the environment in order to enable man to develop in every respect.

Principle 20

Scientific research and development in the context of environmental problems, both national and multi- national, must be promoted in all countries, especially the developing countries. In this connexion, the free flow of up-to-date scientific information and transfer of experience must be supported and assisted, to facilitate the solution of environmental problems; environmental technologies should be made available to developing countries on terms which would encourage their wide dissemination without constituting an economic burden on the developing countries.

Principle 21

States have, in accordance with the Charter of the United Nations and the principles of international law, the sovereign right to exploit their own resources pursuant to their own environmental policies, and the responsibility to ensure that activities within their jurisdiction or control do not cause damage to the environment of other States or of areas beyond the limits of national jurisdiction.

Principle 22

States shall co-operate to develop further the inter- national law regarding liability and compensation for the victims of pollution and other environmental damage caused by activities within the jurisdiction or control of such States to areas beyond their jurisdiction.

Principle 23

Without prejudice to such criteria as may be agreed upon by the international community, or to standards which will have to be determined nationally, it will be essential in all cases to consider the systems of values prevailing in each country, and the extent of the applicability of standards which are valid for the most

advanced countries but which may be inappropriate and of un- warranted social cost for the developing countries.

Principle 24

International matters concerning the protection and improvement of the environment should be handled in a co-operative spirit by all countries, big and small, on an equal footing. Co-operation through multilateral or bilateral arrangements or other appropriate means is essential to effectively control, prevent, reduce and eliminate adverse environmental effects resulting from activities conducted in all spheres, in such a way that due account is taken of the sovereignty and interests of all States.

Principle 25

States shall ensure that international organizations play a co-ordinated, efficient and dynamic role for the protection and improvement of the environment.

Principle 26

Man and his environment must be spared the effects of nuclear weapons and all other means of mass destruction. States must strive to reach prompt agreement, in the relevant international organs, on the elimination and complete destruction of such weapons.

21st plenary meeting

16 June 1972

ANEXO B – DECLARAÇÃO DO RIO⁹⁴

REPORT OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT

(Rio de Janeiro, 3-14 June 1992)

Annex I

RIO DECLARATION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT

The United Nations Conference on Environment and Development,

Having met at Rio de Janeiro from 3 to 14 June 1992,

Reaffirming the Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment, adopted at Stockholm on 16 June 1972, a/ and seeking to build upon it,

With the goal of establishing a new and equitable global partnership through the creation of new levels of cooperation among States, key sectors of societies and people,

Working towards international agreements which respect the interests of all and protect the integrity of the global environmental and developmental system,

Recognizing the integral and interdependent nature of the Earth, our home,

Proclaims that:

Principle 1

Human beings are at the centre of concerns for sustainable development. They are entitled to a healthy and productive life in harmony with nature.

Principle 2

States have, in accordance with the Charter of the United Nations and the principles of international law, the sovereign right to exploit their own resources pursuant to

⁹⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.151_26_Vol.I_Declaration.pdf>. Acesso em: Maio, 2020.

their own environmental and developmental policies, and the responsibility to ensure that activities within their jurisdiction or control do not cause damage to the environment of other States or of areas beyond the limits of national jurisdiction.

Principle 3

The right to development must be fulfilled so as to equitably meet developmental and environmental needs of present and future generations.

Principle 4

In order to achieve sustainable development, environmental protection shall constitute an integral part of the development process and cannot be considered in isolation from it.

Principle 5

All States and all people shall cooperate in the essential task of eradicating poverty as an indispensable requirement for sustainable development, in order to decrease the disparities in standards of living and better meet the needs of the majority of the people of the world.

Principle 6

The special situation and needs of developing countries, particularly the least developed and those most environmentally vulnerable, shall be given special priority. International actions in the field of environment and development should also address the interests and needs of all countries.

Principle 7

States shall cooperate in a spirit of global partnership to conserve, protect and restore the health and integrity of the Earth's ecosystem. In view of the different contributions to global environmental degradation, States have common but differentiated responsibilities. The developed countries acknowledge the responsibility that they bear in the international pursuit of sustainable development in view of the pressures their societies place on the global environment and of the technologies and financial resources they command.

Principle 8

To achieve sustainable development and a higher quality of life for all people, States should reduce and eliminate unsustainable patterns of production and consumption and promote appropriate demographic policies.

Principle 9

States should cooperate to strengthen endogenous capacity-building for sustainable development by improving scientific understanding through exchanges of scientific and technological knowledge, and by enhancing the development, adaptation, diffusion and transfer of technologies, including new and innovative technologies.

Principle 10

Environmental issues are best handled with the participation of all concerned citizens, at the relevant level. At the national level, each individual shall have appropriate access to information concerning the environment that is held by public authorities, including information on hazardous materials and activities in their communities, and the opportunity to participate in decision-making processes. States shall facilitate and encourage public awareness and participation by making information widely available. Effective access to judicial and administrative proceedings, including redress and remedy, shall be provided.

Principle 11

States shall enact effective environmental legislation. Environmental standards, management objectives and priorities should reflect the environmental and developmental context to which they apply. Standards applied by some countries may be inappropriate and of unwarranted economic and social cost to other countries, in particular developing countries.

Principle 12

States should cooperate to promote a supportive and open international economic system that would lead to economic growth and sustainable development in all countries, to better address the problems of environmental degradation. Trade policy measures for environmental purposes should not constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international

trade. Unilateral actions to deal with environmental challenges outside the jurisdiction of the importing country should be avoided. Environmental measures addressing transboundary or global environmental problems should, as far as possible, be based on an international consensus.

Principle 13

States shall develop national law regarding liability and compensation for the victims of pollution and other environmental damage. States shall also cooperate in an expeditious and more determined manner to develop further international law regarding liability and compensation for adverse effects of environmental damage caused by activities within their jurisdiction or control to areas beyond their jurisdiction.

Principle 14

States should effectively cooperate to discourage or prevent the relocation and transfer to other States of any activities and substances that cause severe environmental degradation or are found to be harmful to human health.

Principle 15

In order to protect the environment, the precautionary approach shall be widely applied by States according to their capabilities. Where there are threats of serious or irreversible damage, lack of full scientific certainty shall not be used as a reason for postponing cost-effective measures to prevent environmental degradation.

Principle 16

National authorities should endeavour to promote the internalization of environmental costs and the use of economic instruments, taking into account the approach that the polluter should, in principle, bear the cost of pollution, with due regard to the public interest and without distorting international trade and investment.

Principle 17

Environmental impact assessment, as a national instrument, shall be undertaken for proposed activities that are likely to have a significant adverse impact on the environment and are subject to a decision of a competent national authority.

Principle 18

States shall immediately notify other States of any natural disasters or other emergencies that are likely to produce sudden harmful effects on the environment of those States. Every effort shall be made by the international community to help States so afflicted.

Principle 19

States shall provide prior and timely notification and relevant information to potentially affected States on activities that may have a significant adverse transboundary environmental effect and shall consult with those States at an early stage and in good faith.

Principle 20

Women have a vital role in environmental management and development. Their full participation is therefore essential to achieve sustainable development.

Principle 21

The creativity, ideals and courage of the youth of the world should be mobilized to forge a global partnership in order to achieve sustainable development and ensure a better future for all.

Principle 22

Indigenous people and their communities and other local communities have a vital role in environmental management and development because of their knowledge and traditional practices. States should recognize and duly support their identity, culture and interests and enable their effective participation in the achievement of sustainable development.

Principle 23

The environment and natural resources of people under oppression, domination and occupation shall be protected.

Principle 24

Warfare is inherently destructive of sustainable development. States shall therefore respect international law providing protection for the environment in times of armed conflict and cooperate in its further development, as necessary.

Principle 25

Peace, development and environmental protection are interdependent and indivisible.

Principle 26

States shall resolve all their environmental disputes peacefully and by appropriate means in accordance with the Charter of the United Nations.

Principle 27

States and people shall cooperate in good faith and in a spirit of partnership in the fulfilment of the principles embodied in this Declaration and in the further development of international law in the field of sustainable development.

ANEXO C – “O FUTURO QUE QUEREMOS”⁹⁵

I. Our common vision

1. We, the Heads of State and Government and high-level representatives, having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20 to 22 June 2012, with the full participation of civil society, renew our commitment to sustainable development and to ensuring the promotion of an economically, socially and environmentally sustainable future for our planet and for present and future generations.

2. Poverty eradication is the greatest global challenge facing the world today and an indispensable requirement for sustainable development. In this regard, we are committed to freeing humanity from poverty and hunger as a matter of urgency.

⁹⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). “O Futuro que Queremos”. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>. Acesso em: Maio, 2020.

3. We therefore acknowledge the need to further mainstream sustainable development at all levels, integrating economic, social and environmental aspects and recognizing their interlinkages, so as to achieve sustainable development in all its dimensions.

4. We recognize that poverty eradication, changing unsustainable and promoting sustainable patterns of consumption and production and protecting and managing the natural resource base of economic and social development are the overarching objectives of and essential requirements for sustainable development. We also reaffirm the need to achieve sustainable development by promoting sustained, inclusive and equitable economic growth, creating greater opportunities for all, reducing inequalities, raising basic standards of living, fostering equitable social development and inclusion, and promoting the integrated and sustainable management of natural resources and ecosystems that supports, inter alia, economic, social and human development while facilitating ecosystem conservation, regeneration and restoration and resilience in the face of new and emerging challenges.

5. We reaffirm our commitment to make every effort to accelerate the achievement of the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals by 2015.

6. We recognize that people are at the centre of sustainable development and, in this regard, we strive for a world that is just, equitable and inclusive, and we commit to work together to promote sustained and inclusive economic growth, social development and environmental protection and thereby to benefit all.

7. We reaffirm that we continue to be guided by the purposes and principles of the Charter of the United Nations, with full respect for international law and its principles.

8. We also reaffirm the importance of freedom, peace and security, respect for all human rights, including the right to development and the right to an adequate standard of living, including the right to food, the rule of law, gender equality, women's empowerment and the overall commitment to just and democratic societies for development.

9. We reaffirm the importance of the Universal Declaration of Human Rights⁹⁶, as well as other international instruments relating to human rights and international law. We emphasize the responsibilities of all States, in conformity with the Charter, to respect, protect and promote human rights and fundamental freedoms for all, without distinction of any kind as to race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth, disability or other status.

10. We acknowledge that democracy, good governance and the rule of law, at the national and international levels, as well as an enabling environment, are essential for sustainable development, including sustained and inclusive economic growth, social development, environmental protection and the eradication of poverty and hunger. We reaffirm that, to achieve our sustainable development goals, we need institutions at all levels that are effective, transparent, accountable and democratic.

11. We reaffirm our commitment to strengthen international cooperation to address the persistent challenges related to sustainable development for all, in particular in developing countries. In this regard, we reaffirm the need to achieve economic stability, sustained economic growth, the promotion of social equity and the protection of the environment, while enhancing gender equality, women's empowerment and equal opportunities for all, and the protection, survival and development of children to their full potential, including through education.

12. We resolve to take urgent action to achieve sustainable development. We therefore renew our commitment to sustainable development, assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges. We express our determination to address the themes of the United Nations Conference on Sustainable Development, namely, a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and the institutional framework for sustainable development.

13. We recognize that opportunities for people to influence their lives and future, participate in decision-making and voice their concerns are fundamental for sustainable development. We underscore that sustainable development requires

⁹⁶ Resolution 217 A (III).

concrete and urgent action. It can only be achieved with a broad alliance of people, governments, civil society and the private sector, all working together to secure the future we want for present and future generations.